

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	8
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	18
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	21
---	----

Notas Explicativas	48
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	141
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	143
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	146
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	147
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	148
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	149

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	269.376
Preferenciais	0
Total	269.376
Em Tesouraria	
Ordinárias	160
Preferenciais	0
Total	160

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
1	Ativo Total	33.646.000	36.772.000
1.01	Ativo Circulante	9.650.000	9.312.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.662.000	4.905.000
1.01.03	Contas a Receber	428.000	398.000
1.01.03.01	Clientes	330.000	289.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	98.000	109.000
1.01.04	Estoques	2.232.000	3.452.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.048.000	366.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.280.000	191.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.153.000	78.000
1.01.08.03	Outros	127.000	113.000
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	16.000	0
1.01.08.03.03	Outros Ativos Circulantes	111.000	113.000
1.02	Ativo Não Circulante	23.996.000	27.460.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.935.000	4.730.000
1.02.01.04	Contas a Receber	491.000	625.000
1.02.01.04.01	Clientes	1.000	1.000
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	490.000	624.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	550.000	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	692.000	369.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.202.000	3.736.000
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	2.399.000	3.091.000
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	717.000	545.000
1.02.01.10.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.000	11.000
1.02.01.10.07	Outros ativos não circulantes	85.000	89.000
1.02.02	Investimentos	11.059.000	11.589.000
1.02.02.01	Participações Societárias	11.059.000	11.589.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	11.059.000	11.589.000
1.02.03	Imobilizado	6.067.000	9.101.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.331.000	4.819.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.736.000	4.282.000
1.02.04	Intangível	1.935.000	2.040.000
1.02.04.01	Intangíveis	1.935.000	2.040.000
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.494.000	1.437.000
1.02.04.01.03	Direito de Uso Intangível	441.000	603.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
2	Passivo Total	33.646.000	36.772.000
2.01	Passivo Circulante	7.541.000	8.617.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	394.000	493.000
2.01.02	Fornecedores	3.651.000	4.876.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	278.000	288.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.243.000	1.257.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.913.000	1.703.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	388.000	212.000
2.01.05.02	Outros	1.525.000	1.491.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	81.000	516.000
2.01.05.02.07	Repasso a Terceiros	2.000	15.000
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	84.000	55.000
2.01.05.02.09	Receitas a Apropriar	44.000	16.000
2.01.05.02.12	Outros passivos circulantes	768.000	319.000
2.01.05.02.17	Passivo de Arrendamento	546.000	570.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	62.000	0
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	62.000	0
2.02	Passivo Não Circulante	12.456.000	14.460.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.563.000	6.322.000
2.02.02	Outras Obrigações	4.513.000	6.673.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	96.000	168.000
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	96.000	168.000
2.02.02.02	Outros	4.417.000	6.505.000
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	148.000	241.000
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	231.000	256.000
2.02.02.02.08	Provisão para perdas de Investimentos em associadas	703.000	620.000
2.02.02.02.09	Passivo de Arrendamento	3.335.000	5.388.000
2.02.03	Tributos Diferidos	0	213.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	213.000
2.02.04	Provisões	1.315.000	1.233.000
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	65.000	19.000
2.03	Patrimônio Líquido	13.649.000	13.695.000
2.03.01	Capital Social Realizado	5.859.000	5.434.000
2.03.02	Reservas de Capital	291.000	479.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	289.000	472.000
2.03.02.07	Reserva de Capital	2.000	7.000
2.03.04	Reservas de Lucros	6.925.000	6.090.000
2.03.04.01	Reserva Legal	705.000	665.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	233.000	230.000
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.349.000	67.000
2.03.04.10	Reserva de Expansão	2.575.000	4.444.000
2.03.04.12	Transação com não Controladores	1.213.000	834.000
2.03.04.14	Liquidiação de Instrumento Patrimonial	-150.000	-150.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	574.000	1.692.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	25.680.000	27.996.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-19.311.000	-19.978.000
3.03	Resultado Bruto	6.369.000	8.018.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.397.000	-4.885.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.123.000	-4.495.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-621.000	-678.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-907.000	-861.000
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-1.044.000	-1.035.000
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais	137.000	174.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	254.000	1.149.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	972.000	3.133.000
3.06	Resultado Financeiro	-1.031.000	-381.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-59.000	2.752.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	863.000	-546.000
3.08.01	Corrente	101.000	-53.000
3.08.02	Diferido	762.000	-493.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	804.000	2.206.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-2.000	-27.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-2.000	-27.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	802.000	2.179.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,98478	8,13283
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	2,98036	8,12104

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	802.000	2.179.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.118.000	1.569.000
4.02.02	Ajuste de conversão de investimentos no exterior	-1.116.000	1.554.000
4.02.04	Valor justo de recebíveis	-1.000	1.000
4.02.05	Hedge de fluxo de Caixa	4.000	15.000
4.02.06	IR sobre outros resultados abrangentes	-8.000	3.000
4.02.08	Outros Resultados Abrangentes	3.000	-4.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	-316.000	3.748.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	980.000	802.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	732.000	1.049.000
6.01.01.01	Lucro líquido do período	802.000	2.179.000
6.01.01.02	Imposto de renda diferido (Nota 20)	-762.000	452.000
6.01.01.03	(Ganho) perda na alienação do imobilizado e intangível	-296.000	-262.000
6.01.01.04	Depreciação e amortização	1.193.000	1.159.000
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	1.183.000	835.000
6.01.01.06	Ajuste a valor presente	1.000	-1.000
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial (Nota 12)	-254.000	-1.149.000
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	113.000	367.000
6.01.01.09	Provisão para baixas e perdas	0	20.000
6.01.01.10	Pagamento baseado em ações	26.000	32.000
6.01.01.11	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (Nota 7.2 e 8.1)	4.000	35.000
6.01.01.13	Provisão para obsolescência e quebra (Nota 9.2)	37.000	10.000
6.01.01.14	Outras despesas/receitas operacionais	-280.000	-1.815.000
6.01.01.15	Receita apropriar (Nota 23)	-37.000	-55.000
6.01.01.16	Ganho na baixa de passivo de arrendamento (nota 22.2)	-998.000	-185.000
6.01.01.19	Reavaliação do investimento - Bellamar (nota 1.2)	0	-573.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	248.000	-247.000
6.01.02.01	Contas a receber	35.000	-83.000
6.01.02.02	Estoques	1.183.000	-103.000
6.01.02.03	Tributos a recuperar	289.000	429.000
6.01.02.04	Outros ativos	-40.000	22.000
6.01.02.05	Partes relacionadas	-177.000	-849.000
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-180.000	80.000
6.01.02.07	Fornecedores	-1.221.000	-142.000
6.01.02.08	Salários e encargos sociais	-101.000	101.000
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	-101.000	-14.000
6.01.02.10	Pagamento de demandas judiciais	-123.000	-117.000
6.01.02.11	Receita recebida apropriar	38.000	13.000
6.01.02.12	Demais contas a pagar	410.000	83.000
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social, pagos	0	-3.000
6.01.02.15	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio recebidos	236.000	336.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	617.000	387.000
6.02.01	Aumento de capital em controladas	-1.000	0
6.02.02	Aquisição de bens do ativo imobilizado (Nota 14.4)	-553.000	-692.000
6.02.03	Aumento do ativo intangível (Nota 15.3)	-134.000	-98.000
6.02.04	Venda de bens do imobilizado	1.305.000	1.163.000
6.02.10	Caixa Líquido de Incorporações	0	14.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.840.000	853.000
6.03.01	Aumento de capital	9.000	9.000
6.03.02	Captações e refinanciamento (Nota 17.2)	3.547.000	4.410.000
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (Nota 17.2)	-3.762.000	-2.487.000
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-584.000	-156.000
6.03.06	Recursos obtidos de acionistas não controladores	8.000	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.03.07	Aquisição de sociedades	-3.000	0
6.03.09	Pagamentos de passivo de arrendamento	-1.055.000	-923.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-243.000	2.042.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.905.000	2.863.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.662.000	4.905.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.434.000	479.000	6.090.000	0	1.692.000	13.695.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.434.000	479.000	6.090.000	0	1.692.000	13.695.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	425.000	-188.000	114.000	-81.000	0	270.000
5.04.01	Aumentos de Capital	209.000	0	-200.000	0	0	9.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	26.000	0	0	0	26.000
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	2.000	6.000	0	0	8.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-81.000	0	-81.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-68.000	0	0	-68.000
5.04.11	Efeito ajuste economia hiperinflacionária	0	0	388.000	0	0	388.000
5.04.14	Transferência entre capital social e reservas de capital (Nota 24)	216.000	-216.000	0	0	0	0
5.04.16	Outros	0	0	-12.000	0	0	-12.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	802.000	-1.118.000	-316.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	802.000	0	802.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.118.000	-1.118.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.116.000	-1.116.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.000	3.000
5.05.02.07	Valor justo dos recebíveis	0	0	0	0	-1.000	-1.000
5.05.02.08	Hedge de fluxo de Caixa	0	0	0	0	4.000	4.000
5.05.02.09	IR sobre outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-8.000	-8.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	721.000	-721.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	681.000	-681.000	0	0
5.06.07	Apropriação do Lucro líquido para Reserva Legal (nota nº24)	0	0	40.000	-40.000	0	0
5.07	Saldo Final	5.859.000	291.000	6.925.000	0	574.000	13.649.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.857.000	447.000	3.529.000	0	107.000	10.940.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.857.000	447.000	3.529.000	0	107.000	10.940.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-1.423.000	32.000	915.000	-517.000	0	-993.000
5.04.01	Aumentos de Capital	9.000	0	0	0	0	9.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	26.000	0	0	0	26.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-515.000	0	-515.000
5.04.08	Opções de Ações Outorgadas de subsidiárias (Nota 24)	0	6.000	0	0	0	6.000
5.04.11	Efeito ajuste economia hiperinflacionária	0	0	220.000	0	0	220.000
5.04.12	Valor justo permuta de ativos com subsidiária (nota nº1.2)	0	0	694.000	0	0	694.000
5.04.14	Redução de capital (Nota 1.2)	-1.432.000	0	0	0	0	-1.432.000
5.04.16	Outros	0	0	1.000	-2.000	0	-1.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.163.000	1.585.000	3.748.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.179.000	0	2.179.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-16.000	1.585.000	1.569.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	-16.000	1.570.000	1.554.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.000	-4.000
5.05.02.07	Valor justo dos recebíveis	0	0	0	0	1.000	1.000
5.05.02.08	Hedge de fluxo de Caixa	0	0	0	0	15.000	15.000
5.05.02.09	IR sobre outros resultados abrangentes	0	0	0	0	3.000	3.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.646.000	-1.646.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.537.000	-1.537.000	0	0
5.06.07	Apropriação do Lucro líquido para Reserva Legal (Nota 24)	0	0	109.000	-109.000	0	0
5.07	Saldos Finais	5.434.000	479.000	6.090.000	0	1.692.000	13.695.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	29.153.000	31.618.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	27.773.000	29.765.000
7.01.02	Outras Receitas	1.384.000	1.851.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.000	2.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.911.000	-25.432.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-18.810.000	-21.027.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.101.000	-4.405.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.242.000	6.186.000
7.04	Retenções	-1.193.000	-1.159.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.193.000	-1.159.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.049.000	5.027.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	561.000	2.531.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	254.000	1.149.000
7.06.02	Receitas Financeiras	309.000	1.409.000
7.06.03	Outros	-2.000	-27.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.610.000	7.558.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.610.000	7.558.000
7.08.01	Pessoal	3.708.000	3.429.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.775.000	1.848.000
7.08.01.02	Benefícios	541.000	672.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	183.000	204.000
7.08.01.04	Outros	1.209.000	705.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	665.000	776.000
7.08.02.01	Federais	-440.000	-218.000
7.08.02.02	Estaduais	863.000	775.000
7.08.02.03	Municipais	242.000	219.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.435.000	1.174.000
7.08.03.01	Juros	1.381.000	1.136.000
7.08.03.02	Aluguéis	54.000	38.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	802.000	2.179.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	68.000	0
7.08.04.02	Dividendos	81.000	515.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	653.000	1.664.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
1	Ativo Total	49.443.000	53.295.000
1.01	Ativo Circulante	17.872.000	17.641.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.274.000	8.711.000
1.01.03	Contas a Receber	1.125.000	1.051.000
1.01.03.01	Clientes	831.000	686.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	294.000	365.000
1.01.04	Estoques	5.257.000	6.536.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.743.000	983.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.473.000	360.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.187.000	109.000
1.01.08.03	Outros	286.000	251.000
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	19.000	0
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	16.000	0
1.01.08.03.03	Outros Ativos Circulantes	251.000	251.000
1.02	Ativo Não Circulante	31.571.000	35.654.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.966.000	4.713.000
1.02.01.04	Contas a Receber	559.000	676.000
1.02.01.04.01	Clientes	1.000	5.000
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	558.000	671.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	581.000	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	517.000	154.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.309.000	3.883.000
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	2.410.000	3.100.000
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	731.000	563.000
1.02.01.10.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.000	12.000
1.02.01.10.07	Outros ativos não circulantes	162.000	208.000
1.02.02	Investimentos	4.508.000	4.889.000
1.02.02.01	Participações Societárias	1.254.000	1.250.000
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	3.254.000	3.639.000
1.02.03	Imobilizado	16.344.000	19.888.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.573.000	13.371.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.771.000	6.517.000
1.02.04	Intangível	5.753.000	6.164.000
1.02.04.01	Intangíveis	5.753.000	6.164.000
1.02.04.01.02	Intangíveis	5.312.000	5.561.000
1.02.04.01.03	Direito de Uso Intangível	441.000	603.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
2	Passivo Total	49.443.000	53.295.000
2.01	Passivo Circulante	16.550.000	18.483.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	808.000	897.000
2.01.02	Fornecedores	10.078.000	11.424.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	580.000	585.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.470.000	2.309.000
2.01.05	Outras Obrigações	3.552.000	3.268.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	371.000	194.000
2.01.05.02	Outros	3.181.000	3.074.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	112.000	556.000
2.01.05.02.07	Repasso a Terceiros	15.000	77.000
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	182.000	100.000
2.01.05.02.09	Receitas a Apropriar	383.000	297.000
2.01.05.02.11	Aquisição de Sociedades	701.000	636.000
2.01.05.02.12	Outros passivos circulantes	893.000	461.000
2.01.05.02.17	Passivo de Arrendamento	895.000	947.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	62.000	0
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	62.000	0
2.02	Passivo Não Circulante	16.513.000	18.005.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.582.000	6.842.000
2.02.02	Outras Obrigações	6.489.000	8.725.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	96.000	168.000
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	96.000	168.000
2.02.02.02	Outros	6.393.000	8.557.000
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	153.000	248.000
2.02.02.02.05	Financiamento por Compra de Ativos	68.000	0
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	260.000	291.000
2.02.02.02.08	Provisão para perdas de Investimentos em associadas	689.000	591.000
2.02.02.02.09	Passivo de Arrendamento	5.223.000	7.427.000
2.02.03	Tributos Diferidos	935.000	1.034.000
2.02.04	Provisões	1.442.000	1.385.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.442.000	1.385.000
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	65.000	19.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	16.380.000	16.807.000
2.03.01	Capital Social Realizado	5.859.000	5.434.000
2.03.02	Reservas de Capital	291.000	479.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	289.000	472.000
2.03.02.07	Reserva de Capital	2.000	7.000
2.03.04	Reservas de Lucros	6.925.000	6.090.000
2.03.04.01	Reserva Legal	705.000	665.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	233.000	230.000
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.349.000	67.000
2.03.04.10	Reserva para Expansão	2.575.000	4.444.000
2.03.04.12	Transações com não Contraladores	1.213.000	834.000
2.03.04.14	Liquidação de Instrumento Patrimonial	-150.000	-150.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	574.000	1.692.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.731.000	3.112.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	51.291.000	51.253.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-38.341.000	-37.504.000
3.03	Resultado Bruto	12.950.000	13.749.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.260.000	-11.120.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-7.645.000	-7.755.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.708.000	-1.588.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.860.000	-1.875.000
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-1.853.000	-1.804.000
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais	-7.000	-71.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-47.000	98.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.690.000	2.629.000
3.06	Resultado Financeiro	-1.321.000	-728.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	369.000	1.901.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	594.000	-662.000
3.08.01	Corrente	-82.000	-371.000
3.08.02	Diferido	676.000	-291.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	963.000	1.239.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-3.000	1.087.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-3.000	1.087.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	960.000	2.326.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	802.000	2.179.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	158.000	147.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,98478	8,13283
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	2,98036	8,12104

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	960.000	2.326.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.408.000	2.162.000
4.02.02	Ajuste de conversão de investimentos no exterior	-1.405.000	2.145.000
4.02.04	Valor justo de recebíveis	-1.000	1.000
4.02.05	Hedge de fluxo de Caixa	3.000	17.000
4.02.06	IR sobre outros resultados abrangentes	-8.000	3.000
4.02.08	Outros Resultados Abrangentes	3.000	-4.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-448.000	4.488.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-316.000	3.748.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-132.000	740.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.728.000	4.742.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.536.000	4.167.000
6.01.01.01	Lucro líquido do período	960.000	2.326.000
6.01.01.02	Imposto de renda diferido (Nota 20)	-676.000	69.000
6.01.01.03	(Ganho) perda na alienação do imobilizado e intangível	-247.000	317.000
6.01.01.04	Depreciação e amortização	2.117.000	2.564.000
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	1.316.000	1.796.000
6.01.01.06	Ajuste a valor presente	1.000	-1.000
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial (Nota 12)	47.000	-99.000
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	137.000	443.000
6.01.01.09	Provisão para baixas e perdas	44.000	45.000
6.01.01.10	Pagamentos baseado em ações	26.000	32.000
6.01.01.11	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (Nota 7.2 e 8.1)	61.000	86.000
6.01.01.13	Provisão para obsolescência e quebra (Nota 9.2)	26.000	24.000
6.01.01.14	Outras despesas/receitas operacionais	-280.000	-1.815.000
6.01.01.15	Receita apropriar	26.000	-349.000
6.01.01.16	Ganho na baixa de passivo de arrendamento (Nota 22.2)	-1.022.000	-698.000
6.01.01.19	Reavaliação do investimento - Bellamar (Nota 1.2)	0	-573.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	192.000	575.000
6.01.02.01	Contas a receber	-140.000	-257.000
6.01.02.02	Estoques	989.000	-1.142.000
6.01.02.03	Tributos a recuperar	210.000	392.000
6.01.02.04	Outros Ativos	-5.000	-27.000
6.01.02.05	Partes Relacionadas	-101.000	-22.000
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-176.000	87.000
6.01.02.07	Fornecedores	-738.000	726.000
6.01.02.08	Salários e encargos sociais	-60.000	234.000
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	355.000	549.000
6.01.02.10	Pagamento de demandas judiciais	-161.000	-161.000
6.01.02.11	Receita recebida apropriar	55.000	252.000
6.01.02.12	Demais contas a pagar	378.000	-1.000
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social, pagos	-425.000	-70.000
6.01.02.15	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	11.000	15.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-77.000	-4.291.000
6.02.01	Aumento de capital em controladas	0	-31.000
6.02.02	Aquisição de bens do ativo imobilizado (Nota 14.4)	-1.035.000	-2.289.000
6.02.03	Aumento do ativo intangível (Nota 15.3)	-232.000	-201.000
6.02.04	Venda de bens do imobilizado	1.315.000	1.773.000
6.02.08	Caixa na desconsolidação de Sendas (nota 12.4 e nota 1.2)	0	-3.529.000
6.02.09	Aquisição de propriedade para investimento (Nota 13)	-124.000	-14.000
6.02.10	Caixa Líquido de Incorporações	-1.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.743.000	-281.000
6.03.01	Aumento de capital	9.000	9.000
6.03.02	Captações e refinanciamento (Nota 17.2)	4.860.000	7.262.000
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-5.315.000	-5.538.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-780.000	-339.000
6.03.06	Recursos obtidos de acionistas não controladores	14.000	3.000
6.03.07	Aquisição de sociedades	-3.000	0
6.03.08	Transação com não controladores	-5.000	2.000
6.03.09	Pagamentos passivo de arrendamento	-1.523.000	-1.680.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-345.000	587.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-437.000	757.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.711.000	7.954.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.274.000	8.711.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.434.000	479.000	6.090.000	0	1.692.000	13.695.000	3.112.000	16.807.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.434.000	479.000	6.090.000	0	1.692.000	13.695.000	3.112.000	16.807.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	425.000	-188.000	114.000	-81.000	0	270.000	-249.000	21.000
5.04.01	Aumentos de Capital	209.000	0	-200.000	0	0	9.000	0	9.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	26.000	0	0	0	26.000	0	26.000
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	2.000	6.000	0	0	8.000	0	8.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-81.000	0	-81.000	0	-81.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-68.000	0	0	-68.000	0	-68.000
5.04.11	Efeito ajuste economia hiperinflacionária	0	0	388.000	0	0	388.000	16.000	404.000
5.04.13	Valorização PUT subsidiaria Disco (nota nº19.3)	0	0	0	0	0	0	-70.000	-70.000
5.04.14	Transferência entre capital social e reservas de capital (Nota 24)	216.000	-216.000	0	0	0	0	0	0
5.04.15	Dividendos declarados aos não controladores (Nota 24.4)	0	0	0	0	0	0	-207.000	-207.000
5.04.16	Outros	0	0	-12.000	0	0	-12.000	12.000	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	802.000	-1.118.000	-316.000	-132.000	-448.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	802.000	0	802.000	158.000	960.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.118.000	-1.118.000	-290.000	-1.408.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.116.000	-1.116.000	-289.000	-1.405.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.000	3.000	0	3.000
5.05.02.07	Valor justo dos recebíveis	0	0	0	0	-1.000	-1.000	0	-1.000
5.05.02.08	Hedge de fluxo de Caixa	0	0	0	0	4.000	4.000	-1.000	3.000
5.05.02.09	IR sobre outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-8.000	-8.000	0	-8.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	721.000	-721.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	681.000	-681.000	0	0	0	0
5.06.07	Apropriação do Lucro líquido para Reserva Legal (Nota 24)	0	0	40.000	-40.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.859.000	291.000	6.925.000	0	574.000	13.649.000	2.731.000	16.380.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.857.000	447.000	3.529.000	0	107.000	10.940.000	2.608.000	13.548.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.857.000	447.000	3.529.000	0	107.000	10.940.000	2.608.000	13.548.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-1.423.000	32.000	915.000	-517.000	0	-993.000	-236.000	-1.229.000
5.04.01	Aumentos de Capital	9.000	0	0	0	0	9.000	0	9.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	26.000	0	0	0	26.000	0	26.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-515.000	0	-515.000	0	-515.000
5.04.08	Opcões de Ações Outorgadas de subsidiárias (Nota 24)	0	6.000	0	0	0	6.000	0	6.000
5.04.11	Efeito ajuste economia hiperinflacionária	0	0	220.000	0	0	220.000	5.000	225.000
5.04.12	Valor justo permuta de ativos com subsidiária (Nota 1.2)	0	0	694.000	0	0	694.000	0	694.000
5.04.13	Valorização PUT subsidiria Disco (nota nº18.3)	0	0	0	0	0	0	-102.000	-102.000
5.04.14	Redução de capital (Nota 1.2)	-1.432.000	0	0	0	0	-1.432.000	0	-1.432.000
5.04.15	Dividendos declarados aos não controladores (nota nº24.4)	0	0	0	0	0	0	-143.000	-143.000
5.04.16	Outros	0	0	1.000	-2.000	0	-1.000	4.000	3.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.163.000	1.585.000	3.748.000	740.000	4.488.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.179.000	0	2.179.000	147.000	2.326.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-16.000	1.585.000	1.569.000	593.000	2.162.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	-16.000	1.570.000	1.554.000	591.000	2.145.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.000	-4.000	0	-4.000
5.05.02.07	Valor justo dos recebíveis	0	0	0	0	1.000	1.000	0	1.000
5.05.02.08	Hedge de fluxo de Caixa	0	0	0	0	15.000	15.000	2.000	17.000
5.05.02.09	IR sobre outros resultados abrangentes	0	0	0	0	3.000	3.000	0	3.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.646.000	-1.646.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.537.000	-1.537.000	0	0	0	0
5.06.07	Apropriação do Lucro líquido para Reserva Legal (Nota 24)	0	0	109.000	-109.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.434.000	479.000	6.090.000	0	1.692.000	13.695.000	3.112.000	16.807.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	57.706.000	57.506.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	56.374.000	55.732.000
7.01.02	Outras Receitas	1.349.000	1.791.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17.000	-17.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-42.609.000	-44.472.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-36.907.000	-37.683.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.702.000	-6.789.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	15.097.000	13.034.000
7.04	Retenções	-2.117.000	-2.037.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.117.000	-2.037.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	12.980.000	10.997.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	424.000	2.766.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-47.000	98.000
7.06.02	Receitas Financeiras	474.000	1.581.000
7.06.03	Outros	-3.000	1.087.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.404.000	13.763.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.404.000	13.763.000
7.08.01	Pessoal	6.114.000	5.683.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.918.000	3.829.000
7.08.01.02	Benefícios	758.000	866.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	194.000	215.000
7.08.01.04	Outros	1.244.000	773.000
7.08.01.04.01	Participações	1.244.000	773.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.439.000	4.061.000
7.08.02.01	Federais	341.000	356.000
7.08.02.02	Estaduais	3.651.000	3.321.000
7.08.02.03	Municipais	447.000	384.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.891.000	1.693.000
7.08.03.01	Juros	1.836.000	1.653.000
7.08.03.02	Aluguéis	55.000	40.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	960.000	2.326.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	68.000	0
7.08.04.02	Dividendos	81.000	515.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	653.000	1.664.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	158.000	147.000



RELEASE DE RESULTADOS 4T21

23 de fevereiro de 2022

CBD
LISTED
NYSE

PCAR
B3 LISTED NM

IBOVESPA B3 **IBRX100** B3 **ICON** B3 **ISE** B3 **IVBX** B3 **SMLL** B3
ICO2 B3 **IGC-NM** B3 **IGCT** B3 **IGC** B3 **ITAG** B3 **IBRA** B3

DIVULGACAO DE Relatório da Administração/Comentário do Desempenho **RESULTADOS** 4T21

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

O **GPA** [B3: PCAR3; NYSE: CBD] anuncia os resultados do 4º trimestre de 2021 (4T21). As comparações a seguir são relativas ao mesmo período de 2020, exceto onde indicado. Os resultados incluem os efeitos do IFRS 16/CPC 06 (R2), exceto onde indicado de outra forma.

GRUPO GPA - Destaques Operacionais & Financeiros

O ano de 2021 foi um dos mais importantes da história recente do GPA, mesmo em um cenário econômico desafiador, passamos por grandes mudanças e tomamos decisões importantes para o futuro do Novo GPA. Iniciamos o ano com a cisão do negócio de atacarejo e finalizamos um ciclo com a descontinuidade do formato de hipermercados no Brasil.

Transação Extra Hiper:

- Execução de desmobilização extremamente bem-sucedida e em tempo recorde desde o seu anúncio, no dia 14 de outubro de 2021. Todos os esforços foram colocados para que o processo fosse implementado da forma mais eficiente possível e em **aproximadamente 3 meses realizamos a desmobilização das 70 lojas de hipermercados.**

Vendas:

- A receita líquida de vendas consolidada do grupo somou **R\$ 14,9 bilhões no 4T21**, aumento de 6,7% vs 4T20 (excluindo créditos tributários do 4T20). **No acumulado 2021, a receita líquida foi de R\$ 51,3 bilhões;**
- O **Novo GPA Brasil** (operações excluindo hipermercados e drogarias) apresentou um resultado positivo apesar do cenário macroeconômico desafiador, com crescimento de **2,3% vs 4T20 em suas vendas mesmas lojas** refletindo o crescimento da bandeira Pão de Açúcar e os formatos de Proximidade com ganho importante de *market share*. No 4T21 a penetração de vendas *online* total foi de **8,4%** e a venda do *e-commerce* totalizou **R\$ 480 milhões**, crescimento de **46,2% vs 4T20**;
- O **Grupo Éxito** registrou novamente um **crescimento de dois dígitos nas vendas mesmas lojas de 15,3% vs 4T20**, com crescimento nos 3 países de atuação e desempenho no trimestre acima da inflação. As vendas *omnichannel* representaram 9,9% das vendas totais no ano de 2021.

Margem EBITDA Ajustada Consolidada:

- A **margem EBITDA Ajustada Consolidada** foi de 8,0% no trimestre, queda de 1,4 p.p vs 4T20, excluindo os créditos tributários desse período. No acumulado de 2021 a margem EBITDA Ajustada Consolidada foi de 7,4%, queda de 0,4 p.p.;
- No **GPA Brasil** a margem EBITDA Ajustada foi de 5,4% no 4T21. A redução vs 4T20, que se concentra no lucro bruto, explicada principalmente pelo processo de desmobilização das lojas de hipermercado e drogarias devido ao encerramento dessas operações. No perímetro do **Novo GPA Brasil**, a **margem EBITDA Ajustada foi de 8,4%** no 4T21, melhora de 0,2 p.p vs 4T20. No ano de 2021 a melhora da margem EBITDA ajustada foi de 0,8 p.p., atingindo 8,8%;
- O **Grupo Éxito atingiu alto nível de Margem EBITDA Ajustada com 10,6% no 4T21**, estável em relação ao 4T20. No acumulado do ano o Grupo Éxito apresentou um **ganho de 0,5 p.p na margem**.

Lucro Líquido Consolidado:

- No **4T21 o Lucro Líquido Consolidado dos Controladores foi de R\$ 777 milhões**. Em 2021 Lucro Líquido Consolidado dos Controladores atingiu **R\$ 805 milhões**, mesmo em um ano com retração no consumo no Brasil e retomada da economia na Colômbia apenas no segundo semestre do ano.

Teleconferência sobre os Resultados do 4T21

Quinta-feira

24 de fevereiro de 2022

10h00 (horário de Brasília)

08h00 (NY)

13h00 (Londres)

 **Português (idioma original)**

Videoconferência: www.gpari.com.br 

 **Inglês (tradução simultânea)**

Videoconferência: www.gpari.com.br/en/ 

Replay: www.gpari.com.br 

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dívida Líquida:

- Dívida Líquida de R\$ - 697 milhões em dezembro de 2021, mantendo uma baixa relação de dívida líquida/EBITDA de -0,3x e sólida de posição de caixa de R\$ 8,3 bilhões.

Compromissos ESG:

- O Grupo GPA faz parte dos principais índices de sustentabilidade ao redor do mundo e vem evoluindo constantemente suas iniciativas ESG com destaque em 2021 para:
 - **Brasil:** Nos tornamos uma das 418 empresas em 45 países e regiões a **participar do Bloomberg Gender-Equality Index (GEI) 2022**, um índice modificado de capitalização de mercado que visa acompanhar o desempenho de empresas públicas comprometidas com a transparência nos relatórios de dados de gênero. Destacamos também que, em alinhamento com nosso compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) reduzimos de 6,9% nas emissões de escopo 1 e 2 em relação a 2020;
 - **Éxito:** apoiamos o comércio local na Colômbia, onde 90% de todas frutas e legumes foram adquiridos de fornecedores locais. Destacamos também a doação de **934 toneladas de alimentos e 111 toneladas de não alimentos** a bancos de alimentos e fundações.

GPA Consolidado
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
Cenário de recuperação no Brasil e manutenção do bom desempenho na Colômbia

R\$ milhões, exceto quando indicado	GPA Consolidado ⁽¹⁾							
	4T21	4T20 ⁽²⁾ Excluindo Créditos Tributários	4T20	Δ 21 vs 20 ⁽²⁾	2021	2020 ⁽²⁾ Excluindo Créditos Tributários	2020	Δ 21 vs 20 ⁽²⁾
Receita Bruta	16.381	15.417	15.417	6,2%	56.374	55.732	55.732	1,2%
Receita Líquida	14.875	13.936	14.770	6,7%	51.291	50.419	51.253	1,7%
Lucro Bruto	3.726	3.725	4.559	0,0%	12.950	12.915	13.749	0,3%
Margem Bruta	25,0%	26,7%	30,9%	-1,7 p.p.	25,2%	25,6%	26,8%	-0,4 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(2.589)	(2.498)	(2.515)	3,6%	(9.353)	(9.326)	(9.343)	0,3%
% da Receita Líquida	17,4%	17,9%	17,0%	-0,5 p.p.	18,2%	18,5%	18,2%	-0,3 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	273	138	138	97,4%	(7)	(71)	(71)	-89,6%
EBITDA Ajustado ⁽³⁾	1.186	1.314	2.132	-9,8%	3.814	3.920	4.738	-2,7%
Margem EBITDA Ajustada ⁽³⁾	8,0%	9,4%	14,4%	-1,4 p.p.	7,4%	7,8%	9,2%	-0,4 p.p.
Lucro Líquido Controladores⁽⁴⁾	777	374	1.316	107,7%	805	151	1.092	433,0%
Margem Líquida - Controladores ⁽⁴⁾	5,2%	2,7%	8,9%	2,5 p.p.	1,6%	0,3%	2,1%	1,3 p.p.

(1) Consolidado considera os resultados das operações do GPA Brasil, as operações do Grupo Éxito (Colômbia, Uruguai e Argentina), outros negócios (Stix Fidelidade, Cheftime e James Delivery), o resultado da CDiscount (na linha de equivalência patrimonial) e as operações em processo de descontinuação (lojas em cessão para Assaí e drogarias)

(2) Excluindo elementos excepcionais conforme demonstrado no release do 4T20 (R\$ 941 milhões no lucro líquido sendo: R\$ 834 milhões na receita líquida e lucro bruto, R\$ -17 milhões nas despesas com vendas, R\$ 536 milhões no resultado financeiro e R\$ +412 milhões no imposto de renda, principalmente, referente a créditos fiscais)

(3) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais

(4) Lucro Líquido não considera resultado de Sendas S.A. (Assaí)

Aviso / Disclaimer: As declarações contidas neste comunicado relativas à perspectiva dos negócios da Companhia, projeções de resultados operacionais / financeiros, potencial de crescimento da Empresa e relativas às estimativas de mercado e macroeconómicas constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas crenças, intenções e expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Estas expectativas são altamente dependentes de mudanças do mercado, do desempenho económico geral do Brasil, da indústria e dos mercados internacionais e, portanto, estão sujeitas a mudanças.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mensagem do CEO

O ano de 2021 foi intenso, desafiador, e um dos mais importantes da história recente do GPA. Passamos por profundas mudanças e tomamos decisões complexas e corajosas. E, em mais um ano de pandemia, seguimos exercendo nosso papel de essencialidade, abastecendo as casas de milhões de pessoas, sempre protegendo e cuidando de nossos(as) colaboradores(as) e clientes e buscando avançar em impactos positivos em aspectos sociais, ambientais e de governança.

Fruto de decisões estratégicas, um novo GPA começou a ser construído: iniciamos o ano com a cisão do negócio de atacarejo Assaí e finalizamos um ciclo com a descontinuidade do formato de hipermercados do Grupo no Brasil, suportados por uma análise de médio e longo prazos das tendências do varejo e das características do mercado brasileiro.

Nossa energia agora se canaliza para acelerar o plano de expansão, fortalecendo as competências centrais nos segmentos de maior rentabilidade e desempenho do nosso portfólio – premium e de proximidade –, supermercados de vizinhança e do negócio de e-commerce alimentar. É um novo GPA e um novo ciclo que reforça nossas fortalezas e proporciona a melhor experiência de compra aos nossos clientes.

Este período também foi de consolidação da nossa estratégia digital. Aprimoramos aplicativos, ferramentas e processos, angariando novos(as) consumidores(as) para o comércio eletrônico e fortalecendo um perfil omnicanal de compras, que combina presencial e digital – englobando *marketplace*, WhatsApp, nossos apps e plataformas de colaboração aberta. No Grupo Éxito continuamos a implementação de soluções que utilizam tecnologias sem contato, atendimento ao cliente, análise de dados, logística e cadeia de suprimentos e gestão de RH de acordo com a estratégia estabelecida para o período 2021-2024.

Somos, assim, cada vez mais multiformato, multicanal e multirregião, no Brasil, Colômbia, Argentina e Uruguai.

Mesmo diante do cenário macroeconômico ainda muito desafiador, finalizamos 2021 com uma receita de R\$ 56,4 bilhões, a geração de caixa (EBITDA) de R\$ 3,8 bilhões, e um lucro líquido que somou R\$ 805 milhões.

Nossa operação envolve milhares de colaboradores(as) e milhões de clientes e estamos comprometidos em adotar práticas socioambientais que contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva e responsável. Nossa atuação como agente de transformação na sociedade, aliada às nossas práticas, foram reconhecidas pelo mercado em diferentes rankings, o que nos enche de orgulho e sinaliza que estamos no caminho certo.

Temos pela frente um 2022 que também deve ser um período de grande volatilidade e estamos preparados para mais um ano de adaptação, com flexibilidade, agilidade e resiliência, apoiados pela capacidade de execução de nosso time incrível que faz acontecer todos os dias.

Tudo que fazemos é para atuar constantemente na promoção do nosso propósito que é alimentar sonhos e vidas, de forma legítima e seguir como protagonistas no varejo alimentar, proporcionando cada vez mais o consumo saudável e sustentável e nosso compromisso com a sociedade a qual fazemos parte.

Jorge Faiçal
Diretor Presidente do GPA

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GPA BRASIL**Desempenho de Vendas****Destaque para os formatos de supermercados e proximidade**

RECEITA BRUTA (R\$ milhões)	2021	4T21/4T20		
	Vendas totais	Vendas totais	% Total lojas	Mesmas lojas ⁽³⁾
Pão de Açúcar	7.801	2.133	0,2%	0,9%
Mercado Extra / Compre Bem	5.247	1.429	-1,4%	-1,7%
Proximidade	2.196	590	20,7%	20,2%
Postos	1.765	468	-2,7%	2,3%
Outros negócios ⁽¹⁾	338	86	-4,5%	n.d.
GPA Brasil ex hiper e drogarias	17.347	4.707	1,5%	2,3%
Extra Hiper	11.486	3.188	-10,4%	-7,0%
Drogarias	196	41	-29,4%	-24,1%
GPA Brasil⁽²⁾	29.028	7.936	-3,9%	-1,8%

(1) Receitas provenientes do aluguel de galerias comerciais

(2) GPA Brasil não inclui o resultado de Stix fidelidade, Cheftime e James Delivery

(3) Para refletir o efeito calendário foi reduzido 0,04 p.p. no 4T21 e 0,3 p.p. no ano de 2021



As vendas totais do Novo GPA Brasil atingiram **R\$ 4,7 bilhões no 4T21**. Em relação às mesmas lojas, mesmo com uma base comparável forte e cenário macroeconômico desafiador, houve um aumento de 2,3% em relação ao 4T20. O crescimento do canal online, foi de 46,2% YoY, diretamente ligado ao crescimento da omnicanalidade e expansão das parcerias com last milers, além da retomada das lojas Pão de Açúcar com crescimento de market share e aumento no fluxo de clientes, além do forte crescimento nos formatos de Proximidade e Postos.

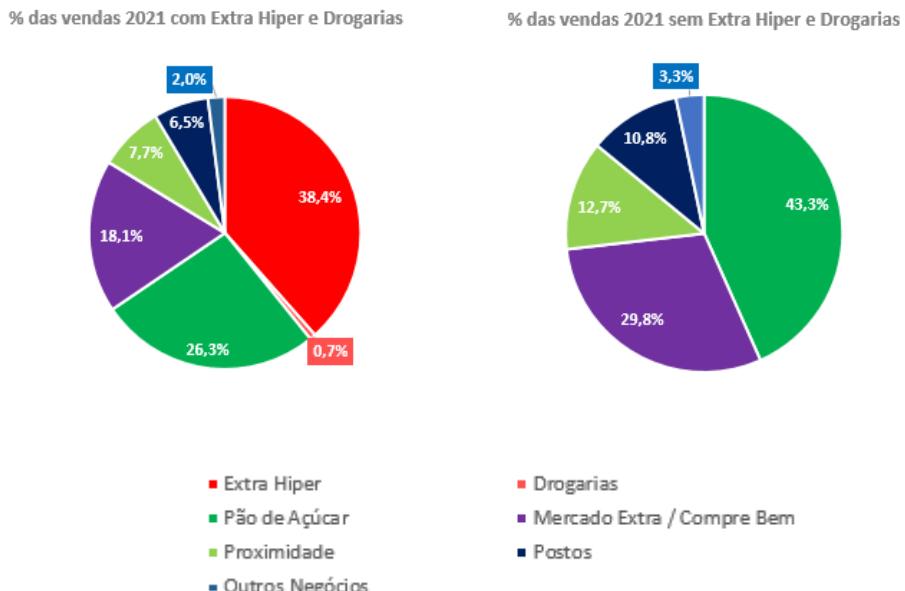
O LfL (*like-for-like*) de 2,3% mostra uma importante recuperação versus o segundo e terceiro trimestre de 2021, conforme gráfico ao lado.

Incluindo as operações dos hipermercados e das drogarias, as vendas mesmas lojas reduziram 1,8% vs 4T20, reflexo da eficiente desmobilização das lojas realizada em 3 meses e que já impactaram significativamente a venda no 4T21.

No 4T21 as vendas de mesmas lojas na bandeira Pão de Açúcar cresceram 0,9% vs 4T20, trazendo o resultado da estratégia da companhia com aumento de serviço nas áreas de perecíveis e linha de caixa, ganho de performance operacional, comunicação das promoções e reformas das lojas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com a descontinuidade da operação dos hipermercados e drogarias, a participação em vendas em % do Pão de Açúcar passou a ser de 43,3% em 2021 vs 26,3% considerando as vendas dos hipermercados e drogarias, o que reforça o posicionamento da companhia de investir na marca através de um plano de expansão coeso e estratégico, fortalecendo o formato de maior rentabilidade do Grupo.



Supermercado/Proximidade

Pão de Açúcar

O quarto trimestre de 2021 foi marcado pela retomada do crescimento da bandeira Pão de Açúcar e pelo de ganho *market share* AS Brasil (Autosserviço Brasil) e também no segmento Premium, segundo pesquisa Nielsen. Esse ganho de *market share* é resultado de uma estratégia focada na conversão de lojas para o modelo G7, na revisão das dinâmicas promocionais da bandeira, no foco em atendimento nas áreas de perecíveis e frente de caixa, com grandes evoluções na performance operacional. No trimestre, tivemos um crescimento de vendas em mesmas lojas, mesmo em um cenário macroeconômico desafiador.



Durante o 4T21, das 181 lojas da bandeira, distribuídas em 13 estados do país, fizemos **ajustes de layout em 50 lojas**, além da **reforma completa de 4 lojas para o conceito G7**. Além disso, inauguramos uma nova loja do Pão de Açúcar em Limeira, interior do estado de São Paulo – a primeira loja a fazer parte do nosso plano de expansão de 100 novas lojas nos próximos 3 anos. A loja possui 1.230m² de área de venda e já foi inaugurada no **conceito G7** para melhor experiência de compra do consumidor, focando no fluxo de compras mais fluido com destaque para produtos frescos. A loja conta com 5 *self-checkouts* e o espaço de Clique & Retire, onde o cliente consegue retirar suas compras feitas pelo site ou app. Em 2021, reafirmamos nossos compromissos de investimento e fortalecimento da marca, um ícone do varejo no Brasil.

Outro ponto de destaque foram as vendas *online*, que continuam a crescer impulsionadas pelas parcerias com *last miles* anunciadas ao longo de 2021, com penetração de venda média de 15%, chegando a alcançar picos de 20% ao longo do 4T21. Ainda, tivemos um importante crescimento de fidelização de nossos clientes através de uma nova estratégia desenvolvida no 4T21: a possibilidade de resgates de pontos Stix diretamente no caixa das lojas. Após a disponibilização dessa ferramenta, registramos um crescimento de 4X no número de resgates vs 3T21.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mercado Extra e Compre Bem

O Mercado Extra e o Compre Bem tiveram um desempenho no 4T21 em linha com o resultado do 4T20. Importante destacar que o perfil do consumidor das duas bandeiras difere bastante do público-alvo dos atacadistas. As lojas do Mercado Extra e Compre Bem são lojas de vizinhança, onde os clientes costumam ir mais de uma vez por semana para fazer a compra repositora. A consolidação desse modelo em todas as praças em que as bandeiras estão instaladas reforça a confiança do Grupo nesse formato.

O Mercado Extra seguiu acelerando a integração de suas unidades à operação de *e-commerce* alimentar, com **73 lojas operando na modalidade Express ao final de 2021**. Além disso, as vendas de *last miles* também aceleraram de maneira significativa, com crescimento de mais de 50% vs 3T21.



Proximidade

Durante todo o ano de 2021 inauguramos 12 novas lojas do Minuto Pão de Açúcar como parte do nosso plano de expansão que prevê **100 novas lojas desse formato nos próximos 3 anos**.



O modelo de proximidade apresentou **crescimento de duplo dígito** no 4T21, mantendo a forte tendência já observada nos últimos trimestres, com crescimento de vendas mesmas lojas de 20,2% em relação ao 4T20. No acumulado de 2021, o crescimento foi de 26,6% vs. o ano de 2020.

Em outubro de 2021 lançamos a **primeira loja do novo formato Pão de Açúcar Fresh** na cidade de São Caetano do Sul, no estado de São Paulo. Esse novo modelo é focado na compra repositora de produtos frescos e permite ocupar o espaço de formato entre Minuto Pão de Açúcar e o Pão de Açúcar tradicional. Importante destacar que esse formato já nasceu com a fortaleza do GPA no *e-commerce* alimentar, com Clique & Retire e as parcerias *last miles*.

Marcas Exclusivas

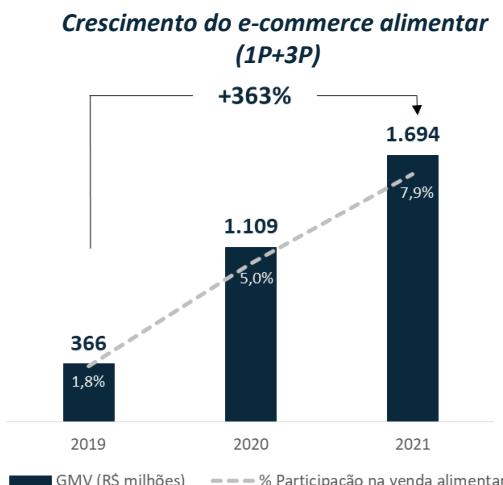
Durante o ano de 2021 as marcas exclusivas (Qualitá, Taeq, Casino, Cheftime, Club des Sommeliers e Finlandek) tiveram grandes resultados e iniciativas:

- Participação das vendas alcançou 21,1% com 4,5 bilhões de vendas;
- 82% de penetração de clientes (8 a cada 10 compram algum item de marca própria);
- Lançamento de mais de 100 produtos resultando em um sortimento alimentar de aproximadamente 5.600 SKUs;
- Marca Qualitá foi reconhecida pela ABMAPRO (Associação Brasileira de Marcas Próprias) como a marca própria com a maior participação de mercado, além de ter recebido o índice RA 100 do Reclame Aqui (excelência na qualidade do atendimento ao consumidor);
- Club des Sommeliers conquistou 3 medalhas de ouro no concurso internacional Catad'or;
- Para a categoria de ovos, 40,2% das unidades vendidas de Marcas Exclusivas foram de galinhas livres de gaiolas (meta 2021: 36%, meta de atingir 100% em 2025).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Estratégia Digital

Estaremos onde o cliente estiver, dando continuidade à nossa estratégia de plataforma aberta e colaborativa



O e-commerce segue sendo uma importante avenida de crescimento para o Grupo GPA Brasil, representando 8,4% da venda total de alimentos no trimestre. **No 4T21 tivemos um ganho expressivo de 46,2% GMV vs 4T20**, mesmo com o impacto da transação do hipermercado nas vendas e mercado de consumo desafiador. No acumulado do ano as vendas atingiram R\$ 1,7 bilhão, crescimento de 53% vs 2020. Essas vendas já representam 7,9% da venda total do segmento de alimentos do GPA Brasil, com picos de 20% de representatividade no Pão de Açúcar.

Destacamos também o **forte crescimento na quantidade de pedidos realizados no 4T21**, tivemos um incremento de **132,5% no número de pedidos** vs 4T20 e 99% no comparativo ano vs ano.

VENDAS NA PLATAFORMA DIGITAL PRÓPRIA (1P)

Conforme anunciado no 3T21, lançamos **diversas iniciativas** que intensificam o crescimento do e-commerce e melhoram a usabilidade das nossas plataformas: *login social*, entrega aos domingos, Clique & Retire em 1 hora, lançamento do *cashback*, WhatsApp, pix, **entrega em 30 minutos (ultra conveniência)**, entrega com carros elétricos e a nova ferramenta de busca. Reforçando a estratégia do Grupo de **estar onde o cliente estiver**, em uma plataforma aberta e colaborativa.

Em 2021 expandimos os nossos serviços com: entrega agendada, nossa atividade integrada de *last mile* James Delivery e entrega Express e Clique & Retire, presente em mais de 300 lojas.

PARCERIAS

Em linha com a nossa estratégia de estar onde o cliente estiver, fizemos diversas parcerias ao longo de 2021 que já trouxeram resultados importantes em 2021:

- **Last Mile (next hour):** parcerias com iFood, B2W/Americanas, Rappi e Cornershop. No ano, as vendas através dessas parcerias representaram 23,5% do total de vendas online no período;
- **Mercado Livre (Meli):** anunciada no 2T21, vem crescendo a cada mês. No **4T21 aumentamos nosso faturamento em 75,5%** comparado ao desempenho do 3T21, com aproximadamente 4 mil itens de supermercado das redes na plataforma com as marcas Pão de Açúcar e Extra;
- **HomeRefil:** onde demos início ao nosso serviço de *Retail as a service* (RAAS). O projeto será executado a partir da combinação de dois serviços em uma dinâmica *full service*: disponibilização de estoque para o canal e realização das operações de manipulação e separação de pedidos e entregas.

MARKET PLACE (3P)

Seguimos evoluindo em nossa estratégia de ampliar nosso sortimento com foco nas verticais **complementares ao nosso core business alimentar** (vinhos, cervejas, frescos e saudáveis, churrasco, *baby care*, *personal care* e *pet care*). Continuamos acelerados em nosso processo de *onboarding* para potencializar ainda mais a quantidade de SKUs disponíveis e seguimos mantendo nossos indicadores de nível de serviço. Em 2021 lançamos nossa plataforma de **fulfillment para os sellers do marketplace**, garantindo entregas rápidas, fretes competitivos e rastreabilidade dos pedidos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GRUPO ÉXITO

Desempenho de Vendas

Forte retomada da economia na Colômbia e gradual melhora dos negócios imobiliários em todos os países

RECEITA BRUTA (R\$ milhões)	2021	4T21/4T20			
		Vendas Totais	Vendas Totais	% Total lojas	% Total lojas Câmbio constante
Grupo Éxito	27.264	8.419		17,8%	16,2%
Colômbia	20.669	6.400		13,1%	15,1%
Uruguai	4.552	1.286		5,9%	6,2%
Argentina	2.044	733		167,4%	54,9%

(1) Desempenho no conceito mesmas lojas considera o crescimento em câmbio constante. Para refletir o efeito calendário, no 4T21 foi adicionado -0,1 p.p. no Grupo Éxito (0,0 p.p. na Colômbia, -0,5 p.p. no Uruguai e 0,0 p.p. na Argentina) e para o ano de 2021 foi adicionado -0,3 p.p. no Grupo Éxito (-0,4 p.p. na Colômbia, -0,5 p.p. no Uruguai e -0,4 p.p. na Argentina)

O Grupo Éxito apresentou um excelente desempenho de vendas no 4T21, com forte crescimento tanto em BRL quanto em COP. A receita bruta totalizou R\$ 8,4 bilhões no trimestre, representando um **crescimento de 17,8% YoY**. No conceito ‘mesmas lojas’, **as vendas apresentaram crescimento de 15,3% no trimestre**. No acumulado do ano, a receita cresceu 10,5%, atingindo R\$ 27,3 bilhões. Esses crescimentos foram impulsionados por:

- Foco em inovação, na Colômbia os **formatos inovadores representaram 33,3% das vendas**;
- Forte desempenho *omnichannel*, com penetração na **venda de 9,9%** em 2021 (11,9% na Colômbia, 3,6% no Uruguai e 2,6% na Argentina);
- Maior contribuição dos negócios complementares, beneficiados pela diminuição das restrições durante o ano.

COLÔMBIA

Sólido crescimento trimestral e anual das vendas na Colômbia, resultado da i) **recuperação da confiança do consumidor que elevou os níveis de consumo no país**; ii) reforma de mais de 50 lojas, para formatos mais aderentes ao estilo dos consumidores modernos; iii) crescimentos dos negócios complementares como *Real Estate* (**taxa de ocupação em 94%**), Puntos Colombia e Tuya e iv) **crescimento importante das vendas omnichannel**.

URUGUAI

O contexto macroeconômico e de consumo do Uruguai melhoraram gradualmente ao longo de 2021, principalmente com a retomada do turismo ao final do ano. Com isso, **as vendas mesmas lojas cresceram 5,9%** no 4T21, contribuindo com **17% das vendas consolidadas do Éxito**.

ARGENTINA

Crescimento das vendas acima da inflação é reflexo das menores restrições ao longo de 2021, melhor desempenho do varejo alimentar, efeito positivo de tráfego nas lojas e nas galerias comerciais e evolução das vendas no *e-commerce* e *last mile*.

Para maiores informações sobre o resultado do Grupo Éxito, segue link para os resultados divulgados:

<https://www.grupoexito.com.co/en/financial-information>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Desempenho Financeiro****GPA BRASIL**

R\$ milhões, exceto quando indicado	GPA Brasil ⁽¹⁾							
	4T21	4T20 ⁽²⁾ Excluindo Créditos Tributários	4T20	Δ 21 vs 20 ⁽²⁾	2021	2020 ⁽²⁾ Excluindo Créditos Tributários	2020	Δ 21 vs 20 ⁽²⁾
Receita Bruta	7.936	8.255	8.255	-3,9%	29.028	31.004	31.004	-6,4%
Receita Líquida	7.311	7.544	8.378	-3,1%	26.864	28.336	29.170	-5,2%
Lucro Bruto	1.701	2.046	2.880	-16,8%	6.599	7.385	8.219	-10,6%
Margem Bruta	23,3%	27,1%	34,4%	-3,8 p.p.	24,6%	26,1%	28,2%	-1,5 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(1.345)	(1.428)	(1.445)	-5,8%	(4.948)	(5.358)	(5.374)	-7,6%
% da Receita Líquida	18,4%	18,9%	17,2%	+0,5 p.p.	18,4%	18,9%	18,4%	+0,5 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	6	29	29	-77,8%	47	118	118	-59,8%
% da Receita Líquida	0,1%	0,4%	0,3%	-0,3 p.p.	0,2%	0,4%	0,4%	-0,2 p.p.
EBITDA Ajustado⁽³⁾	393	676	1.494	-41,8%	1.848	2.271	3.088	-18,6%
Margem EBITDA Ajustada ⁽³⁾	5,4%	9,0%	17,8%	-3,6 p.p.	6,9%	8,0%	10,6%	-1,1 p.p.

(1) GPA Brasil não inclui o resultado de outros negócios (Stix Fidelidade, Cheftime e James Delivery)

(2) Excluindo elementos excepcionais conforme demonstrado no release do 4T20 (R\$ 941 milhões no lucro líquido sendo: R\$ 834 milhões na receita líquida e lucro bruto, R\$ -17 milhões nas despesas com vendas, R\$ 536 milhões no resultado financeiro e R\$ +412 milhões no imposto de renda, principalmente, referente a créditos fiscais)

(3) Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais

Em 14 de outubro de 2021, divulgamos o encerramento da operação do formato de hipermercados no Brasil, com a cessão de até 70 pontos comerciais ao Assaí, conversões de lojas para outros formatos e fechamentos de alguns pontos. Mantivemos nosso compromisso com o cliente, principalmente no abastecimento de produtos essenciais, montamos um cronograma de desmobilização das lojas que se iniciou em outubro com a parada de compras de algumas categorias alimentares não essenciais e não alimentar, e seguiu com reduções de tamanho de loja até seus fechamentos entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022. A redução da loja permitiu que ganhássemos produtividade tendo uma loja mais simples (abastecimento e precificação) e menor sortimento. Na primeira quinzena de dezembro foram encerradas 21 lojas e outras 10 lojas no dia de Natal, totalizando 31 lojas encerradas em dezembro de 2021.

O **Lucro Bruto do GPA Brasil totalizou R\$ 1,7 bilhão no trimestre** e margem de 23,3%, queda de 3,8 p.p. na comparação com o 4T20 – variação explicada principalmente pelo processo de desmobilização das lojas de hipermercado e drogarias: (i) impacto do efeito mix, com a desmobilização das lojas de hipermercados; (ii) maior nível de quebra; (iii) menor investimento da indústria dado processo de desestocagem; e (iv) forte redução das compras. No acumulado do ano, o **Lucro Bruto foi de R\$ 6,6 bilhões e margem de 24,6%**, 1,5 p.p menor vs 2020.

As **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas** totalizaram R\$ 1,3 bilhão, queda de 5,8% vs o 4T20, impactado pela redução de marketing, maior produtividade das lojas de hipermercado e redução na despesa de pessoal. No 4T21, o total de despesas atingiu um percentual de 18,4% da Receita Líquida. No acumulado de 2021, o percentual teve uma redução de 0,5 p.p vs o ano de 2020. As despesas com vendas gerais e administrativas totalizaram R\$ 4,9 bilhões no período.

A **Equivalência Patrimonial** totalizou R\$ 6 milhões no 4T21 e R\$ 47 milhões no ano de 2021, refletindo o resultado da participação de 18% detida na FIC (vs 36% no 4T20).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

TRANSAÇÃO HIPERMERCADOS

O quarto trimestre de 2021 foi marcado pelo abandono da atividade hipermercado e o reposicionamento do GPA como varejista alimentar premium, digital e de proximidade. A atividade dos hipermercados e drogarias representou R\$ 11,7 bilhões em venda bruta anual em 2021, sendo que R\$ 8,1 bilhões estão sendo cedido para o Assaí, R\$ 2,7 bilhões para conversão de lojas e R\$ 860 milhões para fechamento/venda. Dessa forma, o Novo GPA, considerando a venda das lojas que serão convertidas, teria uma venda bruta anual de R\$ 20,0 bilhões em 2021.

No resultado do trimestre tivemos um impacto líquido nas linhas de outras receitas e despesas de R\$ 0,4 bilhão, sendo:

- R\$ 1,2 bilhão de receita da venda dos 20 fundos de comércios e 6 imóveis transferidos em dezembro, que representa 23% da receita total da transação;
- R\$ 481 milhões de baixas de ativos;
- R\$ 522 milhões de efeito positivo pela remensuração do IFRS 16;
- R\$ 817 milhões de despesas, sendo:
 - R\$ 147 milhões relacionadas à demissão de colaboradores;
 - R\$ 283 milhões cancelamento de contratos;
 - R\$ 279 milhões demarcação de estoques;
 - R\$ 108 milhões outras despesas relacionadas a transação;
- Gerando o resultado líquido, antes do IR, no valor de R\$ 426 milhões registrado em Outras despesas operacionais (representando de 15% a 18% da transação).

Dessa forma o lucro líquido das atividades abandonadas esperado para o primeiro trimestre de 2022 é de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão, já considerando as perdas operacionais esperadas para o período de transição das atividades abandonadas.

Em termos de fluxo de caixa, a companhia já recebeu R\$ 1,0 bilhão em 2021, e irá receber mais R\$ 4,2 bilhões até 2024:

- Entre R\$ 1,2 bilhão e R\$ 1,5 bilhão serão utilizados com custos e impostos do projeto;
- Até R\$ 0,5 bilhão é previsto para dividendo mínimo calculado com base no lucro líquido estimado do projeto;
- Entre R\$ 1,2 bilhão e R\$ 1,5 bilhão para acelerar capex de expansão, reformas e conversões de lojas, no decorrer dos próximos três anos, adicionalmente ao capex recorrente da operação;
- O saldo de R\$ 1,7 bilhão a R\$ 2,3 bilhões será utilizado para desalavancagem da companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

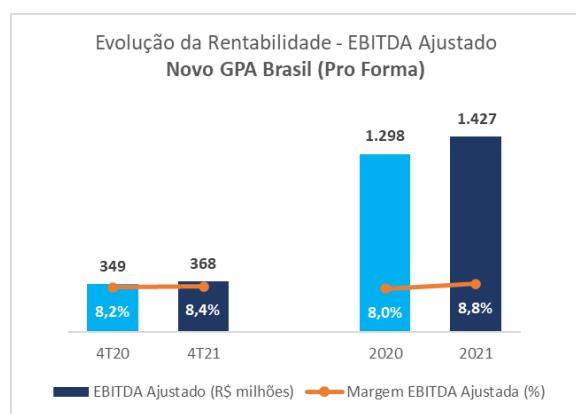
COMPARATIVO PRO FORMA

Abaixo, disponibilizamos um comparativo pro forma do resultado do 4T21 vs 4T20 e do ano de 2021 vs 2020. Esse resultado refere-se ao que chamamos de Novo GPA Brasil, excluindo as 103 lojas de hipermercado Extra e as 102 drogarias (não está incluso as lojas convertidas), considerando a readequação aproximada da malha logística, da nossa sede e demais custos para o novo perímetro.

R\$ milhões, exceto quando indicado	Novo GPA Brasil – Pro Forma ⁽¹⁾					
	4T21	4T20	Δ 21 vs 20	2021	2020	Δ 21 vs 20
Receita Líquida	4.401	4.282	2,8%	16.228	16.278	-0,3%
Lucro Bruto	1.178	1.175	0,3%	4.291	4.358	-1,5%
Margem Bruta	26,8%	27,4%	-0,6 p.p.	26,4%	26,8%	-0,4 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(845)	(881)	-4,1%	(3.049)	(3.290)	-7,3%
% da Receita Líquida	19,2%	20,6%	+1,4 p.p.	18,8%	20,2%	+1,4 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	6	29	-77,8%	47	118	-59,8%
% da Receita Líquida	0,1%	0,7%	-0,6 p.p.	0,3%	0,7%	-0,4 p.p.
EBITDA Ajustado⁽²⁾	368	349	5,4%	1.427	1.298	9,9%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾	8,4%	8,2%	0,2 p.p.	8,8%	8,0%	0,8 p.p.

(1) GPA Brasil não inclui o resultado de outros negócios (Stix Fidelidade, Cheftime e James Delivery) e exclui os 103 hipermercados e 102 drogarias

(2) Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais



No perímetro Novo GPA Brasil, tivemos um **EBITDA Ajustado** de R\$ 368 milhões (+5,4% YoY) e margem de 8,4%, com ganho de 0,2 p.p. vs 4T20.

No ano de 2021, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 1,4 bilhão, aumento de 9,9% vs o desempenho de 2020. Já a margem EBITDA ajustada apresentou ganho de 0,8 p.p. atingindo 8,8% no acumulado do ano.

HISTÓRICO PRO FORMA

R\$ milhões, exceto quando indicado	Novo GPA Brasil – Pro Forma ⁽¹⁾				
	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
Receita Líquida	3.965	3.962	3.900	4.401	16.228
Lucro Bruto	1.062	1.093	958	1.178	4.291
Margem Bruta	26,8%	27,6%	24,6%	26,8%	26,4%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(735)	(720)	(749)	(845)	(3.049)
% da Receita Líquida	-18,5%	-18,2%	-19,2%	-19,2%	-18,8%
EBITDA Ajustado⁽²⁾	368	417	274	368	1.427
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾	9,3%	10,5%	7,0%	8,4%	8,8%

(1) GPA Brasil não inclui o resultado de outros negócios (Stix Fidelidade, Cheftime e James Delivery) e exclui os 103 hipermercados e 102 drogarias

(2) Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GRUPO ÉXITO

R\$ milhões, exceto quando indicado	Grupo Éxito					
	4T21	4T20	Δ 21 vs 20	2021	2020	Δ 21 vs 20
Receita Bruta	8.419	7.148	17,8%	27.264	24.669	10,5%
Receita Líquida	7.541	6.381	18,2%	24.357	22.034	10,5%
Lucro Bruto	2.001	1.673	19,6%	6.291	5.508	14,2%
Margem Bruta	26,5%	26,2%	0,3 p.p.	25,8%	25,0%	0,8 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(1.216)	(1.019)	19,4%	(4.263)	(3.821)	11,6%
% da Receita Líquida	16,1%	16,0%	0,1 p.p.	17,5%	17,3%	0,2 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	(12)	10	-222,8%	10	27	-62,0%
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	802	679	18,1%	2.153	1.822	18,2%
Margem EBITDA Ajustada ⁽¹⁾	10,6%	10,6%	0,0 p.p.	8,8%	8,3%	0,5 p.p.

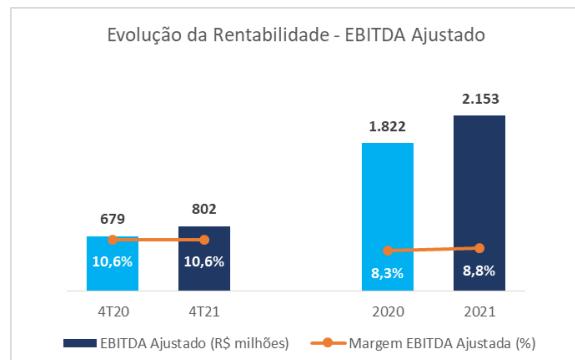
(1) Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais

O **Lucro Bruto** do Grupo Éxito no 4T21 totalizou R\$ 2,0 bilhões (+19,6% YoY) com margem de 26,5%. No acumulado do ano o **Lucro Bruto atingiu R\$ 6,3 bilhões**, impulsionado pela inovação, forte desempenho *omnichannel* em todos os países, maior contribuição dos negócios complementares beneficiados pela diminuição das restrições durante o ano e a volta do turismo no Uruguai no final de 2021.

As **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas** totalizaram R\$ 1,2 bilhão no 4T21 (crescimento de 19,4%), atingindo 16,1% da receita líquida, mantendo-se estável na comparação com o mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano as despesas cresceram 11,6%, atingindo R\$ 4,3 bilhões, acompanhando o crescimento das receitas.

A **Equivalência Patrimonial** totalizou perda de R\$ 12 milhões no 4T21 e ganho de R\$ 10 milhões no ano de 2021, que reflete o resultado da participação de 50% detida em Puntos Colombia e na financeira Tuya (ambas *joint venture* com Bancolombia).

O **EBITDA Ajustado** do 4T21 totalizou R\$ 802 milhões, aumento de 18,1% comparado ao 4T20. A margem EBITDA ajustada manteve-se em linha vs 4T20 atingindo 10,6%. Quando comparado ao ano de 2020, o ano de 2021 apresentou crescimento de 18,2% no EBITDA Ajustado atingindo R\$ 2,2 bilhões, com evolução de 0,5 p.p. na margem para 8,8%.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

No trimestre as Outras Receitas e Despesas atingiram R\$ 273 milhões. O resultado está relacionado, principalmente:

- i) Transação de lojas Extra Hiper: ganho de ~R\$ 426 milhões, conforme explicado nos efeitos da transação das lojas de hipermercado;
- ii) Contingências tributárias e imobiliárias no Brasil: ~R\$ 70 milhões;
- iii) Grupo Éxito: ~R\$ 70 milhões de *impairment* sobre avaliação de imobilizado e despesas tributárias.

RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ milhões)	Consolidado							
	4T21	4T20 ⁽¹⁾ Excluindo Créditos Tributários	4T20	Δ	2021	2020 ⁽¹⁾ Excluindo Créditos Tributários	2020	Δ
Receitas financeiras	149	22	602	576,4%	373	169	749	120,7%
Despesas financeiras	(390)	(135)	(179)	188,7%	(975)	(704)	(748)	38,5%
Custo da dívida	(189)	(91)	(135)	107,2%	(516)	(344)	(388)	49,9%
Custo de antecipação de recebíveis	(64)	(13)	(13)	389,4%	(117)	(58)	(58)	102,5%
Outras despesas financeiras	(135)	(21)	(21)	544,9%	(341)	(236)	(236)	44,3%
Variação cambial líquida	(2)	(10)	(10)	-78,3%	(1)	(66)	(66)	-98,3%
Resultado Financeiro Líquido	(241)	(113)	423	113,2%	(602)	(535)	1	12,5%
% Receita Líquida	1,6%	0,8%	2,9%	2,4 p.p.	1,2%	1,1%	0,0%	2,3 p.p.
Juros sobre passivo de arrendamento	(180)	(183)	(183)	-1,5%	(719)	(728)	(728)	-1,2%
Resultado Financeiro Líquido - Pós IFRS 16	(421)	(296)	240	42,3%	(1.322)	(1.263)	(727)	4,6%
% Receita Líquida - Pós IFRS 16	-2,8%	2,1%	1,6%	-4,9 p.p.	-2,6%	2,5%	-1,4%	-5,1 p.p.

(1) Excluindo elementos excepcionais conforme demonstrado no release do 4T20 (R\$ 536 milhões no resultado financeiro, sendo R\$ 580 milhões referente a créditos fiscais e uma despesa R\$ 44 milhões relacionada a uma renegociação das dívidas)

O resultado financeiro líquido do GPA Consolidado totalizou uma despesa de R\$ 241 milhões no trimestre, representando 1,6% da receita líquida. Incluindo os juros sobre o passivo de arrendamento, o montante alcançou R\$ 421 milhões no trimestre, equivalente a 2,8% da receita líquida.

As principais variações no resultado financeiro no trimestre foram:

- Receitas financeiras: R\$ 149 milhões no 4T21 (vs R\$ 22 milhões no 4T20), composto por:
 - Maior rentabilidade do caixa em função do aumento dos juros no período, juntamente com um volume maior de caixa;
- Despesas financeiras (incluindo custo de antecipação de recebíveis): R\$ 390 milhões no 4T21 (vs R\$ 135 milhões no 4T20), composto por:
 - Maior custo de dívida em função de uma maior taxa de juros no Brasil, compensado por um menor custo de dívida no Grupo Éxito;
 - Aumento do custo de desconto de recebíveis decorrente do aumento do CDI no período;
- Juros sobre passivo de arrendamento em linha com o 4T20.

No ano, o resultado financeiro totalizou uma despesa de R\$ 1,3 bilhão, representando 2,6% da receita líquida, em linha com o desempenho do ano de 2020.

LUCRO LÍQUIDO

Lucro Líquido dos Acionistas Controladores **atingiu R\$ 805 milhões em 2021**, mesmo em um ano com retração no consumo no Brasil e retomada da economia na Colômbia apenas no segundo semestre do ano. Além do impacto líquido da transação do Extra Hiper, tivemos um impacto não recorrente na linha de imposto de renda (créditos tributários, subvenção para investimentos e outros), conforme nota 20.1 das demonstrações financeiras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DÍVIDA LÍQUIDA

ENDIVIDAMENTO (R\$ milhões)	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020 ⁽²⁾
Dívida de Curto Prazo	(1.470)	(2.309)
Empréstimos e Financiamentos	(381)	(1.089)
Debêntures	(1.089)	(1.220)
Dívida de Longo Prazo	(7.582)	(6.831)
Empréstimos e Financiamentos	(4.058)	(3.453)
Debêntures	(3.524)	(3.378)
Total da Dívida Bruta	(9.051)	(9.140)
Caixa e Aplicações Financeiras	8.274	8.711
Dívida Líquida	(777)	(429)
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	2.349	2.625
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	80	91
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	(697)	(338)
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados / EBITDA Ajustado⁽¹⁾	-0,3x	-0,1x

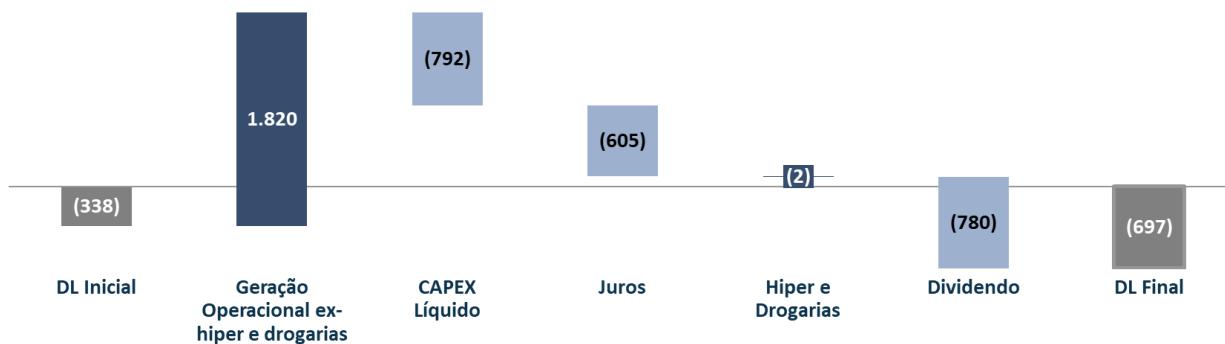
(1) EBITDA Ajustado pré-IFRS 16, acumulado últimos 12 meses

(2) Para 31.12.2020 os valores de dívida e EBITDA consideram o resultado do Assai

A dívida líquida incluindo o saldo de recebíveis não antecipados alcançou R\$ 697 milhões no GPA consolidado em 31 de dezembro de 2021, enquanto o EBITDA ajustado totalizou R\$ 2,3 bilhões. Dessa forma, a Companhia manteve o baixo patamar de alavancagem, com relação dívida líquida/EBITDA ajustado de -0,3x e sólida posição de caixa de R\$ 8,3 bilhões.

Em 2021 o grupo gerou fluxo de caixa operacional R\$ 1,8 bilhão no perímetro das atividades continuadas. No perímetro descontinuado, lojas Extra Hiper e Drogarias, apresentou variação neutra com utilização dos recursos recebidos na primeira parcela de R\$ 1,0 bilhão para redimensionar o capital de giro à nova operação e para financiar custos do projeto.

Evolução da dívida líquida Pro Forma (R\$ milhões)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS

(R\$ milhões)	Consolidado					
	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Novas Lojas e Aquisição de Terrenos	34	8	302,7%	79	54	45,4%
Reformas, Conversões e Manutenções	99	96	3,3%	338	344	-2,0%
TI, Digital e Logística	22	92	-76,0%	314	447	-29,9%
Total Investimentos GPA Brasil	154	196	-21,2%	730	846	-13,7%
Total Investimentos Grupo Éxito	203	96	111,6%	539	337	59,7%
Total Investimentos Consolidado	357	291	22,4%	1.269	1.183	7,2%

O Capex totalizou R\$ 357 milhões no 4T21, sendo R\$ 154 milhões no Brasil e R\$ 203 milhões no Grupo Éxito. No acumulado do ano, o valor ficou em R\$ 1,3 bilhão. No Brasil, os investimentos estão concentrados em reformas/conversões de lojas, inovação e aceleração dos projetos de transformação digital, incluindo sistemas, *marketplace* e *last miles*, infraestrutura em TI e logística e em outros projetos de melhoria da eficiência. No 4T21 aceleramos o Capex de novas lojas dando continuidade ao plano de expansão anunciado em outubro de 2021: +100 novas lojas de proximidade e +100 novas lojas Pão de Açúcar nos próximos 3 anos, incluindo conversões. No Grupo Éxito, cerca de 66,7% do Capex está relacionado às iniciativas de inovação, omnicanalidade e transformação digital.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ESG NO GPA

Agenda com e pela sociedade e o meio ambiente

GPA BRASIL

O GPA tem como compromisso ser um agente mobilizador para uma sociedade mais inclusiva e sustentável. O ano 2021 é parte dessa jornada, no qual destacamos:

1) Promoção da diversidade e inclusão:

Em equidade de gêneros, nos tornamos uma das 418 empresas em 45 países e regiões a fazer parte do **Bloomberg Gender-Equality Index (GEI) 2022**, um índice modificado de capitalização de mercado que visa acompanhar o desempenho de empresas públicas comprometidas com a transparência nos relatórios de dados de gênero. Encerramos 2021 com **36,9% de mulheres em cargos de liderança (gerentes e acima)** e **beneficiamos 608 colaboradores no Programa de Desenvolvimento da Liderança Feminina**.

No tema de equidade racial fomos reconhecidos com o 1º lugar no pilar de Recenseamento do Índice de Equidade Racial Empresarial promovido pela **Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial**. Lançamos também um Programa dedicado ao **Desenvolvimento de colaboradores Negros e Negras**, em parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares, contribuindo com o desenvolvimento de 131 colaboradores.

2) Combate às mudanças climáticas:

Em alinhamento com nosso compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em 30% até 2025 e 38% até 2030 (base 2015), tivemos como resultado em 2021 uma redução de 6,9% nas emissões de escopo 1 e 2 em relação a 2020. Além disso, 88% do consumo de energia das lojas foi migrado para o Mercado Livre de Energia.

3) Gestão integrada e transparência:

- Integrados, pelo segundo ano consecutivo a Carteira do **ISE B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3)**;
- Atingimento de **nota A-** no **CDP Clima (Carbon Disclosure Project)**, nos tornando o varejista alimentar com maior pontuação na América do Sul;
- Estamos presentes também no **Índice de Carbono Eficiente (ICO2) da B3**.

4) Transformação na cadeia de valor:

O GPA possui o compromisso de atuar de forma responsável na sua complexa cadeia de valor. Mapeamos e monitoramos nossas cadeias críticas e seus riscos socioambientais associados. Este trabalho próximo e em colaboração com a nossa cadeia de fornecimento nos resultou os seguintes destaques:

- **Combate ao desmatamento:** Na cadeia de carne, 100% dos fornecedores de carne bovina brasileira estão aderentes à nossa Política Socioambiental de compra de carne, a qual implica na utilização de sistemas próprios de análise socioambiental de suas compras, envio de informações de origem das fazendas de gado e análise de dupla checagem pelo GPA;
 - Participamos do desenvolvimento do **Guia de Elaboração da Política de Compras de Carne do Varejo**, liderado pelas organizações Imaflora e Proforest, instrumento para evolução da rastreabilidade da cadeia da carne bovina e para combate ao desmatamento;
 - Contribuímos com a elaboração do **Protocolo de Monitoramento Voluntário de Fornecedores de Gado no Cerrado**, também liderado pela Imaflora e Proforest, com o objetivo de facilitar a implementação de melhores práticas para o monitoramento de fornecedores de gado no bioma Cerrado;
- **Promoção dos Direitos Humanos:** o GPA publicou a **Política de Direitos Humanos na Cadeia de Valor do GPA**, na qual apresenta as diretrizes gerais e específicas em relação às condições de trabalho aplicadas aos fornecedores.

5) Impacto social e promoção de oportunidades:

- Encerramos 2021 com **mais de 5 mil toneladas de alimentos arrecadados**, em parceria com nossos clientes e colaboradores, para as **mais de 350 instituições sociais** parceiras do Instituto GPA, entre elas Amigos do Bem e Campanha Tem Gente com Fome, beneficiando mais de 500 mil famílias em todo o Brasil;
- **Mais de 3.800 toneladas de alimentos de hortifrutícolas** doadas a bancos de alimentos e instituições parceiras, complementando milhares de refeições.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GRUPO ÉXITO

As iniciativas promovidas durante o ano, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável, trouxeram diversos resultados positivos. Entre os pilares estratégicos estabelecidos para 2021, como destaque temos:

1) Zero desnutrição:

- Por meio da Fundação Éxito, alcançamos em 2021, mais de 70 mil crianças beneficiadas;
- 934 toneladas de alimentos e 111 toneladas de não alimentos doados a bancos de alimentos e fundações.

2) Comércio sustentável:

- Apoando o comércio local, destacamos que 90% de todas frutas e legumes foram adquiridos de fornecedores da Colômbia, sendo que 84% do volume foi comprado de forma direta;
- 100% de nossos fornecedores elegíveis possuem auditorias aprovadas sobre condições de trabalho.

3) Meu planeta:

- Realização de retrofit de equipamentos refrigerantes com gases de menor impacto ambiental em 23 lojas;
- Bandeira Carulla Fresh Market terá o selo de carbono neutro – 21 lojas foram re-certificadas em 2021;
- 788 toneladas de resíduos pós-consumo coletadas de nossos clientes – aumento de 500% em relação a 2020, representando a participação de mais de 187 mil clientes;
- Mais de 20 mil toneladas de resíduos de fundo de loja recicladas durante 2021.

4) Nossa gente:

Avançando na promoção da diversidade, concluímos 2021 com 36,6% de mulheres ocupando cargos de liderança (gerentes e acima), um aumento de 5 p.p. em relação a 2020. Além disso, buscando obter o selo Ouro Equipares em 2022, treinamos cerca de 29 mil colaboradores em temas de diversidade e inclusão durante o ano de 2021.

5) Integridade:

O grupo Éxito foi informado pela Standard & Poor's que, após sua participação na campanha de divulgação do Índice Dow Jones de Sustentabilidade, foi incluído no Year book 2022. Esta edição é a publicação mais abrangente do mundo com base em informações coletadas por meio da Avaliação de Sustentabilidade Corporativa (CSA), destacando as 15% melhores empresas de cada setor.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MOVIMENTAÇÃO DE LOJAS POR BANDEIRAS

No 4T21 iniciamos o processo de fechamento dos Extras hipermercados e drogarias, finalizando a operação de 31 hipermercados e 34 drogarias. No mesmo período, aceleramos o projeto de expansão com a abertura de 10 lojas Minuto Pão de Açúcar e 1 nova loja Pão de Açúcar. No Grupo Éxito foram abertas 8 novas lojas na Colômbia e 1 nova loja no Uruguai.

	4T20	3T21	4T21						Área de vendas m ² (mil)
	Nº de Lojas	Nº de Lojas	Abertas	Abertas por conversão	Fechadas	Fechadas para conversão	Nº de lojas		
GPA Brasil	873	873	10	2	-74	-2	809	1.005	
Pão de Açúcar	182	181	1	0	-1	0	181	233	
Extra Hiper	103	103	0	0	-31	0	72	454	
Extra Supermercado	6	0	0	0	0	0	0	0	
Mercado Extra	141	146	0	0	0	0	146	163	
Compre Bem	28	28	0	0	0	0	28	33	
Mini Extra	150	149	1	0	-7	-2	141	35	
Minuto Pão de Açúcar	86	90	8	2	-1	0	99	24	
Negócios especializados	177	176	0	0	-34	0	142	63	
Postos de combustíveis	74	74	0	0	0	0	74	58	
Drogarias	103	102	0	0	-34	0	68	5	
Grupo Éxito	629	615	4	5	0	-4	620	1.028	
Colômbia	513	499	3	5	0	-4	503	832	
Uruguai	91	91	1	0	0	0	92	92	
Argentina	25	25	0	0	0	0	25	104	
Total Grupo	1.502	1.488	14	7	-74	-6	1.429	2.033	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GPA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Balanço Patrimonial

(R\$ milhões)	BALANÇO PATRIMONIAL					
	ATIVO					
	Consolidado		GPA Brasil		Grupo Éxito	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativo Circulante	17.873	17.641	9.899	9.531	7.871	8.015
Caixas e Equivalentes de Caixa	8.274	8.711	4.706	4.962	3.492	3.687
Contas a Receber	831	686	340	297	484	384
Cartões de Crédito	79	86	79	90	-	-
Tickets de vendas e duplicatas a receber	722	572	198	138	517	425
Provisão para Devedores Duvidosos	(35)	(43)	(0)	(1)	(35)	(42)
Provenientes de Acordos Comerciais	65	71	63	70	2	1
Estoques	5.257	6.536	2.340	3.542	2.916	2.993
Tributos a Recuperar	1.743	983	1.108	412	634	570
Ativos Disponíveis para Venda	1.187	109	1.153	78	34	30
Despesas Antecipadas e Outras Contas a Receber	581	616	252	240	311	350
Ativo Não Circulante	31.570	35.654	13.794	16.672	17.694	18.930
Realizável a Longo Prazo	4.966	4.713	4.731	4.480	261	256
Contas a Receber	1	5	1	1	-	4
Cartões de Crédito	1	5	1	1	-	4
Tributos a Recuperar	2.410	3.100	2.410	3.100	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	581	-	567	-	-	(0)
Partes Relacionadas	517	154	447	97	111	82
Depósitos para Recursos Judiciais	731	563	730	560	-	3
Despesas Antecipadas e Outros	725	891	575	723	150	168
Investimentos	1.253	1.250	791	770	463	480
Propriedades para Investimento	3.254	3.639	-	-	3.254	3.639
Imobilizado	16.344	19.888	6.332	9.376	10.004	10.504
Intangível	5.753	6.164	1.941	2.045	3.711	4.051
TOTAL DO ATIVO	49.443	53.295	23.693	26.203	25.565	26.944

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Balanço Patrimonial

(R\$ milhões)	BALANÇO PATRIMONIAL					
	Consolidado		GPA Brasil		Grupo Éxito	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Passivo Circulante	16.550	18.483	7.528	8.573	8.852	9.729
Fornecedores	10.078	11.424	3.715	4.956	6.330	6.449
Empréstimos e Financiamentos	381	1.089	154	37	227	1.052
Debêntures	1.089	1.220	1.089	1.220	-	-
Passivo de Arrendamento	895	947	547	570	347	377
Salário e Encargos Sociais	809	897	413	510	382	375
Impostos e Contribuições a Recolher	581	585	303	295	276	288
Financiamento Compra de Imóveis	182	100	84	55	98	45
Partes Relacionadas	370	194	258	55	90	77
Propaganda	27	35	26	34	-	-
Provisão para Reestruturação	122	17	118	11	4	7
Receitas a apropriar	383	297	46	18	243	200
Outros	1.571	1.678	711	812	855	860
Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	62	-	62	-	-	-
Passivo Não Circulante	16.511	18.005	12.469	14.390	4.040	3.619
Empréstimos e Financiamentos	4.059	3.464	3.039	2.943	1.020	520
Debêntures	3.524	3.378	3.524	3.379	-	-
Passivo de Arrendamento	5.223	7.427	3.339	5.388	1.883	2.039
Financiamento por compra de ativos	68	-	-	-	68	-
Partes Relacionadas	96	168	96	168	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	935	1.034	6	156	927	883
Impostos Parcelados	153	248	148	241	5	7
Provisão para Demandas Judiciais	1.442	1.386	1.333	1.247	109	139
Receitas a apropriar	65	19	65	19	-	-
Provisão para perda de investimento em associadas	689	591	689	591	-	-
Outros	258	291	231	257	28	31
Patrimônio Líquido	16.381	16.807	3.696	3.240	12.673	13.595
Atribuído aos Acionistas Controladores	13.650	13.695	3.696	3.240	9.943	10.480
Capital Social	5.859	5.434	5.859	4.672	-	(0)
Reservas de Capital	291	479	291	476	-	(0)
Reservas de Lucro	6.925	6.091	(3.029)	(3.664)	10.973	8.455
Outros resultados Abrangentes no Patrimônio	574	1.691	574	1.755	(1.031)	2.025
Participação de Acionistas não Controladores	2.731	3.112	-	-	2.730	3.116
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49.443	53.295	23.693	26.203	25.565	26.944

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO – 4º TRIMESTRE DE 2021

R\$ Milhões	Consolidado ⁽¹⁾			GPA Brasil			Grupo Éxito		
	4T21	4T20	Δ	4T21	4T20	Δ	4T21	4T20	Δ
Receita Bruta	16.381	15.417	6,2%	7.936	8.255	-3,9%	8.419	7.148	17,8%
Receita Líquida	14.875	14.770	0,7%	7.311	8.378	-12,7%	7.541	6.381	18,2%
Custo das Mercadorias Vendidas	(11.090)	(10.166)	9,1%	(5.580)	(5.469)	2,0%	(5.511)	(4.693)	17,4%
Depreciação (Logística)	(59)	(44)	33,2%	(30)	(29)	2,6%	(29)	(15)	91,8%
Lucro Bruto	3.726	4.559	-18,3%	1.701	2.880	-40,9%	2.001	1.673	19,6%
Despesas com Vendas	(2.131)	(2.143)	-0,6%	(1.190)	(1.289)	-7,7%	(930)	(816)	13,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(458)	(372)	23,0%	(155)	(156)	-0,7%	(286)	(202)	41,5%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(2.589)	(2.515)	2,9%	(1.345)	(1.445)	-6,9%	(1.216)	(1.019)	19,4%
Resultado da Equiv. Patrimonial ⁽²⁾	(11)	43	-125,2%	6	29	-77,8%	(12)	10	-222,8%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	273	138	97,4%	352	221	59,5%	(78)	(81)	-3,7%
Depreciação e Amortização	(437)	(484)	-9,6%	(233)	(274)	-15,1%	(200)	(207)	-3,5%
EBIT - Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos	962	1.742	-44,8%	482	1.411	-65,8%	494	375	31,7%
Receitas Financeiras	168	644	-73,9%	95	599	-84,1%	72	45	60,4%
Despesas Financeiras	(589)	(404)	46,0%	(428)	(273)	57,0%	(158)	(130)	22,0%
Resultado Financeiro Líquido	(421)	240	-275,1%	(333)	326	-202,3%	(86)	(85)	1,8%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	542	1.982	-72,7%	149	1.737	-91,4%	408	290	40,4%
Imposto de Renda	300	(632)	-147,5%	494	(494)	-200,0%	(191)	(143)	33,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações em continuidade	842	1.350	-37,6%	642	1.243	-48,3%	217	147	47,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações descontinuadas	(0)	282	-100,1%	(0)	(17)	-100,1%	-	(0)	-100,1%
Lucro Líquido Companhia Consolidado	842	1.632	-48,4%	642	1.226	-57,9%	217	147	47,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade ⁽³⁾	777	1.316	-41,0%	642	1.243	-48,3%	153	108	42,3%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores - op. descontinuadas ⁽³⁾	(0)	282	-100,1%	(0)	(17)	-100,1%	-	-	-100,1%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores Consolidado⁽³⁾	777	1.598	-51,4%	642	1.226	-57,9%	153	108	42,7%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. em continuidade	65	35	89,1%	-	-	-	64	39	61,7%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. descontinuadas	-	-	-100,1%	-	-	-	-	-	-100,1%
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	65	35	89,1%	-	-	-	64	39	61,7%
EBITDA - Lucro oper. antes da deprec. resultado financeiro e impostos	1.459	2.270	-35,7%	745	1.714	-56,5%	724	598	21,0%
EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	1.186	2.132	-44,4%	393	1.494	-73,7%	802	679	18,1%
% da Receita Líquida	Consolidado ⁽¹⁾			GPA Brasil			Grupo Éxito		
	4T21	4T20	Δ	4T21	4T20	Δ	4T21	4T20	Δ
Lucro Bruto	25,0%	30,9%	23,3%	34,4%	26,5%	26,2%			
Despesas com Vendas	-14,3%	-14,5%	-16,3%	-15,4%	-12,3%	-12,8%			
Despesas Gerais e Administrativas	-3,1%	-2,5%	-2,1%	-1,9%	-3,8%	-3,2%			
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	-17,4%	-17,0%	-18,4%	-17,2%	-16,1%	-16,0%			
Resultado da Equiv. Patrimonial ⁽²⁾	-0,1%	0,3%	0,1%	0,3%	-0,2%	0,2%			
Outras Despesas e Receitas Operacionais	1,8%	0,9%	4,8%	2,6%	-1,0%	-1,3%			
Depreciação e Amortização	-2,9%	-3,3%	-3,2%	-3,3%	-2,7%	-3,3%			
EBIT - Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos	6,5%	11,8%	6,6%	16,8%	6,6%	5,9%			
Resultado Financeiro Líquido	-2,8%	1,6%	-4,6%	3,9%	-1,1%	-1,3%			
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	3,6%	13,4%	2,0%	20,7%	5,4%	4,6%			
Imposto de Renda	2,0%	-4,3%	6,8%	-5,9%	-2,5%	-2,2%			
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações em continuidade	5,7%	9,1%	8,8%	14,8%	2,9%	2,3%			
Lucro Líquido Companhia Consolidado	5,7%	11,1%	8,8%	14,6%	2,9%	2,3%			
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade ⁽³⁾	5,2%	8,9%	8,8%	14,8%	2,0%	1,7%			
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores Consolidado⁽³⁾	5,2%	10,8%	8,8%	14,6%	2,0%	1,7%			
Participação de Acionistas Não Controladores - op. em continuidade	0,4%	0,2%	0,0%	0,0%	0,8%	0,6%			
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	0,4%	0,2%	0,0%	0,0%	0,8%	0,6%			
EBITDA - Lucro oper. antes da depr.,result. financeiro e impostos	9,8%	15,4%	10,2%	20,5%	9,6%	9,4%			
EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	8,0%	14,4%	5,4%	17,8%	10,6%	10,6%			

(1) Consolidado considera resultado de outros negócios complementares

(2) Resultado da equivalência patrimonial inclui o resultado de CDiscount no Consolidado

(3) Lucro líquido após participação de acionistas não controladores

(4) Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais



extra



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO – 2021

R\$ Milhões	Consolidado ⁽¹⁾			GPA Brasil			Grupo Éxito		
	2021	2020	Δ	2021	2020	Δ	2021	2020	Δ
Receita Bruta	56.374	55.732	1,2%	29.028	31.004	-6,4%	27.264	24.669	10,5%
Receita Líquida	51.291	51.253	0,1%	26.864	29.170	-7,9%	24.357	22.034	10,5%
Custo das Mercadorias Vendidas	(38.077)	(37.271)	2,2%	(20.115)	(20.825)	-3,4%	(17.951)	(16.419)	9,3%
Depreciação (Logística)	(264)	(233)	13,3%	(149)	(126)	18,3%	(115)	(107)	7,5%
Lucro Bruto	12.950	13.749	-5,8%	6.599	8.219	-19,7%	6.291	5.508	14,2%
Despesas com Vendas	(7.645)	(7.755)	-1,4%	(4.308)	(4.679)	-7,9%	(3.259)	(2.973)	9,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(1.708)	(1.587)	7,6%	(640)	(695)	-7,8%	(1.005)	(848)	18,5%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(9.353)	(9.343)	0,1%	(4.948)	(5.374)	-7,9%	(4.263)	(3.821)	11,6%
Resultado da Equiv. Patrimonial ⁽²⁾	(47)	98	-148,2%	47	118	-59,7%	10	27	-62,0%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(7)	(71)	-89,7%	129	240	-46,2%	(136)	(307)	-55,8%
Depreciação e Amortização	(1.853)	(1.804)	2,7%	(1.069)	(1.069)	0,1%	(771)	(729)	5,7%
EBIT - Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos	1.689	2.630	-35,8%	759	2.134	-64,4%	1.132	679	66,7%
Receitas Financeiras	488	909	-46,3%	317	738	-57,0%	168	170	-1,4%
Despesas Financeiras	(1.809)	(1.637)	10,5%	(1.357)	(1.124)	20,7%	(446)	(510)	-12,5%
Resultado Financeiro Líquido	(1.321)	(728)	81,5%	(1.039)	(386)	169,5%	(279)	(340)	-18,1%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	368	1.902	-80,6%	(280)	1.748	-116,0%	853	339	152,0%
Imposto de Renda	595	(663)	-189,7%	909	(559)	-262,4%	(321)	(110)	192,1%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações em continuidade	963	1.239	-22,3%	628	1.189	-47,1%	532	229	132,7%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações descontinuadas	(3)	1.086	-100,2%	(2)	84	-100,2%	(0)	(2)	-76,0%
Lucro Líquido Companhia Consolidado	960	2.325	-58,7%	626	1.273	-72,5%	532	227	134,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade ⁽³⁾	805	1.092	-26,3%	628	1.189	-47,1%	371	70	427,2%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores - op. descontinuadas ⁽³⁾	(3)	1.086	-100,2%	(2)	84	-100,2%	-	(2)	-76,0%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores Consolidado⁽³⁾	802	2.178	-63,2%	626	1.273	-72,5%	370	69	439,0%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. em continuidade	158	147	7,5%	-	-	-	161	158	1,9%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. descontinuadas	-	-	-76,0%	-	-	-	-	-	-76,0%
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	158	147	7,5%	-	-	-	161	158	1,9%
EBITDA - Lucro oper. antes da deprec. resultado financeiro e impostos	3.806	4.666	-18,4%	1.977	3.329	-40,6%	2.018	1.515	33,2%
EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	3.814	4.738	-19,5%	1.848	3.088	-40,2%	2.153	1.822	18,2%
% da Receita Líquida	Consolidado ⁽¹⁾			GPA Brasil			Grupo Éxito		
	2021	2020		2021	2020		2021	2020	
Lucro Bruto	25,2%	26,8%		24,6%	28,2%		25,8%	25,0%	
Despesas com Vendas	-14,9%	-15,1%		-16,0%	-16,0%		-13,4%	-13,5%	
Despesas Gerais e Administrativas	-3,3%	-3,1%		-2,4%	-2,4%		-4,1%	-3,8%	
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	-18,2%	-18,2%		-18,4%	-18,4%		-17,5%	-17,3%	
Resultado da Equiv. Patrimonial ⁽²⁾	-0,1%	0,2%		0,2%	0,4%		0,0%	0,1%	
Outras Despesas e Receitas Operacionais	0,0%	-0,1%		0,5%	0,8%		-0,6%	-1,4%	
Depreciação e Amortização	-3,6%	-3,5%		-4,0%	-3,7%		-3,2%	-3,3%	
EBIT - Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos	3,3%	5,1%		2,8%	7,3%		4,6%	3,1%	
Resultado Financeiro Líquido	-2,6%	-1,4%		-3,9%	-1,3%		-1,1%	-1,5%	
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	0,7%	3,7%		-1,0%	6,0%		3,5%	1,5%	
Imposto de Renda	1,2%	-1,3%		3,4%	-1,9%		-1,3%	-0,5%	
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações em continuidade	1,9%	2,4%		2,3%	4,1%		2,2%	1,0%	
Lucro Líquido Companhia Consolidado	1,9%	4,5%		2,3%	4,4%		2,2%	1,0%	
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade ⁽³⁾	1,6%	2,1%		2,3%	4,1%		1,5%	0,3%	
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores Consolidado⁽³⁾	1,6%	4,3%		2,3%	4,4%		1,5%	0,3%	
Participação de Acionistas Não Controladores - op. em continuidade	0,3%	0,3%		0,0%	0,0%		0,7%	0,7%	
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	0,3%	0,3%		0,0%	0,0%		0,7%	0,7%	
EBITDA - Lucro oper. antes da depr.,result. financeiro e impostos	7,4%	9,1%		7,4%	11,4%		8,3%	6,9%	
EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	7,4%	9,2%		6,9%	10,6%		8,8%	8,3%	

(1) Consolidado considera resultado de outros negócios complementares

(2) Resultado da equivalência patrimonial inclui o resultado de CDiscount no Consolidado

(3) Lucro líquido após participação de acionistas não controladores

(4) Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais



extra



extra

compre
bem

minuto



James



GPA Malls



éxito



Carulla



Super Inter



Surtimax



Mayorista



Devoto



Paseo

24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

FLUXO DE CAIXA – CONSOLIDADO^(*)

FLUXO DE CAIXA		
(R\$ milhões)	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	960	2.326
Imposto de renda diferido	(676)	69
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(247)	317
Depreciação e amortização	2.117	2.564
Juros e variações monetárias	1.316	1.796
Ajuste a valor presente	1	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	47	(99)
Provisão para demandas judiciais	137	443
Provisão para baixas e perdas	44	45
Remuneração baseada em ações	26	32
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	61	86
Provisão para obsolescência e quebras	26	24
Outras despesas operacionais	(280)	(1.815)
Receita a apropriar	26	(349)
Perda (ganho) na baixa de passivo de arrendamento	(1.022)	(698)
Reavaliação do investimento - Bellamar	-	(573)
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber	(140)	(257)
Estoques	989	(1.142)
Impostos a recuperar	210	392
Dividendos recebidos	11	15
Outros ativos	(5)	(27)
Partes relacionadas	(101)	(22)
Depósitos judiciais	(176)	87
(Aumento) redução de passivos		
Fornecedores	(738)	726
Salários e encargos sociais	(60)	234
Impostos e contr. sociais a recolher	355	549
Demais contas a pagar	378	(1)
Demandas judiciais	(161)	(161)
Receita diferida	55	252
Imposto de renda e contribuição social pagos	(425)	(70)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	2.728	4.742
Aumento de capital em controladas	-	(31)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(1.035)	(2.289)
Aumento no ativo intangível	(232)	(201)
Venda de bens do imobilizado	1.315	1.773
Caixa na desconsolidação da Sendas	-	(3.529)
Aquisição de propriedade para investimento	(124)	(14)
Caixa líquido de descontinuidade - Cdiscount	(1)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	(77)	(4.291)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	9	9
Captação e refinanciamentos	4.860	7.262
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(5.315)	(5.538)
Pagamento de dividendos	(780)	(339)
Aquisição de sociedade	(3)	-
Recursos obtidos com oferta de ações e acionistas não controladores	14	3
Transação com não controladores	(5)	2
Pagamento de passivo de arrendamento	(1.523)	(1.680)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(2.743)	(281)
Variação Cambial s/ caixa e equivalentes	(345)	587
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(437)	757
Disponibilidades no início do exercício	8.711	7.954
Disponibilidades no fim do exercício	8.274	8.711
Variação no caixa e equivalentes	(437)	757

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SEGMENTAÇÃO DE VENDAS POR NEGÓCIO – BRASIL

(R\$ milhões)	Segmentação de Vendas Líquidas por Negócio					
	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Pão de Açúcar	1.934	1.928	0,4%	7.079	7.473	-5,3%
Mercado Extra / Compre Bem	1.330	1.255	5,9%	4.876	4.161	17,2%
Proximidade ⁽¹⁾	561	459	22,3%	2.082	1.678	24,1%
Postos	467	480	-2,7%	1.761	1.754	0,4%
Outros Negócios ⁽²⁾	140	80	73,7%	537	242	121,6%
GPA Brasil ex hiper e drogarias	4.432	4.202	5,5%	16.345	15.308	6,8%
Extra Hiper	2.839	3.286	-13,6%	10.331	12.785	-19,2%
Drogarias	40	56	-29,7%	189	244	-22,7%
GPA Brasil	7.311	7.544	-3,1%	26.864	28.336	-5,2%

(1) Inclui vendas do Mini Extra, Minuto Pão de Açúcar e Aliados

(2) Receitas provenientes do aluguel de galerias comerciais, excluindo créditos tributários no 4T20 e 2020

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PORTFÓLIO DE MARCAS

Com um modelo de negócios multiformato e multicanal, reunimos algumas das redes e marcas mais conhecidas e valiosas do varejo, como Compre Bem, Extra, Pão de Açúcar, além das marcas exclusivas Qualitá, Taeq, Club des Sommeliers, Finlandek, entre outras.

Trabalhamos para oferecer aos (às) nossos (as) clientes a melhor experiência de compra todos os dias, quando ele(a) quiser e onde estiver. Estamos presente em todas as regiões do Brasil, com 800 lojas físicas e líderes do e-commerce alimentar no Brasil, além de concentrarmos operações na Colômbia, no Uruguai e na Argentina com o Grupo Éxito.

Marcas de negócio	GPA alimentando sonhos e vidas	grupo éxito
Lojas Físicas	Pão de Açúcar extra MERCADO extra COMPRE BEM SUPERMERCADOS minuto mini	éxito Devoto Carulla SuperINTER SURTIMAX MAYORISTA DISA Géant Libertad
Galerias Comerciais	GPA Malls	VIVA Paseo LIBERTYAD
E-commerce	Pão de Açúcar extra James GPA MARKETPLACE	éxito.com ! Carulla ARKITECT
Negócios Especializados	Pão de Açúcar posto Pão de Açúcar drogaria Pão de Açúcar extra posto extra drograria extra COMPRE BEM posto	éxito tarjeta éxito tuyó viajes éxito seguro éxito Casafarma Casafarma Casafarma Casafarma
Produtos de Marcas Próprias	Qualitá taeq cheftime Casino ALIMENTOS SUSTENTABILIDADE finlandek bous	ARKITECT Bliss BRONZINI BRONZINI ALCHEMIE CLUSTER PEOPLE Puki TLD finlandek
Programas de Fidelidade	extra maia stix	C PUNTOS COLOMBIA
B2B	mini mercado multi benefícios	éxito industrias LTSA
Outras Marcas	Sustentabilidade e Diversidade SUSTENTABILIDADE GPA IGUAIS GPA INSTITUTO CRESCEMOS ORGULHO LIBERTYAD GPA MADRAS GPA GAY Inovação GPA LABS RH Universidade do Varejo GPA RH digital GPAativa Logística TOPLOG TOPLOG GPA Logística	



COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

*Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia” ou “CBD”), diretamente ou por meio de suas subsidiárias (“Grupo” ou “GPA”), atua no segmento varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletroeletrônico e outros produtos por meio de sua cadeia de supermercados e lojas especializadas, principalmente sob as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Minuto Pão de Açúcar”, “Mercado Extra”, “Minimercado Extra” e shoppings de vizinhança “Conviva”. Com relação as operações da bandeira Extra Hiper, vide nota 1.1. Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia também opera em outros países da América Latina por meio da controlada Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”), empresa colombiana operando neste país sob as bandeiras de supermercados e hipermercados Éxito, Carulla, Super Inter, Surtimax e Surtimayorista, na Argentina sob a bandeira Libertad e no Uruguai sob as bandeiras Disco e Devoto. Adicionalmente, o Éxito opera na Colômbia shopping centers sob a marca Viva.

As ações da Companhia são negociadas no nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”)) denominado Novo Mercado, sob o código “PCAR3”, e na Bolsa de Valores de Nova York (ADR nível III), sob o código “CBD”.

A Companhia é controlada pela Wilkes Participações S.A. (“Wilkes”), tendo como controlador final o Casino Guichard Perrachon (“Casino”), companhia francesa com ações negociadas na Bolsa de Paris.

1.1 Descontinuidade do negócio das lojas Extra Hiper e transação de venda de ativos com Sendas

Como parte do segmento reportável Varejo, a Companhia opera diferentes formatos de lojas, conforme destacado na nota explicativa nº 1, incluindo 103 lojas Extra Hiper, que operam no modelo de hipermercados. Em linha com a estratégia de otimizar sua plataforma de lojas e alocar recursos relevantes para acelerar o crescimento das bandeiras mais lucrativas, a Administração decidiu descontinuar a operação de lojas com a bandeira Extra Hiper.

Conforme fatos relevantes publicados em 14 de outubro de 2021 e em 16 de dezembro de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e de Sendas Distribuidora S.A. (“Assai”), contando apenas com o voto dos conselheiros independentes, os termos e condições do contrato definitivo de cessão de direitos de exploração de 70 pontos comerciais entre a Companhia e Sendas, localizados em diversos estados, envolvendo imóveis próprios e locados de terceiros.

A transação está sendo realizada da seguinte forma: (i) transferência do fundo de comércio de 70 lojas a Sendas pelo valor de R\$3,973 bilhões e (ii) venda futura de 17 imóveis a um fundo imobiliário, com garantia e posterior aluguel pela Sendas, no valor de R\$1,2 bilhão. Os montantes recebidos pela Companhia até 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$1 bilhão e os montantes remanescentes da transação serão recebidos da seguinte forma: R\$2,3 bilhões em 2022, R\$1,2 bilhão em 2023 e R\$700 milhões em janeiro de 2024 reajustadas pelo CDI +1,2%.

Ainda, em complemento a esta transação, das 33 lojas remanescentes Extra Hiper, a Companhia decidiu pela conversão de 29 pontos comerciais para outras bandeiras de maior rentabilidade (Pão de Açúcar e Mercado Extra) e encerramento de 4 lojas.

Em função da transação envolvendo a venda dos pontos comerciais e imóveis a Sendas e a conversão de lojas, em dezembro de 2021 a Companhia iniciou o processo de desmobilização e descontinuidade das operações da bandeira Extra Hiper e, até 31 de dezembro de 2021 a transação foi implementada parcialmente, com a descontinuidade de 31 pontos comerciais e a transferência efetiva ao Assai de 20 desses pontos comerciais, dos quais 6 imóveis próprios da Companhia, correspondendo à 21% da transação total prevista, em termos de receita bruta.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pela alienação desses 20 pontos comerciais e dos 6 imóveis próprios, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou a receita no valor de R\$1,2 bilhão, além das baixas de ativos correspondentes ao montante de R\$481, efeito positivo pela remensuração do IFRS 16 de R\$522 e despesas de R\$816 (sendo R\$147 relacionadas à demissão de colaboradores, R\$283 cancelamento de contratos, R\$279 demarcação de estoques e R\$107 outras despesas relacionadas a transação), gerando o resultado líquido da transação no valor de R\$426 registrado em Outras despesas operacionais (Nota nº 27).

As operações das demais lojas Extra Hiper representando os 50 fundos de comércio remanescentes, incluindo 11 imóveis próprios, serão descontinuadas e os imóveis e pontos comerciais entregues a Sendas ao longo do 1º trimestre de 2022 e, em 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos relacionados à estas lojas (substancialmente imobilizado, direito de uso e passivo correspondente e o intangível) foram classificados como ativos mantidos para venda.

Devido ao estágio de desmobilização parcial das lojas e descontinuação das operações do Extra Hiper em 31 de dezembro de 2021, além das condições contratuais precedentes para entrega dos ativos e conversão de bandeira das lojas mantidas, a Administração avaliou a transação à luz do IFRS5/CPC31 - “Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada” e concluiu que a descontinuação das 103 lojas Extra Hiper (transação completa) resulta em abandono de uma linha importante de negócio no segmento de Varejo, com posterior venda de ativos livres de operação (imobilizado, direito de uso e pontos comerciais) a Sendas.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetivou no abandono parcial das lojas (21% da receita bruta da linha de negócio Extra Hiper) e concluiu que não houve abandono substancial da linha de negócio de hipermercados, uma vez que, de acordo com IFRS5/CPC31, uma operação abandonada deve ser considerada descontinuada quando for substancialmente completada, o que se espera ocorrer no primeiro trimestre de 2022, com o abandono e entrega das lojas remanescentes a Sendas.

Em 2022, quando a transação for totalmente implementada, o ganho líquido na alienação dos ativos e o resultado da linha de negócios de hipermercados serão apresentados como operação descontinuada (linha de negócio Extra Hiper), bem como os períodos comparativos, em uma única linha na demonstração do resultado de 2022, conforme previsto no IFRS5/CPC31.

A receita líquida da linha de negócios descontinuada em 2021 é de R\$10.636 (R\$12.058 em 2020).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.2 Cisão parcial da Companhia.

Com o objetivo de liberar o pleno potencial dos negócios de Cash & Carry (Atacarejo) e varejo tradicional da Companhia, permitindo que operem de forma autônoma, com administração separada, foco no modelo de negócio e acesso direto ao mercado de capitais e a outras fontes de financiamento a cada um dos negócios, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Companhia e Sendas Distribuidora S.A (Sendas), realizada em 31 de dezembro de 2020, a proposta de reorganização societária, anteriormente aprovada em 14 de dezembro de 2020 pelos Conselhos de Administração de ambas empresas, que compreende:

- i) Incorporação do acervo cedido por Sendas em favor da Companhia, cujo valor contábil líquido foi de R\$9.591 em 31 de dezembro de 2020, composto por 90,93% da totalidade das ações de Éxito, correspondente a 393.010.656 ações e equivalente a, aproximadamente, 87,80% da totalidade das ações de emissão de Éxito (“Participação Éxito”) pelo valor contábil de R\$9.565 e por 6 (seis) postos de gasolina detidos por Sendas (“Ativos Operacionais”) com acervo líquido de R\$20. A transação não gerou impacto no consolidado, pois Éxito era controlada indireta da CBD.
- ii) Permuta de ativos onde Sendas cedeu para a Companhia 9,07% da totalidade das ações do Éxito detidas pela Companhia, correspondente a 39.246.012 ações e equivalente a 8,77% da totalidade das ações de emissão de Éxito pelo valor contábil de R\$914 mediante a cessão para Sendas de:
 - (i) 50% das ações representativas do capital social da Bellamar Empreendimento e Participações Ltda. (“Bellamar”), sociedade que detém 35,76% do capital social da Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“FIC”), que totalizam o valor de R\$195 (ii) e imóveis, que totalizaram R\$25. Adicionalmente, o efeito de R\$694 no patrimônio líquido da Companhia relacionado a transação de permuta foi registrado em resultados acumulados. Nas demonstrações financeiras consolidadas nos termos do CPC 36 / IFRS 10 “Demonstrações Consolidadas”, em virtude da desconsolidação de Bellamar, foi reavaliada a parcela anteriormente detida ocasionado no reconhecimento da mais valia no montante de R\$573.
- iii) Cisão da totalidade do investimento detido pela Companhia em Sendas, cujo valor contábil líquido foi de R\$1.432 em 31 de dezembro de 2020, com a entrega das ações de emissão da Sendas de propriedade do GPA diretamente aos acionistas do GPA, na razão de uma ação de emissão da Companhia para cada uma ação de emissão do GPA.
- iv) Os efeitos no balanço consolidado de 31 de dezembro de 2020 da Companhia, como resultado da desconsolidação da subsidiária Sendas, estão sumariados no quadro abaixo:

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sendas
31.12.2020

Caixa e Equivalentes de Caixa	3.532
Clientes	182
Outras Contas a Receber	34
Estoques	3.739
Tributos Correntes a Recuperar	768
Instrumentos financeiros derivativos	57
Outros ativos circulantes	36
Total do ativo circulante	8.348
Partes relacionadas	178
Impostos a recuperar	866
Depósitos judiciais	134
Instrumentos Financeiros	11
Investimentos	769
Imobilizado	7.477
Intangível	1.038
Total do ativo não circulante	10.473
Total do ativo	18.821
Fornecedores	5.057
Obrigações sociais e trabalhistas	371
Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	528
Empréstimos e Financiamentos	2.119
Arrendamento Financeiro	172
Receitas Antecipadas	227
Financiamento por compra de ativos	34
Outros passivos circulantes	153
Total do passivo circulante	8.661
Empréstimos e Financiamentos	5.711
Arrendamento Financeiro	2.604
Passivos com Partes Relacionadas	41
Provisão para demandas judiciais	281
Receitas a apropriar	1
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	82
Outros Passivos não circulantes	8
Total do passivo não circulante	8.728
Total do passivo	17.389
Total do patrimônio líquido	1.432
Total do passivo e patrimônio líquido	18.821

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 11 de dezembro de 2020 a Sendas obteve o registro de companhia aberta na categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos termos da Instrução CVM nº480/2009. Em 10 de fevereiro de 2021, foi deferido o pedido de listagem e da admissão à negociação das ações de emissão da Sendas no Novo Mercado da “B3”. Em 12 de fevereiro de 2021, foi deferido pedido de listagem dos American Depository Securities (“ADSs”) de emissão da Sendas na New York Stock Exchange (“NYSE”). Os detentores de ações ordinárias de emissão do GPA, após o encerramento do pregão em 26 de fevereiro de 2021, receberam ações de emissão de Sendas, na proporção de suas respectivas participações no capital social da GPA.

1.3 Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras da Companhia

A Companhia vem monitorando o progresso do COVID-19 (Coronavirus) e seus impactos nas suas operações. Várias ações foram tomadas pela Administração, dentre as quais destacamos a criação de um comitê de crise formado pela Alta Administração, que toma decisões em linha com o recomendado com o Ministério da Saúde, autoridades locais e associações profissionais.

A Companhia tem adotado todas as medidas possíveis para mitigar os riscos de transmissão do vírus nas lojas, centros de distribuição e escritórios, como: higienização frequente, itens de segurança / proteção dos colaboradores, flexibilização das jornadas, adoção de teletrabalho, entre outras decisões.

Desde o início do surto do COVID-19 nossas lojas permaneceram abertas, além de evolução importante dos nossos formatos de e-commerce. A Companhia tem importante compromisso com a sociedade de continuar levando os produtos para os nossos consumidores. Não tivemos problemas no fornecimento das indústrias que continuaram a abastecer nossos centros de distribuição e lojas.

Em 29 de janeiro de 2021, a CVM emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 01/2021, orientando as companhias abertas a avaliarem de maneira cuidadosa os impactos do COVID-19 em seus negócios e divulgarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos desta análise, observando as normas contábeis aplicáveis e o ofício circular CVM-SNC/SEP nº 02/2020, publicado em 10 de março de 2020.

Nesse sentido, a Companhia efetuou uma análise completa nas demonstrações financeiras, além de atualizar as análises sobre a continuidade operacional da Companhia. Os principais temas avaliados foram:

- A Companhia preparou planejamento estratégico para os próximos três anos e efetuou o teste de recuperabilidade de seus ativos, conforme metodologia e premissas descritas nas notas nº 7.2, 8.1, 14.1, 15.1 e 15.2;
- Avaliamos a realização dos saldos de contas a receber de operadoras de cartão de crédito, de clientes, de galerias em nossas lojas, de aluguéis de imóveis e entendemos que não há neste momento necessidade de registro de provisões adicionais aquelas já registradas;
- Avaliamos aspectos qualitativos e quantitativos dos estoques e não prevemos necessidade de provisões adicionais para ajuste ao valor de realização;
- Instrumentos financeiros já refletem as premissas de mercado em sua valorização, e não há exposições adicionais não consideradas e/o divulgadas nestas demonstrações financeiras. A Companhia não está exposta em financiamentos significativos em dólares americanos;
- Por fim, os custos necessários para adaptação das nossas lojas para atendimento ao público estão destacados na Nota nº 27 - Outras despesas operacionais, líquidas.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em resumo, de acordo com as estimativas da administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devessem ser registrados nas demonstrações financeiras e tampouco há efeitos na continuidade operacional e/ou estimativas da Companhia, que justificassem mudanças ou registro de provisões, além daquelas já divulgadas. A Companhia continuará monitorando e avaliando os impactos e, se necessário, fará as divulgações necessárias.

1.4 Sales and Leaseback.

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia assinou um contrato de venda de 6 propriedades (lojas do Pão de Açúcar) na modalidade de *Sale and Leaseback* para a Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda. por um valor total de R\$92, dos quais R\$91 foram recebidos. Em 2020 a Companhia concluiu a venda de 5 das 6. As partes firmaram contrato de locação com prazo de 10 anos para essas 5 lojas, renováveis pelo mesmo período, assegurando a continuidade das operações do GPA nos imóveis com condições financeiras sustentáveis.

Em 5 de março de 2020 a Companhia celebrou transação de *Sale and Leaseback* com fundos de investimento administrados pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e geridos pela TRX Gestora de Recursos Ltda., mediante a assinatura de “Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e de Instituição de Direito Real de Superfície”. O Instrumento previa inicialmente a venda de 43 imóveis da Companhia em várias tranches pelo valor total de R\$ 1.246.

- Em 29 de maio de 2020 a Companhia concluiu a venda de 5 desses imóveis
- Em 29 de junho de 2020 a Companhia concluiu a venda de mais 7 imóveis
- Em 22 de julho a Companhia concluiu a venda de mais 16 imóveis
- Em 30 de julho de 2020 a Companhia concluiu a venda das 11 propriedades remanescentes, cuja transferência foi concluída em 28 de agosto de 2020.

Com isso, o GPA concluiu a venda de 39 imóveis por um valor total de R\$1.183, dos quais R\$1.181 foram recebidos até 31 de dezembro de 2020. Do total previsto inicialmente, 4 propriedades com valores não relevantes diante do volume total, não foram vendidas. As partes celebraram contratos de locação para cada um dos imóveis, com prazo de 15 anos, renováveis por igual período.

Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia assinou um contrato de venda de 4 propriedades na modalidade de *Sale and Leaseback* para a Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda. por um valor total de R\$255, dos quais R\$235 foram recebidos em 2020 e o restante no primeiro trimestre de 2021. As partes firmaram contrato de locação com prazo de 15 anos para essas 4 lojas, renováveis pelo mesmo período, assegurando a continuidade das operações do GPA nos imóveis com condições financeiras sustentáveis.

O ganho sobre a operação foi de R\$187 em 2020, com aumento do direito de uso de R\$312 e R\$582 no passivo de arrendamento.

1.5 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente, mesmo diante da pandemia COVID- 19 (vide nota nº1.3). Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº6.404/76, e pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais – R\$. A moeda funcional da Companhia é o real – R\$. A moeda funcional das associadas e controladas localizadas no exterior é a moeda local de cada jurisdição onde estas subsidiárias operam.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2022.

As demonstrações dos fluxos de caixa incluem as operações continuadas e descontinuadas em linha com o pronunciamento técnico CPC31/ IFRS 5.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia e os procedimentos para consolidação integral seguem os conceitos e princípios estabelecidos pelo CPC 36 (R3)/IFRS 10.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento dos exercícios da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações são calculadas considerando o percentual detido pela Companhia em suas subsidiárias. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas, mantendo a participação dos não controladores destacada em linha específica no patrimônio líquido e demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as práticas contábeis abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3.1 Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e/ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias comprometem-se a comprar ou vender o ativo.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados ("VJORA") – ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

(ii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa.
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas subsidiárias cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflete os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas subsidiárias.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício.
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida por meio das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela B3 e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos derivativos são registrados como hedge de fluxo de caixa, adotando os seguintes procedimentos:

- A parte eficaz do ganho, ou perda, do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e caso a proteção deixe de atender ao índice de *hedge*, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia deve ajustar “reequilibrar” o índice de *hedge* para atender os critérios de qualificação.
- Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de *hedge* (inclusive decorrentes do “reequilíbrio” do índice de *hedge*) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.
- Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de *hedge* ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.
- A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de *hedge* somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção).
- Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro
- Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja a carteira de recebíveis é pulverizada, alugueis a receber, contas a receber atacado e contas a receber de transportadoras, é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contraparte e avaliação de agências de rating quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração de perdas de crédito esperadas - Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito - Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Apresentação da perda por redução ao valor recuperável - Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em 'despesas com vendas'.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contas a receber e ativos contratuais - A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:

- Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e
- Status de inadimplência risco de default e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente, calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. Ativos e passivos de curto prazo não são ajustados a valor presente.

3.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data em que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

3.3 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

A Companhia apresenta os ativos e passivos na demonstração financeira baseada na classificação de circulante e não circulante.

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade
- está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado
- espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço
- é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço

Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade
- está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado
- deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade legal, conforme prevê o CPC32/ IAS12.

3.4 Conversão de subsidiárias e associadas localizadas em outros países

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade determina sua moeda funcional e todas suas transações financeiras são mensuradas naquela moeda.

As demonstrações financeiras das subsidiárias localizadas em outros países que usam uma moeda funcional diferente da controladora são traduzidas para reais, na data do balanço, de acordo com o seguinte critério:

- Ativos e passivos, incluindo ágio e ajustes de valor de mercado, são traduzidos em reais à taxa de câmbio da data do balanço.
- Demonstração do resultado e demonstração dos fluxos de caixa são traduzidas em reais utilizando a taxa média, exceto se variações significativas ocorrerem, quando então é utilizada a taxa da data da transação.
- Contas de patrimônio líquido são mantidas ao saldo histórico em reais e a variação é registrada na rubrica de variação cambial de investimento no exterior como outros resultados abrangentes.

As diferenças de variações cambiais na conversão de moeda estrangeira são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido. Quando uma operação estrangeira é vendida, o valor acumulado de ajuste de variação cambial no patrimônio líquido é lançado para o resultado do exercício.

3.5 Hiperinflação

A partir de setembro de 2018 a Argentina passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária. Conforme CPC 42/ IAS 29 – “Contabilidade em Economia Hiperinflacionária” baseadas na abordagem de custo corrente, os ativos e passivos não monetários, patrimônio líquido e resultados operacionais da subsidiária indireta Libertad, sediada na Argentina, uma subsidiária direta do Éxito, cuja moeda funcional é o peso argentino, estão sendo ajustados para que os valores sejam divulgados na unidade monetária de mensuração no final do exercício.

Esta unidade considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (“IPC”) na Argentina a partir de 1º de janeiro de 2017 e Índice de Preços no Varejo Doméstico da Argentina (“IPIM”) até 31 de dezembro de 2016.

3.6 Contabilização de participações societárias a custo decorrente de reestruturações societárias e efetuadas com partes relacionadas

A Companhia contabiliza a custo histórico as participações decorrentes de reestruturações societárias adquiridas de partes relacionadas sem essência econômica. A diferença entre o saldo do custo e o valor adquirido é registrada no patrimônio líquido, quando a transação é feita entre empresas sobre o controle comum. As transações não se qualificam como combinação de negócio nos termos do CPC 15R/IFRS 3R.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas subsidiárias, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos da perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas vigentes a partir de 2021

4.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2021, o GPA aplicou emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações foram:

Pronunciamento	Descrição	Impacto
Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material	Fornece uma nova definição de material que afirma. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.	Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1), CPC 48 e (CPC 06(R2)): Reforma da Taxa de Juros de Referência	Fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de <i>hedge</i> ou do instrumento de <i>hedge</i> .	Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento	As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.	Essas alterações não têm impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante e conceito de materialidade	<p>Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação; <p>Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS1, fornecendo guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.</p>	01/01/2023
Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis	As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros e como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Os ganhos e as perdas resultantes da (i) perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações de investidores não relacionados nessa coligada ou joint venture; (ii) remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações dos investidores não relacionados na nova coligada ou joint venture.	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB
CPC 27– Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, os quais devem ser reconhecidos no resultado	01/01/2022
CPC 15(R1) - Referência à Estrutura Conceitual	Para obrigações dentro do escopo do CPC 25, o comprador aplica o CPC 25 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da ICPC 19 Tributos, o comprador aplica o ICPC 19 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. O comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	01/01/2022

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em virtude dessas alterações.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Redução ao valor recuperável – *impairment*: Notas nº 7.2, 8.1, 14.1, 15.1 e 15.2
- Estoques: Constituição de provisões por estimativas de perda: Nota nº 9
- Tributos a recuperar: Expectativa de realização dos créditos tributários: Nota nº 10
- Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros: Mensuração do valor justo dos derivativos: Nota nº 18
- Provisão para demandas judiciais: Constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade: Nota nº 21
- Imposto de renda: Constituição de provisões com base em estimativas razoáveis: Nota nº 20
- Pagamentos com base em ações: Estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação - Nota nº 24
- Arrendamento: determinação do termo de contrato do *leasing* e da taxa de juros incremental – Nota nº 22
- Descontinuidade de negócios – Nota nº 1.1

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação.

Taxa	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e contas bancárias – Brasil	90	118	100	131
Caixa e contas bancárias – Exterior	(*)	84	110	3.481
Aplicações financeiras – Brasil	(**)	4.488	4.677	4.598
Aplicações financeiras - Exterior	(***)	-	-	95
	4.662	4.905	8.274	8.711

(*) Em 31 de dezembro de 2021, referem-se a (i) recursos do grupo Éxito, sendo R\$126 em pesos argentinos, R\$366 em pesos uruguaios e R\$2.905 em pesos colombianos (R\$100 em pesos argentinos, R\$399 em pesos uruguaios e R\$3.028 em pesos colombianos, em 31 de dezembro de 2020); (ii) recursos da Companhia aplicados nos Estados Unidos, em dólares norte-americanos no montante de R\$84 (R\$110 em 31 de dezembro de 2020).

(**) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, constituem, substancialmente, operações compromissadas e em CDB, remuneradas pela média ponderada de 93,51% (96,93% em 31 de dezembro de 2020) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

(***) Referem-se a recursos aplicados no exterior, em 31 de dezembro de 2021, na moeda local equivalentes a R\$1 no Uruguai e R\$94 na Colômbia (R\$12 na Argentina, R\$ 1 no Uruguai e R\$ 146 na Colômbia, em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), no caso dos recebíveis de administradoras de cartão de crédito e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado ou VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 360 dias da data do vencimento. A cada fechamento anual dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias avaliam se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Administradoras de cartões de crédito (nota nº7.1)	63	73	65	76
Administradoras de cartões de crédito – partes relacionadas (nota nº 11.2)	14	15	15	15
<i>Tickets</i> de vendas e duplicatas a receber	135	63	655	488
Cartão de crédito próprio	40	56	53	71
Contas a receber de partes relacionadas (nota nº11.2)	16	14	13	13
Contas a receber de fornecedores	63	70	66	71
Provisão para perdas de crédito esperada (nota nº7.2)	-	(1)	(35)	(43)
	331	290	832	691
Circulante	330	289	831	686
Não circulante	1	1	1	5

7.1 Administradoras de cartões de crédito

A Companhia e suas subsidiárias, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, vendem parte dos recebíveis, sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada.

7.2 Provisão para perdas de crédito esperada

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
No início do exercício	(1)	(1)	(43)	(32)
Perdas registradas no exercício	-	(35)	(57)	(86)
Baixas de contas a receber	1	35	61	78
Desconsolidação Sendas	-	-	-	4
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	-	4	(7)
No fim do exercício	-	(1)	(35)	(43)

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos - Consolidado			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31.12.2021	867	729	110	17	9	2
31.12.2020	734	574	80	67	8	5

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Contas a receber de seguradoras	5	14	5	14
Contas a receber por venda de sociedades (nota nº 8.2)	79	78	79	78
Aluguéis a receber	63	60	179	247
Contas a receber – Via Varejo (*)	298	266	298	266
Venda de imóveis (**)	54	236	55	236
Venda de Empreendimentos	-	-	93	55
Outras	104	90	158	151
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota nº 8.1)	(15)	(11)	(15)	(11)
	588	733	852	1.036
 Circulante	 98	 109	 294	 365
Não circulante	490	624	558	671

(*) Valores a receber de Via Varejo S.A. ("Via Varejo"), subsidiária alienada em 2019. No montante de R\$298 está incluindo o valor de R\$231 correspondente ao direito do GPA de receber da Via Varejo o reembolso do crédito tributário decorrente do tema relacionado à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS de sua antiga subsidiária Globex, após o processo transitado em julgado, referente ao período de 2007 e 2010.

(**) Refere-se, substancialmente em 2020 ao contrato de compra e venda de um terreno celebrado em 29 de setembro de 2018 pelo montante de R\$200, cuja venda não foi reconhecida nos termos do IFRS 15/CPC 47 devido às características contratuais de pagamento de longo prazo e transferência de título legal em data futura a ser definida pelo comprador. Em 2020 a Companhia transferiu a escritura (título legal) de todas as matrículas do terreno, a pedido do comprador, de acordo com o previsto em contrato, reconhecendo um ganho de R\$174. A transação resultou no reconhecimento de valor a receber de R\$200, para o qual a Companhia obteve fiança bancária como garantia de recebimento, sendo que R\$154 foi recebido em agosto de 2021 e o restante tem vencimento em setembro de 2023.

8.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
No início do exercício	(11)	(13)	(11)	(15)
Perdas registradas no exercício	(4)	-	(4)	-
Baixas de contas a receber	-	2	-	2
Desconsolidação Sendas	-	-	-	2
No fim do exercício	(15)	(11)	(15)	(11)

8.2 Contas a receber por venda de sociedades

Contas a receber relacionadas ao exercício, pela contraparte, de opção para compra de postos de combustíveis. O valor original era de R\$50 atualizados monetariamente desde a assinatura do acordo em 28 de maio de 2012, por 110% do CDI, com pagamento previsto em 240 parcelas mensais. Em janeiro de 2016 foram vendidos mais 5 postos pelo valor de R\$8, em 120 parcelas à 110% do CDI.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de acordos comerciais recebidos de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

Os acordos comerciais recebidos de fornecedores são mensurados e reconhecidos com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado à medida em que os correspondentes estoques são vendidos. Compreendem acordos por volume de compras, logística e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, entre outros, e são registradas como redutoras dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, quando contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo líquido dos valores a receber de acordos comerciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lojas	1.582	2.395	1.646	2.453
Centrais de distribuição	728	1.098	773	1.134
Estoque - Grupo Éxito	-	-	2.884	2.879
Estoque de imóveis - Grupo Éxito	-	-	50	142
Perdas com obsolescência e quebras (nota nº9.2)	(78)	(41)	(96)	(72)
	2.232	3.452	5.257	6.536

9.1 Acordos comerciais nos estoques e custos de armazenagem

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques totalizou R\$47 (R\$62 em 31 de dezembro de 2020).

9.2 Perdas com obsolescência e quebras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
No início do exercício	(41)	(31)	(72)	(95)
Adições	(63)	(45)	(63)	(40)
Baixas/reversões	26	35	37	16
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	-	2	(4)
Desconsolidação Sendas	-	-	-	51
No final do exercício	(78)	(41)	(96)	(72)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Tributos a recuperar

A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas” e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ICMS (nota nº10.1)	911	1.428	920	1.435
PIS e COFINS (nota nº10.2)	2.022	1.671	2.062	1.710
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (nota nº10.3)	297	296	300	299
Imposto de renda e contribuição social (*)	200	21	672	462
Outros	16	41	23	47
Outros impostos – Grupo Éxito IVA	1	-	176	130
Total	3.447	3.457	4.153	4.083
Circulante	1.048	366	1.743	983
Não circulante	2.399	3.091	2.410	3.100

(*) Inclui os saldos de Éxito de R\$460 (R\$440 em 31 de dezembro de 2020).

10.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos se concretizará dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Para abastecimento de suas lojas, a Companhia e suas subsidiárias mantêm centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e suas subsidiárias e, então, as enviam para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual garante a Companhia e suas subsidiárias o direito ao resarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser resarcido, nos termos da legislação interna de cada estado.

O processo de resarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao resarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo sujeitos à substituição tributária tem sido constantemente ampliado, também houve aumento do crédito de imposto a ser resarcido pela Companhia e por suas subsidiárias. A Companhia e suas subsidiárias têm realizado referidos créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo.

<u>Em</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1 ano	454	456
De 1 a 2 anos	329	336
De 2 a 3 anos	27	27
De 3 a 4 anos	27	27
De 4 a 5 anos	11	11
Após 5 anos	63	63
	<hr/> 911	<hr/> 920

10.2 Créditos de PIS e COFINS

As evidências que conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito de PIS e COFINS incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado que fizeram parte da análise, iii) análise de assessores jurídicos externos a respeito dos temas e iv) avaliação contábil sobre o tema.

Os créditos de PIS e COFINS apresentados no balanço do período findo de 31 de dezembro de 2021 referem-se, especialmente, a montantes decorrentes de ação judicial transitada em julgado em 29 de outubro de 2020, na qual a Companhia discutiu a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Referida decisão ensejou o registro de crédito tributário no montante de R\$ 1.609 (sendo R\$613 no resultado financeiro), no período findo em 31 de dezembro de 2020, líquido das provisões para parcelas, que pudessem, eventualmente, ser consideradas como não realizáveis (vide nota nº 22.9).

No decorrer do ano calendário de 2021, a Companhia reavaliou o referido crédito tributário, revertendo as provisões constituídas anteriormente, o que ensejou em um complemento de R\$280 (sendo R\$109 no resultado financeiro).

Em relação aos ativos de PIS e COFINS, a Companhia avaliou andamentos processuais recentes em determinadas causas e procedeu à baixa de ativos de PIS/COFINS no montante de R\$168, em 31 de dezembro de 2020, de valores sem expectativa de realização.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A realização do saldo de PIS e COFINS é apresentada a seguir:

<u>Em</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1 ano	307	347
De 1 a 2 anos	300	300
De 2 a 3 anos	301	301
De 3 a 4 anos	302	302
De 4 a 5 anos	303	303
Após 5 anos	509	509
	2.022	2.062

10.3 INSS

Em 28 de agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral, reconheceu ser constitucional a incidência de contribuições previdenciárias (INSS) sobre o terço constitucional de férias. A Companhia vem acompanhando o desenvolvendo destes temas, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não impactam a expectativa de realização dos respectivos créditos. O montante envolvido na controladora e consolidado equivale a R\$161 em 31 de dezembro de 2021 (R\$158 em 31 de dezembro de 2020).

11. Partes relacionadas

11.1 Remuneração da Administração e dos comitês de assessoramento

As despesas relativas à remuneração do pessoal da Alta Administração (diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração e os respectivos Comitês de assessoramento), do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram as seguintes:

(Valores expressos em milhares de reais)

	Salário base		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações - Nota nº24		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
	26.884	67.716	-	-	6.908	4.056	33.792	71.772
Conselho de Administração (*)	18.016	36.868	6.995	11.175	3.202	10.906	28.213	58.949
Diretoria	432	331	-	-	-	-	432	331
Conselho Fiscal	45.332	104.915	6.995	11.175	10.110	14.962	62.437	131.052

(*) A remuneração dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (de Recursos Humanos e Remuneração, de Auditoria, Financeiro, de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Corporativa) está inclusa nesta linha.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**11.2 Saldos e transações com partes relacionadas**

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordados entre as partes.

	Controladora									
	Saldos				Outros passivos				Transações	
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (Despesas)	Despesas (Receitas)
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlador:										
Casino (i)	-	-	-	-	-	-	1	-	(46)	(91)
Euris (i)	-	-	-	-	-	-	1	-	(3)	(1)
Wilkes	-	-	-	-	-	-	2	-	(5)	-
Controladas:										
Éxito (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	14	14
Novasoc Comercial	-	-	57	68	-	-	1	1	2	1
SCB Distribuição e Comércio	3	2	18	16	2	1	-	-	34	(1)
Stix Fidelidade (x)	-	-	21	5	21	11	7	-	(160)	(104)
Cheftime (ix)	-	-	44	27	-	-	1	1	(8)	-
James Intermediação	-	-	36	80	1	4	8	10	(15)	120
GPA M&P	-	-	-	-	-	-	13	13	-	-
GPA Logística	-	-	110	101	2	2	78	70	3	1
Outros	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Associadas:										
FIC (iii)	14	15	34	30	8	12	-	-	62	55
Outras Partes Relacionadas:										
Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (Greenyellow) (iv)	-	-	-	-	-	-	269	117	(274)	(52)
Sendas Distribuidora (viii)	2	-	370	41	15	-	103	168	1.382	114
Grupo Casino (vii)	11	12	-	-	-	-	-	-	(7)	(11)
Outros	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Total	30	29	692	369	49	30	484	380	979	45

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
 31 de dezembro de 2021
 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado									
			Saldos				Transações			
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (despesas)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<u>Controlador:</u>										
Casino (i)	-	-	-	-	-	-	1	-	(46)	(91)
Euris (i)	-	-	-	-	-	-	1	-	(6)	(3)
Wilkes	-	-	-	-	-	-	2	-	(5)	-
<u>Coligadas:</u>										
FIC (iii)	14	15	35	31	8	12	-	-	62	55
Puntos Colombia (v)	-	-	42	37	-	-	58	54	(119)	(114)
Tuya (vi)	-	-	57	31	-	-	-	1	181	24
<u>Outras partes relacionadas:</u>										
Greenyellow (iv)	-	-	-	-	-	-	283	119	(325)	(84)
Sendas Distribuidora (viii)	2	-	370	42	15	-	103	169	1.382	-
Grupo Casino (vii)	12	13	12	12	-	-	19	19	(29)	(30)
Outros	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Total	28	28	517	154	23	12	467	362	1.095	(243)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordadas entre as partes.

As principais operações da Companhia com partes relacionadas são:

- (i) *Casino*: Celebração de (a) *Cost Sharing* e *Cost Reimbursement Agreement*: celebrados entre a Companhia, Sendas, Helicco Participações Ltda., Foncière Euris, Casino Services e Casino Guichard-Perrachon S.A. (“Casino”) em 10 de agosto de 2014 e 25 de julho de 2016, respectivamente, conforme aditado, para regular o reembolso pela Companhia de despesas incorridas pelas empresas do Grupo Casino decorrentes de atividades de transferência de *know-how* à Companhia e também o reembolso de despesas de colaboradores franceses (expatriados) ao Casino; (b) *Insurance Agreement*: entre a Companhia e Casino para intermediar renovações de determinadas apólices de seguro da Companhia; (c) *Agency Agreement*: entre a Companhia, Sendas, Groupe Casino Limited e Casino Internacional S.A. em 25 de julho de 2016, conforme aditado, para prestação de serviços de *global sourcing* (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino e negociação comercial de produtos a serem adquiridos pela Companhia de fornecedores internacionais e (d) *Purchase Agreement*: entre a Companhia, Sendas e E.M.C. Distribution Limited em 6 de junho de 2019 para importação de produtos perecíveis e não perecíveis, em caráter não-exclusivo.
- (ii) *Éxito e controladas*: celebração de (a) *Agreement on Establishment of Business Relations*: entre a Companhia, Sendas, Éxito e suas controladas em 27 de julho de 2016 para regular a prospecção de fornecedores em seus países; (b) contratos de licença de uso de marca e de direitos autorais: entre a Companhia e Éxito para a produção, publicidade, promoção, comercialização e distribuição de produtos do segmento têxtil das marcas Bronzini e Arkitekt pela Distribuidora de Textiles y Confecciones S.A. (Didetexto), controlada por Éxito; (c) *Cost Reimbursement Agreement*: entre a Companhia e Éxito em 2019 e 2020 para reembolso de uma parte à outra dos custos incorridos para transferência de colaboradores e prestação de serviços.
- (iii) *FIC*: contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros oferecidos pela FIC nas lojas da Companhia e para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. (“Itaú”).
- (iv) *Greenyellow*: celebração de (a) contratos com a Companhia para regular os termos da instalação de equipamentos e a prestação de serviços pela Greenyellow de soluções de eficiência energética nos estabelecimentos da unidade de negócios multivarejo da Companhia para redução de energia, (b) contratos com a Companhia e Sendas para a compra de energia comercializada em mercado livre e (c) custos de multa em decorrência da descontinuação das lojas Extra Hiper no valor de R\$180 (R\$68 integralmente pagos).
- (v) *Puntos Colombia*: Programa de Fidelidade a clientes do Éxito. Saldo relacionado a resgate de pontos e outros serviços.
- (vi) *Tuya*: Entidade financeira investida do Éxito. Saldo relacionado a participação em acordos de colaboração empresarial e reembolso de despesa, cupons de desconto e outros.
- (vii) *Grupo Casino*: Saldos a receber por despesas de expatriados com Casino International, Distribution Casino e Casino Services. Prestação de serviços na importação de mercadorias por outras companhias do grupo Casino.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (viii) Sendas Distribuidora: Em 31 de dezembro de 2020, a Sendas deixou de ser subsidiária da Companhia. A Companhia é responsável pelos procedimentos legais da Sendas Distribuidora antes do aporte das operações do Assai. A Companhia assinou com a Sendas Distribuidora um acordo de separação, cujos principais termos estão relacionados com as etapas operacionais para a separação das atividades realizadas em conjunto. Além disso, este acordo de separação estabelece os direitos e responsabilidades de indenização, sobre os quais a Companhia é responsável pelas despesas relacionadas às perdas causadas pelas atividades de varejo anteriores ao aporte das operações do Assai, bem como possui o direito sobre eventuais ganhos relacionados. Em 2021 celebraram Contrato de Cessão Onerosa de Direitos de Exploração de Pontos Comerciais e Outras Avenças, que consiste na alienação pela Companhia à Sendas, de 70 pontos comerciais, que são ora operados pela Companhia em 17 imóveis próprios e os demais em imóveis locados de terceiros. Dos 70 pontos, 20 foram alienados em 2021, dos quais 6 lojas próprias, sendo recebido R\$1 bilhão e remanescente no contas a receber com Sendas o montante de R\$201 (vide nota 1.1).
- (ix) Cheftime: Celebração de (a) *Contrato Guarda-Chuva*: entre a Companhia e Cheftime para regular os termos e condições dos mútuos que vierem a ser concedidos pela Companhia à Cheftime; e (b) Contrato de Compartilhamento: entre a Companhia e Cheftime, para que sejam compartilhados recursos materiais e humanos, bem como o rateio, sem qualquer propósito de lucro, das despesas e custos incorridos no efetivo uso de tais recursos compartilhados.
- (x) Stix: Celebração de *Contrato Operacional* firmado entre a Companhia, Stix e Raia Drogasil, com o escopo de estabelecer regras gerais para a operação do Programa Stix.

12. Investimentos em controladas e associadas

12.1 Participação em controladas, subsidiárias e associadas:

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Grupo	Sociedades	País	Participação nos investimentos - %			
			31.12.2021	Participação indireta	31.12.2020	Participação indireta
<u>Controladas</u>						
CBD	Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	CBD Holland B.V. ("CBD Holland")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	GPA 2 Empreend. e Participações Ltda. ("GPA 2")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	GPA Logística e Transporte Ltda. ("GPA Logística")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	GPA Holding Empreendimentos e Participações Ltda.("GPA Holding")	Brasil	100,00	-	-	-
	SCB Distribuição e Comércio Varejista de Alimentos Ltda. ("Compre Bem")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	Stix Fidelidade e Inteligência S.A. ("Stix")	Brasil	66,67	-	66,67	-
	James Intermediação S.A. ("James Delivery")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	Cheftime Comércio de Refeições S/A ("Cheftime") (*)	Brasil	99,05	-	79,57	-
	GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	Brasil	100,00		100,00	-
<u>BCafeterias e Lanchonetes Ltda.</u>						
("BCafeterias")						
Fronteira Serviços Imobiliários Ltda.(Fronteira")						
Place2B Serviços Imobiliários Ltda.("Place2B")						
Companhia Brasileira de Distribuição Luxembourg Holding S.à.r.l. ("CBDLuxco")						
Companhia Brasileira de Distribuição Netherlands Holding B.V. ("CBDDutchco")						

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Grupo	Sociedades	País	Companhia	Participação nos investimentos - %	
				31.12.2021	31.12.2020
Éxito	Almacenes Éxito S.A. ("Éxito")	Colômbia	91,57	5,00	-
	Éxito Industrias S.A.S.	Colômbia	-	94,59	-
	Fideicomiso Lote Girardot	Colômbia	-	96,57	-
	Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	Colômbia	-	49,25	-
	Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. (Móvil Éxito)	Colômbia	-	96,57	-
	Transacciones Energéticas S.A.S (antes Gemex O & W S.A.S.)	Colômbia	-	96,57	-
	Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S. (MPI)	Colômbia	-	96,57	-
	Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S. (LTSA)	Colômbia	-	96,57	-
	Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	Colômbia	-	96,57	-
	Patrimonio Autónomo Iwana	Colômbia	-	49,25	-
	Patrimonio Autónomo Viva Malls	Colômbia	-	49,25	-
	Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo	Colômbia	-	25,12	-
	Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	Colômbia	-	25,12	-
	Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	Colômbia	-	25,12	-
	Patrimonio Autónomo Centro Comercial	Colômbia	-	25,12	-
	Patrimonio Autónomo Viva Laureles	Colômbia	-	39,40	-
	Patrimonio Autónomo Viva Palmas	Colômbia	-	25,12	-
	Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	Colômbia	-	44,33	-
	Spice investment Mercosur	Uruguai	-	96,57	-
	Larencos S.A.	Uruguai	-	96,57	-
	Geant Inversiones S.A.	Uruguai	-	96,57	-
	Lanin S.A.	Uruguai	-	96,57	-
	5 Hermanos Ltda.	Uruguai	-	96,57	-
	Sumelar S.A.	Uruguai	-	96,57	-
	Gestión Logística S.A.	Uruguai	-	96,57	-
	Supermercados Disco del Uruguay S.A. (***)	Uruguai	-	60,35	-
	Maostar S.A.	Uruguai	-	30,18	-
	Ameluz S.A.	Uruguai	-	60,35	-
	Fandale S.A.	Uruguai	-	60,35	-
	Odaler S.A.	Uruguai	-	60,35	-
	La Cabaña S.R.L.	Uruguai	-	60,35	-
	Ludi S.A.	Uruguai	-	60,35	-
	Semin S.A.	Uruguai	-	60,35	-
	Randicor S.A.	Uruguai	-	60,35	-
	Setara S.A.	Uruguai	-	60,35	-
	Hiper Ahorro S.R.L.	Uruguai	-	60,35	-
	Ciudad del Ferrol S.C.	Uruguai	-	59,14	-
	Mablicor S.A.	Uruguai	-	30,78	-
	Tipsel S.A.	Uruguai	-	96,57	-
	Tedocan S.A.	Uruguai	-	96,57	-
	Vía Artika S.A.	Uruguai	-	96,57	-
	Grupo Disco del Uruguay S.A.	Uruguai	-	60,35	-
	Devoto Hermanos S.A.	Uruguai	-	96,57	-
	Mercados Devoto S.A.	Uruguai	-	96,57	-

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Grupo	Sociedades	País	Companhia	Participação nos investimentos - %		
				31.12.2021	31.12.2020	Participação indireta
	Libertad S.A.	Argentina	-	96,57	-	96,57
	Onper Investment 2015 S.L	Espanha	-	96,57	-	96,57
	Spice España de Valores Americanos S.L.	Espanha	-	96,57	-	96,57
	Marketplace Internacional Éxito S.L	Espanha	-	96,57	-	96,57
	Gelase S. A.	Bélgica	-	96,57	-	96,57

(*) Em Agosto de 2021, CBD adquiriu dos minoritários de Cheftime 19,48% de participação

(**) Em 2021 foi adquirida a participação de 96,57% da empresa Gestión Logística S.A pelo Éxito.

(***) Supermercados Disco del Uruguay S.A. é controlado por meio de um Acordo de Acionistas assinado em abril de 2015, que concedeu ao Éxito 75% dos votos necessários para assumir o controle. Este Acordo de Acionistas expirou em 30 de junho de 2021 e em 18 de agosto de 2021 foi firmado um novo Acordo mantendo Éxito como controlador.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir são apresentados os detalhes das associadas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Grupo	Sociedades	País	Participação nos investimentos - %		
			31.12.2021		Participação indireta
			Companhia	31.12.2020	
Cnova N.V.	Cnova N.V. ("Cnova Holanda")	Holanda	-	33,98	-
	Cdiscount Afrique SAS ("Cdiscount Afrique")	França	-	33,98	-
	Cdiscount International BV The Netherlands ("Cdiscount Internacional")	Holanda	-	33,98	-
	Cnova France SAS ("Cnova France")	França	-	33,98	-
	Cdiscount S.A. ("Cdiscount")	França	-	33,87	-
	Cdiscount Côte d'Ivoire SAS Ivory Coast ("Cdiscount Côte")	Costa do Marfim	-	33,98	-
	Cdiscount Sénégal SAS ("Cdiscount Sénégal")	Senegal	-	33,98	-
	Cdiscount Cameroun SAS ("Cdiscount Cameroun")	Camarões	-	33,98	-
	CLatam AS Uruguay ("CLatam")	Uruguai	-	23,79	-
	Cdiscount Panama S.A. ("Cdiscount Panama")	Panama	-	23,79	-
	Cdiscount Uruguay S.A. ("Cdiscount Uruguay")	Uruguai	-	23,79	-
	Ecdiscoc Comercializadora S.A. (Cdiscount Ecuador) ("Ecdiscoc Comercializadora")	Equador	-	23,78	-
	Cnova Pay	França	-	33,98	-
	BeezUP SAS ("BezzUp")	França	-	25,29	-
	CARYA	França	-	33,87	-
	HALTAE	França	-	33,87	-
	C-Logistics	França	-	28,56	-
	NEOSYS	França	-	17,33	-
	Neotech Solutions	Marrocos	-	17,33	-
	NEOSYS Tunisie	Tunísia	-	17,33	-
	C Chez Vous	França	-	28,53	-
	Phoenix (**)	França	-	-	-
	C-SHIELD	França	-	33,87	-
	MAAS	França	-	33,87	-
	C-TECHNOLOGY (antiga C-PAYMENT)	França	-	33,87	-
	CLR (*)	França	-	28,56	-
FIC	Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	Brasil	-	17,88	-
	FIC Promotora de Vendas Ltda. ("FIC Promotora")	Brasil	-	17,88	-
	Bellamar Empreend. e Participações S.A. ("Bellamar")	Brasil	50,00	-	50,00
Éxito	Puntos Colombia S.A.S ("Puntos")	Colômbia	-	48,29	-
	Compañía de Financiamiento Tuya S.A. ("Tuya")	Colômbia	-	48,29	-
	Cnova N.V ("Cnova Holanda")	Holanda	-	0,18	-

(*) Em 2021 foi criada a CLR.

(**) Em 2021 a Phoenix foi vendida.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12.2 Informações contábeis das associadas

Os investimentos em associadas são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial, por se tratar de uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, uma vez que (a) é parte do acordo de acionistas, indicando uma parcela dos administradores e tendo direito de voto em certas decisões relevantes; e (b) o poder sobre as decisões operacionais e financeiras. As associadas são: i) FIC administradas pelo Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"), ii) Cnova N.V. que opera principalmente no comércio eletrônico na França e (iii) Tuya, financeira investida do Éxito. Não há quaisquer restrições por parte das associadas em transferir recursos para a Companhia, como por exemplo em forma de dividendos.

As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	FIC		Cnova N.V.		Tuya	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativo circulante	8.742	6.738	4.110	4.224	5.293	4.728
Ativo não circulante	35	52	3.732	4.055	156	200
Ativo total	8.777	6.790	7.842	8.279	5.449	4.928
Passivo circulante	7.401	5.611	6.351	6.766	2.689	1.612
Passivo não circulante	44	22	3.066	2.806	2.039	2.578
Patrimônio líquido	1.332	1.157	(1.575)	(1.293)	721	738
Total passivo e patrimônio líquido	8.777	6.790	7.842	8.279	5.449	4.928
<hr/>						
<u>Demonstração do resultado:</u>		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021
Receitas	1.034	989	13.824	13.117	783	615
Resultados operacionais	482	555	54	207	35	71
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	265	329	(313)	(138)	15	37

O cálculo do investimento da FIC considera o patrimônio líquido da investida deduzido da reserva especial de ágio no valor de R\$122, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco. O cálculo do investimento de Éxito em Tuya e Cnova N.V. incluem o ágio apurado na aquisição no valor de R\$77 e R\$13, respectivamente.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12.3 Composição e movimentação dos investimentos

	Controladora				
	Éxito	Bellamar	Compre Bem	Outros	Total (**)
Saldos em 31.12.2020	10.479	768	314	(592)	10.969
Equivalência patrimonial	444	47	(57)	(180)	254
Dividendos e juros s/ capital próprio	(246)	(27)	-	-	(273)
Aumento de capital	-	-	7	120	127
Aumento de capital com imobilizado	-	-	-	13	13
Transferência de participação(*)	(548)	-	-	548	-
Cisão Postos	-	-	-	5	5
Outras movimentações	(3)	-	-	1	(2)
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	(699)	-	-	(38)	(737)
Saldos em 31.12.2021	9.427	788	264	(123)	10.356

(*) Transferência de participação de 5% do capital da subsidiária Éxito para a subsidiária GPA 2.

(**) Inclui os efeitos de passivo a descoberto sobre o investimento na Cnova N.V., no montante de R\$689 e R\$14 no Cheftime em 31 de dezembro de 2021 (R\$591 sobre o investimento na Cnova N.V., R\$20 no James e R\$9 na Stix em 31 de dezembro de 2020).

	Controladora					
	Sendas	Éxito	Bellamar	Compre Bem	Outros	Total
Saldos em 31.12.2019	7.095	-	299	277	(306)	7.365
Equivalência patrimonial	1.228	-	118	(16)	(181)	1.149
Dividendos e juros s/ capital próprio	(310)	-	(26)	-	-	(336)
Remuneração com base em ações	5	-	-	-	1	6
Aumento de capital	650	-	-	53	45	748
Aumento de capital com imobilizado	220	-	-	-	7	227
Ajuste a valor justo	-	-	573	-	-	573
Incorporação Sendas	(10.833)	10.479	(196)	-	-	(550)
Outras movimentações	(19)	-	-	-	-	(19)
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	1.964	-	-	-	(158)	1.806
Saldos em 31.12.2020	-	10.479	768	314	(592)	10.969

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado					
	FIC	Bellamar	Tuya	Puntos Colombia	Outros	Total
Saldos em 31.12.2019	289	-	307	2	(375)	223
Equivalência patrimonial – continuada	118	-	18	9	(47)	98
Dividendos e Juros sobre capital próprio - continuada	(37)	-	-	-	-	(37)
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	-	-	79	1	(156)	(76)
Aumento de capital	-	-	52	-	-	52
Desconsolidação	(370)	-	-	-	-	(370)
Incorporação Sendas	-	196	-	-	-	196
Ajuste a valor justo	-	573	-	-	-	573
Saldos em 31.12.2020	-	769	456	12	(578)	659
Equivalência patrimonial – continuada	-	47	8	3	(105)	(47)
Dividendos e Juros sobre capital próprio - continuada	-	(27)	-	-	-	(27)
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	-	-	(46)	(1)	6	(41)
Aumento de capital	-	-	21	-	-	21
Saldos em 31.12.2021	-	789	439	14	(677)	565

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13. Propriedades para Investimento

Propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico, (incluindo custos da transação), líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo das propriedades para investimento adquiridas numa combinação de negócios é determinado pelo valor justo, conforme IFRS 3 / CPC 15 – Combinação de negócios.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Uma propriedade para investimento também é transferida quando há intenção de venda e nesse caso é classificada como ativo não circulante mantido para venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado do exercício quando efetivada a baixa. A vida útil dos edifícios é apresentada na nota nº14.

As propriedades para investimento da Companhia e suas subsidiárias correspondem a áreas comerciais e lotes que são mantidas para geração de renda ou apreciação futura do preço.

A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das propriedades para investimento que poderiam não ser recuperáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Com base nos testes efetuados, foi necessário registrar uma perda no valor de R\$32 no consolidado (R\$22 em 31 de dezembro de 2020). Veja considerações em relação aos efeitos da pandemia na nota 1.3.

O valor justo das propriedades para investimento é mensurado com base em avaliações realizadas por terceiros.

	Consolidado							
	Saldo em: 31.12.2020	Adições	Impairment	Depreciação	Baixas	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Transfe- rências(*)	Saldo em: 31.12.2021
Terrenos	762	1	(4)	-	4	(58)	54	759
Edifícios	2.859	91	(28)	(58)	3	(169)	(243)	2.455
Imobilizado em andamento	18	32	-	-	-	(3)	(7)	40
Total	3.639	124	(32)	(58)	7	(230)	(196)	3.254

	Consolidado						
	Saldo em: 31.12.2019	Adições	Impairment	Depreciação	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Transfe- rências(**)	Saldo em: 31.12.2020
Terrenos	656	-	(11)	-	149	(32)	762
Edifícios	2.385	6	(11)	(63)	557	(15)	2.859
Imobilizado em andamento	10	8	-	-	2	(2)	18
Total	3.051	14	(22)	(63)	708	(49)	3.639

(*) Transferências para imobilizado

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Consolidado

	Saldo em 31.12.2021			Saldo em 31.12.2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	759	-	759	762	-	762
Edifícios	2.607	(152)	2.455	2.921	(62)	2.859
Imobilizado em andamento	40	-	40	18	-	18
Total	3.406	(152)	3.254	3.701	(62)	3.639

No exercício findo em 31 dezembro de 2021, o resultado gerado pela subsidiária Éxito pelo uso das propriedades de investimento foram os seguintes:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de arrendamento	433	368
Gastos operacionais relacionados com propriedades de investimento que geram receitas	(108)	(78)
Gastos operacionais relacionados com propriedades de investimento que não geram receitas	(103)	(165)
Receita líquida gerada pelas propriedades de investimento	222	125

Em 31 de dezembro de 2021 o valor justo das propriedades de investimento em uso era composto apenas por saldos da subsidiária Éxito no montante de R\$3.844 (R\$3.926 em 31 de dezembro de 2020). Os principais dados utilizados na avaliação do valor justo, tais como taxa de desconto, taxa de vacância e taxa de capitalização terminal são estimadas por assessores e revisadas pela Administração com base a transações comparáveis e dados do setor. As taxas variam para cada empreendimento conforme a região geográfica, formato do empreendimento e são apresentadas a seguir:

	Intervalo	
Taxa de desconto	10,00%	14,00%
Taxa de vacância	0,00%	54,45%
Taxa de capitalização terminal	7,50%	8,50%

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos	Vida útil (em anos)
Edifícios	Entre 40 e 50
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	Entre 24 e 40
Máquinas e equipamentos	Entre 10 e 20
Instalações	11
Móveis e utensílios	Entre 9 e 12
Outros	Entre 3 e 5

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2021 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data da entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

14.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (*impairment test*) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia (*WACC*) que reflete as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O teste de vida útil dos intangíveis incluindo ágio são apresentados na nota nº 15.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil em imóveis das lojas alugadas com um múltiplo de venda (30% a 35%) representativo de transações entre empresas de varejo. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando o crescimento de perpetuidade de 4,8% (4,6% em 2020) para os períodos que excedem os cinco anos e taxa de desconto de 10,6% (7,9% em 2020) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das lojas que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Com base nos testes efetuados, foi necessário registrar uma perda no valor de R\$5 no consolidado. Veja considerações em relação aos efeitos da pandemia na nota 1.3.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

	Controladora							
	Saldo em: 31.12.2020	Adições	Remen- suração (*)	Deprecia- ção	Baixas (**)	Transfe- rências(***)	Cisão/ Incorpora- ção	Saldo em: 31.12.2021
Terrenos	586	-	-	-	(83)	(105)	-	398
Edifícios	743	9	-	(26)	(65)	(231)	-	430
Benefícios em imóveis de terceiros	1.867	51	-	(200)	(232)	(257)	1	1.230
Máquinas e equipamentos	925	127	-	(158)	(106)	(57)	1	732
Instalações	203	-	-	(30)	(24)	(33)	-	116
Móveis e utensílios	359	36	-	(59)	(1)	(36)	1	300
Imobilizado em andamento	108	391	-	-	-	(387)	(11)	101
Outros	28	8	-	(10)	-	(2)	-	24
Total	4.819	622	-	(483)	(511)	(1.108)	(8)	3.331
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>								
Edifícios	4.282	94	(702)	(478)	(460)	-	-	2.736
	4.282	94	(702)	(478)	(460)	-	-	2.736
Total	9.101	716	(702)	(961)	(971)	(1.108)	(8)	6.067

(*) R\$(1.170) está relacionado a remensuração do passivo de arrendamento das 50 lojas que serão entregues a Sendas em 2022 e o restante está relacionado a correção monetária dos contratos de aluguéis.

(**) Refere-se principalmente a transação do Extra Hiper (vide nota nº 1.1), sendo R\$481 no imobilizado e R\$385 no direito de uso.

(***) Desse montante, R\$996 são transferências para mantido para venda, R\$102 para intangíveis e R\$13 de aumento de capital com imobilizado (vide nota nº12.3).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora								
	Saldo em: 31.12.2019	Adições	Remen- suração	Impairment	Deprecia- ção	Baixas	Transfe- rências(*)	Cisão/ Incorpora- ção	Saldo em: 31.12.2020
Terrenos	904	-	-	-	-	(55)	(238)	(25)	586
Edifícios	1.026	2	-	(19)	(34)	(60)	(172)	-	743
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.091	86	-	-	(227)	(45)	(38)	-	1.867
Máquinas e equipamentos	975	70	-	-	(168)	(44)	92	-	925
Instalações	249	3	-	-	(35)	(4)	(10)	-	203
Móveis e utensílios	377	34	-	-	(62)	-	10	-	359
Imobilizado em andamento	119	398	-	-	-	-	(419)	10	108
Outros	33	11	-	-	(11)	-	(5)	-	28
Total	5.774	604	-	(19)	(537)	(208)	(780)	(15)	4.819
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>									
Edifícios	3.578	783	775	-	(426)	(422)	(6)	-	4.282
	3.578	783	775	-	(426)	(422)	(6)	-	4.282
Total	9.352	1.387	775	(19)	(963)	(630)	(786)	(15)	9.101

(*) Desse montante, R\$373 são transferências para mantido para venda, R\$181 para intangíveis e R\$227 de aumento de capital com imobilizado (vide nota nº12.3).

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2021			Saldo em 31.12.2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	398	-	398	586	-	586
Edifícios	788	(358)	430	1.294	(551)	743
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.691	(1.461)	1.230	3.774	(1.907)	1.867
Máquinas e equipamentos	2.205	(1.473)	732	2.555	(1.630)	925
Instalações	359	(243)	116	544	(341)	203
Móveis e utensílios	873	(573)	300	1.031	(672)	359
Imobilizado em andamento	101	-	101	108	-	108
Outros	127	(103)	24	149	(121)	28
	7.542	(4.211)	3.331	10.041	(5.222)	4.819
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Edifícios	6.020	(3.284)	2.736	7.419	(3.137)	4.282
Equipamentos	37	(37)	-	37	(37)	-
	6.057	(3.321)	2.736	7.456	(3.174)	4.282
Total	13.599	(7.532)	6.067	17.497	(8.396)	9.101

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	Saldo em: 31.12.2020	Adições	Remen- suração (*)	Impairment	Depreciação	Baixas (**)	Incorporação	Trans- ferências (***)	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Desconso- lidação Sendas	Saldo em: 31.12.2021
Terrenos	3.540	2	-	(1)	(1)	(80)	1	(162)	(174)	-	3.125
Edifícios	4.414	66	-	(1)	(156)	(64)	-	(5)	(246)	-	4.008
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.412	118	-	(3)	(255)	(241)	4	(200)	(26)	-	1.809
Máquinas e equipamentos	1.769	480	-	-	(336)	(117)	1	(106)	(75)	-	1.616
Instalações	283	5	-	-	(42)	(24)	-	(25)	-	-	197
Móveis e utensílios	706	122	-	-	(144)	(7)	-	(36)	(27)	-	614
Imobilizações em andamento	213	433	-	-	-	(1)	(9)	(461)	(4)	-	171
Outros	34	9	-	-	(13)	-	-	3	-	-	33
Total	13.371	1.235	-	(5)	(947)	(534)	(3)	(992)	(552)	-	11.573
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>											
Edifícios	6.465	232	(463)	-	(830)	(485)	-	1	(192)	-	4.728
Equipamentos	49	6	2	-	(13)	(2)	-	-	(4)	-	38
Terrenos	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	5
Total	6.517	239	(460)	-	(843)	(487)	-	1	(196)	-	4.771
	19.888	1.474	(460)	(5)	(1.790)	(1.021)	(3)	(991)	(748)	-	16.344

(*) R\$(1.170) está relacionado a remensuração do passivo de arrendamento das 50 lojas que serão entregues a Sendas em 2022 e o restante está relacionado a correção monetária dos contratos de alugueis.

(**) Refere-se principalmente a transação do Extra Hiper (vide nota nº 1.1), sendo R\$481 no imobilizado e R\$385 no direito de uso.

(***) Desse montante, os principais efeitos são R\$996 de transferências para mantido para venda, R\$115 para intangíveis e R\$196 de propriedades para investimento.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado										Saldo em: 31.12.2020
	Saldo em: 31.12.2019	Adições	Remen- suração	Impairment	Depreciação	Baixas	Incorporação	Trans- ferências (*)	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Desconso- lidação Sendas	
Terrenos	3.692	61	-	-	-	(87)	121	(308)	542	(481)	3.540
Edifícios	4.869	80	-	(23)	(156)	(145)	-	(308)	705	(608)	4.414
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.441	788	-	-	(429)	(119)	-	262	70	(2.601)	2.412
Máquinas e equipamentos	2.281	308	-	-	(437)	(69)	-	172	151	(637)	1.769
Instalações	580	61	-	-	(67)	(11)	-	(18)	8	(270)	283
Móveis e utensílios	1.007	120	-	-	(193)	(16)	-	62	66	(340)	706
Imobilizações em andamento	275	746	-	-	-	(7)	-	(750)	17	(68)	213
Outros	74	18	-	-	(28)	-	-	7	1	(38)	34
Total	17.219	2.182	-	(23)	(1.310)	(454)	121	(881)	1.560	(5.043)	13.371
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>											
Edifícios	7.023	2.001	1.403	-	(928)	(1.005)	-	(3)	402	(2.428)	6.465
Equipamentos	45	24	(7)	-	(15)	(1)	-	-	9	(6)	49
Terrenos	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Total	7.071	2.025	1.396	-	(943)	(1.006)	-	(3)	411	(2.434)	6.517
	24.290	4.207	1.396	(23)	(2.253)	(1.460)	121	(884)	1.971	(7.477)	19.888

(*) Desse montante, os principais efeitos são R\$722 de transferências para mantido para venda e R\$198 para intangíveis e R\$49 de propriedades para investimento.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2021			Saldo em 31.12.2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	3.125	-	3.125	3.540	-	3.540
Edifícios	4.751	(743)	4.008	5.219	(805)	4.414
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.749	(1.940)	1.809	4.778	(2.366)	2.412
Máquinas e equipamentos	4.201	(2.585)	1.616	4.438	(2.669)	1.769
Instalações	554	(357)	197	725	(442)	283
Móveis e utensílios	1.810	(1.196)	614	1.966	(1.260)	706
Imobilizado em andamento	171	-	171	213	-	213
Outros	163	(130)	33	181	(147)	34
	18.524	(6.951)	11.573	21.060	(7.689)	13.371
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Edifícios	8.774	(4.046)	4.728	10.069	(3.604)	6.465
Equipamentos	101	(63)	38	105	(56)	49
Terrenos	9	(4)	5	7	(4)	3
	8.884	(4.113)	4.771	10.181	(3.664)	6.517
Total	27.408	(11.064)	16.344	31.241	(11.353)	19.888

14.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e suas subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas judiciais, conforme divulgado na nota nº 21.8.

14.3 Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$11 (R\$15 em 31 de dezembro de 2020). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 153,04% (150,67% em 31 de dezembro de 2020) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

14.4 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Adições (i)	716	1.387	1.474	4.207
Arrendamento	(94)	(783)	(239)	(2.025)
Juros capitalizados	(11)	(3)	(11)	(15)
Financiamento de imobilizado - Adições (ii)	(554)	(534)	(1.149)	(2.001)
Financiamento de imobilizado - Pagamentos (ii)	496	625	960	2.123
Total	553	692	1.035	2.289

(i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (ii) As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições do ano, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

14.5 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas subsidiárias contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$149 na controladora (R\$126 em 31 de dezembro de 2020) e de R\$264 no consolidado (R\$232 em 31 de dezembro de 2020), referente à depreciação de caminhões, maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

15. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos), cuja taxa de amortização é de 11,47%, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora						Saldo 31.12.2021
	Saldo 31.12.2020	Adições	Remensura- ção	Amorti- zação	Baixas	Transfe- rências (**)	
Ágio	502	-	-	-	-	-	502
Fundo de comércio (nota nº15.2)	47	-	-	-	-	-	47
Softwares e implantação	888	134	-	(177)	(2)	102	945
	1.437	134		(177)	(2)	102	1.494
Arrendamento – direito de uso:							
Direito de uso Paes Mendonça (*)	567	-	43	(46)	-	(150)	414
Softwares	36	-	-	(9)	-	-	27
	603		43	(55)		(150)	441
Total	2.040	134		43	(232)	(2)	(48)

	Controladora						Saldo 31.12.2020
	Saldo 31.12.2019	Adições	Remensura- ção	Amorti- zação	Baixas	Transfe- rências	
Ágio	501	-	-	-	-	1	502
Fundo de comércio (nota nº15.2)	46	-	-	-	-	1	47
Softwares e implantação	749	98	-	(137)	(1)	179	888
	1.296	98		(137)	(1)	181	1.437
Arrendamento – direito de uso:							
Direito de uso Paes Mendonça (*)	557	-	49	(39)	-	-	567
Softwares	56	-	-	(20)	-	-	36
	613		49	(59)			603
Total	1.909	98		49	(196)	(1)	181

	Controladora						Saldo em 31.12.2020	
	Saldo em 31.12.2021			Saldo em 31.12.2020				
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido		
Ágio	1.360	(858)	502	1.360	(858)	502		
Fundo de comércio (nota nº15.2)	47	-	47	47	-	47		
Softwares e implantação	1.743	(798)	945	1.664	(776)	888		
	3.150	(1.656)	1.494	3.071	(1.634)	1.437		
Arrendamento – direito de uso:								
Direito de uso Paes Mendonça (*)	546	(132)	414	653	(86)	567		
Softwares	169	(142)	27	120	(84)	36		
	715	(274)	441	773	(170)	603		
Total	3.865	(1.930)	1.935	3.844	(1.804)	2.040		

(*) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A Companhia tem o direito contratual de exploração dessas lojas até 2048.

(**) Valor de direito de uso de R\$150 reclassificado para ativo mantido para venda (nota nº 32)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado								
	Saldo 31.12.2020	Adições	Impairment	Amor- tização	Baixas	Remensura- ção	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Trans- ferências (**)	Saldo 31.12.2021
Ágio	750	-	-	-	-	-	(21)	-	729
Marcas	3.731	-	(22)	-	-	-	(324)	-	3.385
Fundo de comércio (nota nº15.2)	47	4	-	-	-	-	-	-	51
Direitos contratuais	3	-	-	-	-	-	-	-	3
Software	1.030	228	-	(214)	(2)	-	(13)	115	1.144
	5.561	232	(22)	(214)	(2)	-	(358)	115	5.312
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>									
Direito de uso Paes Mendonça (*)	567	-	-	(47)	-	43	-	(150)	413
Softwares	36	-	-	(8)	-	-	-	-	28
Total	603	-	-	(55)	-	43	-	(150)	441
	6.164	232	(22)	(269)	(2)	43	(358)	(35)	5.753

(*) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A Companhia tem o direito contratual de exploração dessas lojas até 2048.

(**) Valor de direito de uso de R\$150 reclassificado para ativo mantido para venda (nota nº 32)

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado								
	Saldo 31.12.2019	Adições	Amor- tização	Baixas	Remensura- ção	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Trans- ferências	Descon- solidação	Saldo 31.12.2020
Ágio	1.314	-	-	-	-	39	15	(618)	750
Marcas	3.059	-	-	-	-	700	12	(40)	3.731
Fundo de comércio (nota nº15.2)	136	6	-	-	-	-	-	(95)	47
Direitos contratuais	3	-	(1)	-	-	13	(12)	-	3
Software	888	191	(179)	(2)	-	19	183	(70)	1.030
	5.400	197	(180)	(2)	-	771	198	(823)	5.561
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>									
Direito de uso Paes Mendonça (*)	780	-	(47)	-	49	-	-	(215)	567
Softwares	56	1	(21)	-	-	-	-	-	36
	836	1	(68)	-	49	-	-	(215)	603
Total	6.236	198	(248)	(2)	49	771	198	(1.038)	6.164

(*) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A Companhia tem o direito contratual de exploração dessas lojas até 2048.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2021			Saldo em 31.12.2020		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	1.587	(858)	729	2.478	(1.728)	750
Marcas	3.385	-	3.385	3.731	-	3.731
Fundo de comércio (nota nº15.2)	54	(3)	51	47	-	47
Direitos contratuais	6	(3)	3	5	(2)	3
Software	2.165	(1.021)	1.144	2.012	(982)	1.030
	7.197	(1.885)	5.312	8.273	(2.712)	5.561
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Direito de uso Paes Mendonça (**)	543	(130)	413	653	(86)	567
Software	170	(142)	28	120	(84)	36
Total intangível	713	(272)	441	773	(170)	603
	7.910	(2.157)	5.753	9.046	(2.882)	6.164

15.1 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio

O teste de recuperação (impairment test) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº14 Imobilizado.

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio e as marcas adquiridos por meio de combinações de negócios e licenças com duração indefinida foi alocado às UGCs, que também são segmentos operacionais que divulgam informações. Os segmentos são: varejo e varejo internacional (Grupo Éxito)

O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. No varejo a taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,6% (7,9% em 2020), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 4,8% (4,6% em 31 de dezembro de 2020). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. Veja considerações em relação aos efeitos da pandemia do COVID-19 na nota nº 1.3.

Em relação ao Grupo Éxito a taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 7,4 (6,5% em 31 de dezembro de 2020) e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 3% (3% em 31 de dezembro de 2020) Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável dos intangíveis de vida útil indefinida.

Análise de sensibilidade

Com base no cenário provável, foi construída uma análise de sensibilidade para um aumento/diminuição de 0,5% na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Sendo que em qualquer combinação o valor do fluxo de caixa do segmento é superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.2 Fundo de comércio

Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.

No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Os fundos de comércio são testados seguindo as mesmas premissas utilizada nos demais testes de recuperabilidade da Companhia seguindo o prazo de utilização destes ativos.

15.3 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Adições	134	98	232	198
Financiamento de intangíveis – Adição	-	-	-	(1)
Financiamento de intangíveis – Pagamentos	-	-	-	4
Total	134	98	232	201

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de produtos	3.730	4.914	9.591	10.907
Fornecedores de serviços	289	343	870	904
Acordos comerciais (nota nº16.2)	(368)	(381)	(383)	(387)
	3.651	4.876	10.078	11.424

16.1 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia e suas subsidiárias possuem convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas pela Companhia.

Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente a critério do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

A Companhia tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contrapartida de encargos financeiros.

16.2 Acordos Comerciais

Incluem acordo comercial e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos**17.1 Composição da dívida**

	Taxa média ponderada	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Debêntures e nota promissória					
Debêntures e Certificados de recebíveis de agronegócio (nota nº17.4)	CDI + 1,59% a.a.	4.613	4.598	4.613	4.598
		4.613	4.598	4.613	4.598
Empréstimos e financiamentos					
Em moeda local					
Capital de giro	CDI + 1,89% a.a.	2.738	2.689	2.737	2.689
Capital de giro	TR + 9,8% a.a.	11	13	11	13
Contratos de swap (nota nº 17.7)	CDI – 0,08% a.a.	(1)	(2)	(1)	(2)
Custo de captação		(11)	(13)	(11)	(13)
		2.737	2.687	2.736	2.687
Em moeda estrangeira					
(nota nº18.5)					
Capital de giro	USD + 2,12% a.a.	448	271	448	271
Capital de giro	IBR 1M+1,45%	-	-	276	-
Capital de giro	IBR 3M+1,6%	-	-	959	1.534
Capital de giro Argentina	Pré: 39,52%	-	-	-	26
Carta de Crédito		-	-	12	12
Contratos de swap (nota nº17.7)	CDI + 1,70% a.a.	7	12	7	12
Contratos de swap (nota nº17.7)	IBR 3M+1,6%	-	-	-	1
Custo de captação		-	-	-	(1)
		455	283	1.702	1.855
Total		7.805	7.568	9.051	9.140
Ativo circulante		-	-	-	-
Ativo não circulante		1	11	1	11
Passivo circulante		1.243	1.257	1.470	2.309
Passivo não circulante		6.563	6.322	7.582	6.842

17.2 Movimentação dos empréstimos**Em 31 de dezembro de 2020**

	Controladora	Consolidado
Captações	7.568	9.140
Provisão de juros	3.547	4.860
Contratos de derivativos	425	500
Marcação a mercado	(7)	(7)
Variação cambial e monetária	20	20
Custo de captação	14	15
Amortizações de juros	(403)	(482)
Amortizações de principal	(3.352)	(4.842)
Amortizações de derivativos	(7)	(23)
Ajuste na conversão para moeda de apresentação	-	(145)
Em 31 de dezembro de 2021	7.805	9.051

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2019	5.325	14.108
Captações	4.410	7.262
Provisão de juros	271	755
Contratos de derivativos	(281)	(343)
Marcação a mercado	1	14
Ajuste a valor presente	44	115
Variação cambial e monetária	274	331
Custo de captação	11	53
Amortizações de juros	(225)	(774)
Amortizações de principal	(2.582)	(5.125)
Amortizações de derivativos	320	333
Ajuste na conversão para moeda de apresentação	-	173
Desconsolidação Sendas	-	(7.762)
Em 31 de dezembro de 2020	7.568	9.140

17.3 Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos incluindo derivativos reconhecidos no ativo e passivo não circulante

<u>Ano</u>	Controladora	Consolidado
De 1 a 2 anos	2.456	2.724
De 2 a 3 anos	1.252	1.689
De 3 a 4 anos	1.176	1.334
De 4 a 5 anos	1.175	1.252
Após 5 anos	520	599
Subtotal	<u>6.579</u>	<u>7.598</u>
 Custo de captação	 (17)	 (17)
Total	<u>6.562</u>	<u>7.581</u>

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17.4 Debêntures, nota promissória e certificados de recebíveis de agronegócio

	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em circulação (unidades)	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	Controladora		Consolidado	
				Emissão	Vencimento			31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
15º Emissão de Debêntures - CBD	Sem preferência	800	-	17/01/18	15/01/21	-	-	-	-	451	-
16ª Emissão de Debêntures - CBD - 1ª Série	Sem preferência	700	-	11/09/18	10/09/21	-	-	-	-	711	-
16ª Emissão de Debêntures - CBD - 2ª Série	Sem preferência	500	-	11/09/18	12/09/22	-	-	-	-	521	-
17ª Emissão de Debêntures – CBD	Sem preferência	2.000	2.000.000	06/01/20	06/01/23	CDI + 1,45% a.a.	1.038	2.075	2.033	2.075	2.033
4ª Emissão de Notas Promissórias – CBD	Sem preferência	800	-	10/01/19	09/01/22	-	-	-	-	891	-
18ª Emissão de Debêntures – CBD - 1ª série	Sem preferência	980	980.000	14/05/21	10/05/26	CDI + 1,70% a.a.	1.014	994	-	994	-
18ª Emissão de Debêntures – CBD - 2ª série	Sem preferência	520	520.000	14/05/21	10/05/28	CDI + 1,95% a.a.	1.014	527	-	527	-
5ª Emissão de Notas Promissórias – CBD – 1ª série	Sem preferência	500	500	30/07/21	30/07/25	CDI + 1,55% a.a.	1.033.886	517	-	517	-
5ª Emissão de Notas Promissórias – CBD – 2ª série	Sem preferência	500	500	30/07/21	30/07/26	CDI + 1,65% a.a.	1.034.314	517	-	517	-
Custo de captação								(17)	(9)	(17)	(9)
								4.613	4.598	4.613	4.598
Passivo circulante								1.089	1.220	1.089	1.220
Passivo não circulante								3.524	3.378	3.524	3.378

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O GPA utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

A amortização da 1^a série da 18^a emissão de debentures ocorre com pagamentos em duas parcelas em 2025 e 2026 com a remuneração semestral e a 2^a série da 18^a emissão ocorre com pagamentos em duas parcelas em 2027 e 2028 com a remuneração semestral e para a 17^a emissão o pagamento ocorrerá em duas parcelas nos anos de 2022 e 2023. A amortização e remuneração da 5^a emissão de notas promissórias ocorrerá com um pagamento exclusivo no vencimento.

No primeiro trimestre de 2020 ocorreu a 17^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ação, em série única com valor nominal de R\$1.000 reais cada, com prazo de vencimento de 3 anos, no valor total de R\$2.000. Os recursos são utilizados para reforço do capital de giro e alongamento do perfil de endividamento.

No segundo trimestre de 2021 ocorreu a 18^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 séries, com prazo de vencimento entre 5 e 7 anos, no montante de R\$1.500 para distribuição pública com esforços restritos de colocação, o qual será utilizado no reforço do capital de giro e/ou alongamento do perfil de endividamento.

Em 20 de julho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de sua 5^a emissão de notas promissórias comerciais, em 2 séries, com prazo de vencimento entre 4 e 5 anos, no montante total de R\$1.000 para distribuição pública com esforços restritos de colocação, o qual será utilizado no reforço do capital de giro e/ou alongamento do perfil de endividamento.

17.5 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2021, o GPA possuía empréstimos em moeda estrangeira (dólar) para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento.

17.6 Garantias

A Companhia assinou notas promissórias para alguns contratos de empréstimos.

17.7 Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos têm o mesmo prazo da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados com o mesmo grupo econômico. A taxa média ponderada anual do CDI em dezembro de 2021 foi de 4,42% (2,76% em 31 de dezembro de 2020).

17.8 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira e capital de giro, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2021, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	31.12.2021	Valor contábil	31.12.2021
	31.12.2020		31.12.2020	
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	4.662	4.095	8.274	8.711
Partes relacionadas – ativo	692	369	517	154
Contas a receber e outras contas a receber	822	910	1.589	1.614
Outros ativos	-	-	9	48
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos Financeiros Derivativos - Hedge de valor justo	1	11	1	11
Instrumentos Financeiros s/ arrendamento - Hedge de valor justo	-	-	9	1
Instrumentos Financeiros s/ fornecedores - Hedge de valor justo	-	-	15	-
Outros ativos	-	-	2	2
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Contas a receber com administradoras de cartão de crédito e tickets de vendas	97	113	95	113
Outros ativos	-	-	28	28
Passivos financeiros:				
Outros passivos financeiros - custo amortizado				
Partes relacionadas – passivo	(484)	(212)	(467)	(194)
Fornecedores	(3.651)	(4.876)	(10.078)	(11.424)
Financiamento por compra de ativo	(84)	(55)	(250)	(100)
Debêntures e notas promissórias	(4.613)	(4.598)	(4.613)	(4.598)
Empréstimos e financiamentos	(2.727)	(2.676)	(3.973)	(4.247)
Arrendamento Financeiro	(3.881)	(5.958)	(6.118)	(8.372)
Valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos (Objeto de <i>Hedge accounting</i>)	(459)	(284)	(459)	(284)
Instrumentos Financeiros - Hedge de valor justo - Ponta Passiva Derivativos	(7)	(21)	(7)	(22)
Instrumentos Financeiros sobre arrendamento- <i>Hedge</i> de valor justo- Ponta Passiva	-	-	-	(2)
Instrumentos Financeiros s/ fornecedores - <i>Hedge</i> de valor justo - Ponta Passiva	-	-	(1)	(25)
Opção de venda Grupo Disco (*)	-	-	(701)	(636)

(*) Vide nota nº 18.3.

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela anterior se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota nº18.3.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

(i) Risco de crédito

- Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações das instituições financeiras, os quais são constantemente atualizados.
- Contas a receber: o risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são vendidos aos bancos e às administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desreconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado efetuando transações de acordo com as políticas aprovadas pelos órgãos de governança.
- Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e suas subsidiárias estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações na taxa de juros.

(iii) Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

O Grupo Éxito utiliza derivativos como proteção para variação cambial sobre importações e arrendamento.

(iv) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	4.662	4.905	8.274	8.711
Instrumentos Financeiros – <i>Hedge</i> de valor justo	(6)	(10)	17	(37)
Empréstimos e financiamentos	(7.799)	(7.558)	(9.045)	(9.129)
Outros passivos de partes relacionadas (*)	(145)	(120)	(145)	(120)
Dívida líquida	(3.288)	(2.783)	(899)	(575)
Patrimônio líquido	(13.649)	(13.695)	(16.380)	(16.807)
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	24%	20%	5%	3%

(*) Representa o saldo a pagar a Greenyellow, referente à compra de equipamentos.

a. Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

a) Controladora

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	1.779	8.105	587	10.471
Passivo de arrendamento	974	2.793	2.752	6.519
Fornecedores	3.651	-	-	3.651
Total	6.404	10.898	3.339	20.641

b) Consolidado

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	2.016	9.285	587	11.888
Passivo de arrendamento	1.369	4.042	3.690	9.101
Fornecedores	10.078	-	-	10.078
Total	13.463	13.327	4.277	31.067

b. Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de referência dos contratos era R\$468 (R\$301 em 31 de dezembro de 2020). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de *swaps* com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrendamento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* ou *forwards* tradicionais para proteção de dívidas.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de hedge é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de hedges contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (hedge accounting), conforme o CPC 48 (IFRS 9), a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

	Consolidado			
	Valor de referência		Valor justo	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Swap com contabilização de hedge Objeto de hedge (dívida)	469	301	459	284
<u>Posição ativa (comprada)</u>				
Taxa prefixada	22	21	11	13
US\$ + fixa	447	280	448	271
	469	301	459	284
<u>Posição passiva (vendida)</u>				
CDI + 1,66% a.a.	(469)	(301)	(465)	(294)
Posição de hedge - ativo	-	-	1	11
Posição de hedge - passivo	-	-	(7)	(21)
Posição de hedge líquida	-	-	(6)	(10)

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo seu valor justo é de R\$7 (a pagar de R\$10 em 31 de dezembro de 2020), o ativo está registrado na rubrica de "Instrumentos financeiros" e o passivo em "Empréstimos e financiamentos".

Os efeitos de hedge ao valor justo por meio resultado do período findo em 31 de dezembro de 2021 resultaram em um ganho de R\$105 (ganho de R\$282 em 31 de dezembro de 2020).

(v) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para swap, que são divulgadas pela B3.

Os valores a mercado dos swaps cupons cambiais "versus" CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3.

Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, a Administração considera um acréscimo de 10% e um decréscimo de 10%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R\$6,17 no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 11,79% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

(i) Outros instrumentos financeiros

Transações	Risco (variação do CDI)	Saldo em 31.12.2021	Projeção de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contrato de swap de taxa pré-fixada (ponta passiva)	CDI - 0,08% a.a.	(10)	(1)	(1)	(1)
Contrato de swap cambial (ponta passiva)	CDI + 1,70% a.a.	(455)	(63)	(69)	(58)
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,59% a.a.	(4.630)	(584)	(643)	(526)
Empréstimos bancários - CBD	CDI + 1,89% a.a.	(2.737)	(345)	(380)	(311)
Exposição total a empréstimos e financiamentos		(7.832)	(993)	(1.093)	(896)
Equivalentes de caixa (*)	93,51% do CDI	4.598	503	553	453
Exposição líquida:		(3.234)	(490)	(540)	(443)

(*) média ponderada

O teste de sensibilidade do Grupo Éxito considera o ambiente econômico em que a empresa opera. No cenário I são utilizadas a últimas taxas conhecidas, no cenário II é considerado um acréscimo de 10% e no cenário III um decréscimo de 10%.

Cenário I: Índice Bancário de Referência na Colômbia (IBR) disponível na data de fechamento de 3,4180%.

Cenário II: acréscimo de 0,34180% no IBR

Cenário III: decréscimo de 0,34180% no IBR

<u>Transações</u>	Saldo em 31.12.2021	Projeção de mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos bancários e swap	(1.224)	-	55	(58)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.3 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46 (IFRS13), os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo:

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Consolidado		
	Valor contábil 31.12.2021	Valor justo	
		31.12.2021	Nível
Ativos e passivos financeiros			
Contas a receber com administradores de cartões de crédito e tickets de venda	95	95	2
<i>Swaps</i> de taxa de juros entre moedas	(7)	(7)	2
<i>Swaps</i> de taxa de juros	10	10	2
<i>Forward</i> entre Moedas	14	14	2
Empréstimos e financiamentos (valor justo)	(459)	(459)	2
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(8.586)	(8.451)	2
Opção de venda Grupo Disco (*)	(701)	(701)	3
Total	(9.634)	(9.499)	

(*) os acionistas minoritários da entidade Grupo Disco del Uruguay S.A., subsidiária do Grupo Éxito, têm uma opção de venda exercível baseada em uma fórmula que utiliza informações como lucro líquido, EBITDA – lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização e dívida líquida, além dos valores fixos determinados em contrato e a variação cambial aplicável para conversão à moeda funcional. Essa opção de venda foi apresentada em “Aquisição de participação minoritária” no passivo circulante.

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os swaps de taxa de juros, moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

18.4 Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas subsidiárias mantêm contratos de derivativos nas seguintes instituições financeiras: Itaú BBA, Bank of Nova Scotia, Banco de Bogotá, BBVA, Davivenda, Bancolombia, Santander, Banco Popular, Banco de Occidente, Corpbanca e Corficolombiana.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Risco	Valor de referência	Vencimento	Consolidado	
			31.12.2021	31.12.2020
<u>Dívida</u>				
USD - BRL	US\$ 50	2023	(7)	(12)
Taxa de juros - BRL	R\$ 21	2026	1	2
Derivativos - Hedge de valor justo - Brasil			(6)	(10)
 Passivo de Arrendamento				
USD - COP	US\$ 1	2022	-	1
			-	1
 <u>Dívida</u>				
Taxa de juros – COP	COP 108.750	2021	-	(2)
Taxa de juros – COP	COP 108.750	2022	-	(1)
Taxa de juros - COP	COP 102.708	2022	1	-
Taxa de juros - COP	COP 200.000	2023	7	-
			8	(3)
 <u>Fornecedores</u>				
EUR - COP	EUR 3	2021	-	(2)
USD – COP	USD 35	2021	-	(23)
USD - COP	USD 105	2022	15	-
			15	(25)
Derivativos - Grupo Éxito			23	(27)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Impostos e contribuições a recolher e parcelados

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e ao Imposto sobre Serviços - ISS, calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e são apresentados líquidos da receita de vendas.

As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas, incidente sobre uma compra de ativos ou serviços, não é recuperável com a autoridade fiscal, nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso.

19.1 Impostos, contribuições a recolher e impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Impostos parcelados Lei nº 11.941/09 (ii)	171	237	177	244
Impostos parcelados – PERT (i)	115	151	115	151
ICMS	78	94	82	99
PIS e COFINS	5	5	9	9
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	10	17	13
Imposto de renda retido na fonte sobre terceiros	4	2	4	2
INSS	6	5	6	5
Outros	47	25	47	25
Impostos – Grupo Éxito	-	-	276	285
	426	529	733	833
Circulante	278	288	580	585
Não circulante	148	241	153	248

- (i) A Companhia decidiu incluir débitos tributários federais no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, conforme condições descritas na Lei nº13.496, de 24 de outubro de 2017. Além do pagamento em parcelas, o PERT outorga reduções nos montantes de multa e juros. A Companhia incluiu débitos relacionados a (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS/COFINS), (ii) não homologação de compensações (IRPJ, PIS/COFINS); além dos débitos anteriormente classificados com risco de perda possível relacionados principalmente a CPMF (nota nº22.2). O PERT está sendo liquidado em parcelas mensais em 12 anos. A Companhia está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento.
- (ii) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº11.941/09) - a Lei nº11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até novembro de 2008, e concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade de utilização de prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporciona pela adesão a esse parcelamento. A Companhia está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.2 Cronograma de vencimentos dos impostos parcelados no passivo não circulante ocorrerá conforme indicado a seguir:

<u>Em</u>	<u>Consolidado</u>
De 1 a 2 anos	86
De 2 a 3 anos	32
De 3 a 4 anos	12
De 4 a 5 anos	23
	153

20. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser resarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. A Companhia não paga contribuição social com base em uma ação judicial transitada em julgado favorável no passado, portanto a alíquota é 25%.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos somente se forem prováveis que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável do qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas



Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios do Grupo, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas, ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

20.1 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL (operações continuadas)	(59)	2.752	369	1.901
Despesa de IR e CSLL (*)	15	(688)	(134)	(542)
Multas fiscais indedutíveis	(14)	(11)	(16)	(11)
Equivalência patrimonial	64	287	(11)	19
Juros sobre capital próprio	114	(78)	114	(78)
Benefícios fiscais	4	12	28	12
Cisão Sendas	-	(74)	-	(74)
Créditos Tributários (**)	238	-	238	-
Subvenção para investimentos (****)	557	-	557	-
Imposto sobre resultados auferidos no exterior (***)	(99)	-	(106)	-
Provisão para não realização de prejuízo fiscal (***)	-	-	(51)	-
Outras diferenças permanentes	(16)	6	(25)	12
Imposto de renda e contribuição social efetivo	863	(546)	594	(662)
Imposto de renda e contribuição social do exercício:				
Correntes	101	(53)	(82)	(371)
Diferidos	762	(493)	676	(291)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	863	(546)	594	(662)
Taxa efetiva	1.462,71%	19,84%	-160,98%	34,82%

(*) A taxa nominal é 34% para as subsidiárias sediadas no Brasil, 31% (32% -2020) para as sediadas na Colômbia, 25% para as sediadas no Uruguai e 30% para as sediadas na Argentina. A Companhia não paga contribuição social com base em uma ação judicial transitada em julgado favorável no passado, portanto a alíquota é 25%.

(**) Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em sede de repercussão geral, pela constitucionalidade da cobrança de IRPJ e CSLL sobre valores relativos à juros Selic decorrentes de indébitos tributários. Com efeito, a Companhia registrou no ano de 2021, créditos tributários de imposto de renda no montante de R\$238, sendo R\$18 registrados na rubrica de Tributos a Recuperar e R\$220 na reversão de imposto de renda diferido passivo.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(***) Valores relacionados a impostos calculados sobre as subsidiárias no exterior, relacionado a entidades do Exito. Adicionalmente, foram provisionados prejuízos fiscais sobre subsidiárias com planos de incorporação por parte da administração.

(****) Determinadas operações da Companhia são beneficiadas por incentivos fiscais estaduais que, conforme artigo 30 da Lei nº 12.973/14 e Lei Complementar nº 160/17, puderam ser caracterizados como subvenção para investimentos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os respectivos montantes foram excluídos da base de cálculo do IRPJ. Vide nota nº 24.2.

20.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora					
	31.12.2021			31.12.2020		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais	751	-	751	98	-	98
Provisão para demandas judiciais	355	-	355	313	-	313
Amortização fiscal de ágio	-	(280)	(280)	-	(266)	(266)
Ajuste a marcação a mercado	-	(7)	(7)	-	(6)	(6)
Imobilizado, intangível e propriedades para investimento	-	(215)	(215)	-	(193)	(193)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(341)	(341)	-	(508)	(508)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	211	-	211	335	-	335
Outras	76	-	76	14	-	14
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	1.393	(843)	550	760	(973)	(213)
Compensação	(843)	843	-	(760)	760	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	550	-	550	-	(213)	(213)

	Consolidado					
	31.12.2021			31.12.2020		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	1.145	-	1.145	514	-	514
Provisão para demandas judiciais	397	-	397	376	-	376
Amortização fiscal de ágio	-	(481)	(481)	-	(496)	(496)
Ajuste a marcação a mercado	-	(7)	(7)	-	(6)	(6)
Imobilizado, intangível e propriedades para investimento	-	(1.710)	(1.710)	-	(1.686)	(1.686)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(239)	(239)	-	(402)	(402)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	285	-	285	389	-	389
Hedge de fluxo de caixa	-	(7)	(7)	11	-	11
Outras	96	-	96	29	-	29
Imposto presumido sobre o patrimônio - Éxito	167	-	167	237	-	237
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	2.090	(2.444)	(354)	1.556	(2.590)	(1.034)
Compensação	(1.509)	1.509	-	(1.556)	1.556	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	581	(935)	(354)	-	(1.034)	(1.034)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1 ano	288	387
De 1 a 2 anos	241	304
De 2 a 3 anos	219	248
De 3 a 4 anos	184	307
De 4 a 5 anos	125	369
Acima de 5 anos	336	475
	<u>1.393</u>	<u>2.090</u>

20.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
No início do exercício	(213)	285	(1.034)	(858)
Crédito (despesa) no exercício – Operações continuadas	762	(493)	676	(291)
Crédito (despesa) no exercício – Operações descontinuadas	-	44	-	214
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	-	13	(188)
Desconsolidação Sendas	-	-	-	91
Cisão Sendas	-	(45)	-	-
Outros	1	(4)	(9)	(2)
No final do exercício	550	(213)	(354)	(1.034)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. Para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia e suas subsidiárias têm como política o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas, sendo divulgados nas notas explicativas os montantes envolvidos para as causas ainda não finalizadas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos internos e externos foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

21.1 Controladora

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	849	280	104	1.233
Adições	133	162	133	428
Pagamentos	(22)	(71)	(30)	(123)
Reversões	(202)	(72)	(41)	(315)
Atualização monetária	21	37	34	92
Saldo em 31 de dezembro de 2021	779	336	200	1.315

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	617	236	87	940
Adições	304	124	86	514
Pagamentos	(9)	(70)	(38)	(117)
Reversões	(59)	(39)	(49)	(147)
Atualização monetária	(4)	29	18	43
Saldo em 31 de dezembro de 2020	849	280	104	1.233

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2 Consolidado

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	937	303	145	1.385
Adições	136	180	161	477
Pagamentos	(22)	(82)	(57)	(161)
Reversões	(219)	(77)	(44)	(340)
Atualização monetária	21	38	34	93
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	(8)	(1)	(3)	(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	845	361	236	1.442

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	841	319	145	1.305
Adições	331	166	166	663
Pagamentos	(13)	(75)	(73)	(161)
Reversões	(67)	(83)	(70)	(220)
Atualização monetária	(3)	38	21	56
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	17	2	5	24
Desconsolidação Sendas(*)	(169)	(64)	(49)	(282)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	937	303	145	1.385

(*) Com a Cisão da Sendas os saldos de provisões das demandas judiciais que totalizavam o montante de R\$282 foram desconsolidados, sendo R\$169 de contingências tributárias, R\$64 de contingências trabalhistas e R\$49 de contingências cíveis e outras.

21.3 Tributárias

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

ICMS

Existem autuações pelo fisco do Estado de São Paulo em relação ao resarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT nº17. Considerando os andamentos processuais ocorridos em 2021, a Companhia mantém provisão de R\$292 (R\$292 em 31 de dezembro de 2020), que representa a melhor estimativa da administração do efeito provável de perda, relacionado ao aspecto probatório do processo.

Lei complementar nº110/01

A Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$51 (R\$60 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros assuntos tributários

Remanesceram outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas pela Companhia. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) crédito indevido (iii) não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, em razão de decisão desfavorável no Tribunal; (iv) exigência do IPI na revenda de produtos importados; (v) discussões relativas a IPTU; (vi) outros assuntos. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2021 para esses assuntos é R\$437 (R\$497 em 31 de dezembro de 2020).

Indenizatório com Sendas

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da Sendas Distribuidora anteriores a atividade do Assai. Em 31 de dezembro de 2021 no total R\$96, sendo que de processos tributários é R\$69, Trabalhista R\$14 e Cível R\$13 (R\$166 em 31 de dezembro de 2020).

Grupo Éxito

A subsidiária Éxito e suas controladas discutem temas tributários relacionados ao imposto de valor agregado, imposto de propriedade e impostos de indústria e comércio no montante de R\$65 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 88 em 31 de dezembro de 2020).

21.4 Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha provisão no montante de R\$361 (R\$303 em 31 de dezembro de 2020). A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

21.5 Cíveis, regulatórias e outros

A Companhia e suas subsidiárias respondem a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

- A Companhia e suas subsidiárias ajuizaram e respondem a diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos por ela. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que é provável que será alterado o valor da locação atualmente pago pela companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o montante da provisão para essas ações é de R\$100 (R\$34 em 31 de dezembro de 2020), para as quais não há depósitos judiciais.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A Companhia e suas subsidiárias ajuízam e respondem a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs, INMETRO e Prefeituras) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores. A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2021, o montante da provisão para essas ações é de R\$56 (R\$40 em 31 de dezembro de 2020).
- A subsidiária Éxito e suas controladas respondem a algumas ações judiciais relacionadas a casos de responsabilidade civil, processos por condições locatícias e demais temas no montante de R\$30 em 31 de dezembro de 2021 (R\$35 em 31 de dezembro de 2020).
- Em relação a valores provisionados remanescentes a outros assuntos de alçada cível em 31 de dezembro de 2021 é de R\$50 (R\$36 em 31 de dezembro de 2020).

O total das demandas cíveis e regulatórias em 31 de dezembro de 2021 é de R\$236 (R\$145 em 31 de dezembro de 2020).

21.6 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como probabilidade de perdas possíveis, portanto, não provisionadas. Os processos possíveis totalizam um montante atualizado de R\$12.123 em 31 de dezembro de 2021 (R\$10.081 em 31 de dezembro de 2020), e são relacionadas principalmente a:

- INSS – O GPA foi autuado pela não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$576 em 31 de dezembro de 2021 (R\$473 em 31 de dezembro de 2020). Os processos estão em discussão administrativa e judicial. Em 28 de agosto de 2020, o STF, em repercussão geral, reconheceu ser constitucional a incidência de contribuições previdenciárias sobre o terço constitucional de férias. A Companhia vem acompanhando o desenvolvendo destes temas, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não requerem que seja feita provisão
- IRPJ, IRRF, CSLL, IOF - O GPA possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões, glosa de ágio, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R\$750 em 31 de dezembro de 2021 (R\$575 em 31 de dezembro de 2020).
- COFINS, PIS e IPI – A Companhia vem sendo questionada sobre compensações não homologadas; multa por descumprimento de obrigação acessória, tributação de descontos recebidos de fornecedores, glosa de créditos de COFINS e PIS, exigência de IPI na revenda de produtos importados, dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$4.662 de 31 de dezembro de 2021 (R\$2.940 em 31 de dezembro de 2020).
- ICMS - o GPA foi autuado pelos fiscais estaduais quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica; (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; (iii) incidentes sobre a própria operação de aquisição das mercadorias (ICMS próprio) – art. 271 do RICMS/SP; (iv) decorrentes de vendas financiadas e (v) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$5.660 em 31 de dezembro de 2021 (R\$5.572 em 31 de dezembro de 2020), as quais aguardam julgamento tanto na esfera administrativa como na judicial.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- ISS, IPTU, Taxas e outros – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS e taxas diversas, cujo valor monta R\$142 de 31 de dezembro de 2021 (R\$143 em 31 de dezembro de 2020) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- Outras demandas judiciais – referem-se a ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R\$327 de 31 de dezembro de 2021 (R\$374 em 31 de dezembro de 2020).
- A subsidiária Éxito e suas controladas possuem um montante de R\$6 de processos com probabilidade de perdas possíveis em 31 de dezembro de 2021 (R\$4 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia possui processos relativos à cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ, as quais, na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, a Companhia tem direito de indenização de seus antigos e atuais acionistas, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2013, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio. O valor envolvido é de R\$1.467 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.432 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da GLOBEX anteriores a associação com Casas Bahia (Via Varejo). Em 31 de dezembro de 2021, o montante envolvido de processos tributários é R\$474 (R\$456 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da Sendas Distribuidora anteriores a atividade do Assai. Em 31 de dezembro de 2021, o montante envolvido de R\$1.270, sendo tributário R\$1.234 e Cível e outros R\$36 (R\$ 1.420, sendo tributário R\$1.378 e Cível e outros R\$42 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada à um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2021 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$157 (R\$174 em 31 de dezembro de 2020).

21.7 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais de montantes equivalentes às decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais, registrados em seu ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Tributárias	205	121	206	123
Trabalhistas	491	397	498	407
Cíveis e outras	21	27	27	33
Total	717	545	731	563

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.8 Garantias

<u>Ações</u>	<u>Imóveis</u>		<u>Carta de fiança / Seguro garantia</u>		<u>Total</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tributárias	723	733	9.924	10.022	10.647	10.755
Trabalhistas	-	-	1.153	613	1.153	613
Cíveis e outras	9	9	495	558	504	567
Total	732	742	11.572	11.193	12.304	11.935

O custo das garantias é aproximadamente 0,46% do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

21.9 Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS

A Companhia e suas subsidiárias ingressaram com ações judiciais pleiteando o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições.

Em 15 de março de 2017, com sede em repercussão geral, o STF determinou que o ICMS deverá ser excluído das bases dessas contribuições federais, em linha com a tese pleiteada pela Companhia. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por sua vez, interpôs recursos dessa decisão, com o objetivo de modular seus efeitos e elucidar qual valor de ICMS deveria, afinal, ser objeto de supressão das bases do PIS e da COFINS.

Em 2019, algumas subsidiárias da Companhia obtiveram trânsito em julgado favorável nos seus processos próprios, resultando no registro de créditos tributários no montante de R\$382, sendo R\$198 no resultado financeiro.

Em 29 de outubro de 2020, a Companhia obteve trânsito em julgado favorável na sua ação individual a respeito dessa matéria tributária, resultando no registro de um crédito tributário no montante de R\$1.609 (sendo R\$613 no resultado financeiro), no período findo em 31 de dezembro de 2020, líquido das provisões para parcelas que, eventualmente, fossem consideradas não realizáveis.

Em 13 maio de 2021, o STF apreciou os recursos apresentados pela PGFN em relação àquela decisão tomada em 15 de março de 2017 e manifestou entendimento alinhado ao da Companhia e seus assessores jurídicos.

Durante o ano calendário de 2021, a Companhia reavaliou o crédito tributário, revertendo as provisões constituídas anteriormente no valor de R\$280 (sendo R\$109 no resultado financeiro).

Os cálculos elaborados pela Companhia estão amparados no entendimento de seus assessores legais e a estimativa de realização do ativo é de, no máximo, 7 (sete) anos.

Ainda em relação ao tema, a Via Varejo obteve decisão favorável em maio de 2020, que inclui valor pelo qual o GPA tem direito a ser reembolsado, nos termos do acordo de associação firmado entre o GPA e a família Klein na transação que deu origem à Via Varejo. Os períodos que o GPA tem direito ao reembolso referem-se à subsidiária Globex (que foi incorporada na formação da Via Varejo) para os anos de 2003 a 2010. A CBD já reconheceu R\$231 de um crédito com a Via Varejo no exercício de 2020, com base na documentação analisada e validada até o momento. O ganho relacionado foi reconhecido no resultado líquido das operações descontinuadas. Além disso, a Companhia estima ter direito a um valor em aberto de R\$277, que está sujeito a certos ajustes e confirmação pela Via Varejo.

Notas Explicativas



Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.10 Arbitragem Imóveis Península

Em 12 de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá acerca de pedido de instauração de arbitragem apresentado por Banco Ourinvest S.A., instituição financeira, na qualidade de administradora e agindo exclusivamente no interesse dos quotistas do Fundo de Investimento Imobiliário Península (“Península” e o “Procedimento”).

O Procedimento discutia certas divergências relacionadas ao valor dos aluguéis e outras questões operacionais relacionadas a 60 (sessenta) imóveis de propriedade da Península, objeto de contratos de locação de longo prazo celebrados em 2005 (os “Contratos”), que asseguram à CBD o uso e exploração comercial dos referidos imóveis por 20 anos a contar da sua celebração, renováveis por mais 20 anos a critério exclusivo da CBD.

Conforme comunicado ao mercado, em 7 de julho de 2021, as partes chegaram a um acordo para resolver amigavelmente as controvérsias do passado e encerrar o Procedimento. O acordo aprimorou os Contratos, mantendo o longo prazo de vigência das locações de 20 anos, renováveis por mais 20 anos a critério da CBD, mas introduziu novas regras mais adaptadas ao mercado atual, que possibilitam a otimização do uso dos imóveis e trazem potencial de ganho para ambas as Partes com o melhor aproveitamento dos espaços dos imóveis. Como resultado deste acordo a Companhia registrou no resultado o montante de R\$17 em outras despesas operacionais, além da remensuração relacionada às mudanças contratuais de acordo com o IFRS 16 / CPC 06(R2).

21.11 Via Varejo

A Companhia deixou de exercer o controle societário da Via Varejo em junho de 2019. No 2º trimestre de 2021 a Via Varejo tomou determinadas providências e substituiu integralmente as garantias que haviam sido prestadas a terceiros pelo GPA em favor daquela companhia, não restando mais nenhuma obrigação do GPA sobre referido assunto. O Acordo Operacional anteriormente firmado, expirou em outubro de 2021, e portanto, se encontra encerrado. A Via Varejo ainda faz uso da marca Extra para a venda de produtos por ela comercializados em razão do Contrato de Licença de Uso da marca Extra, que permite à Via Varejo realizar atividades de comércio eletrônico pelo domínio Extra.com. Com o término do Acordo Operacional o GPA também pode promover comércio eletrônico de eletroeletrônicos em quaisquer plataformas.

O GPA, em conjunto com Sendas, Via Varejo e Itaú Unibanco são sócios da Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“FIC”). A CBD é titular de crédito contra a Via Varejo decorrente de trânsito em julgado de determinada ação tributária, cujos valores estão sendo calculados por empresa especializada contratada pelas partes envolvidas, assim como é responsável, por outro lado, por eventuais superveniências passivas incorridas até determinada data, se transitadas em julgado, em nome da antiga Globex, sociedade que no processo de fusão com a Casas Bahia S.A., teve seu nome alterado para Via Varejo e atualmente renomeado para Via.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Operações de arrendamento mercantil

22.1 Obrigações de arrendamento mercantil

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5.000 (cinco mil dólares).

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso (notas nº 14 e 15), ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

A Companhia e suas subsidiárias como arrendadoras

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$6.118 em 31 de dezembro de 2021 (R\$8.374 em 31 de dezembro de 2020), de acordo com o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Passivo de arrendamento mercantil - pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	546	570	895	947
De 1 a 5 anos	1.730	1.921	2.807	3.053
Mais de 5 anos	1.605	3.467	2.416	4.374
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	3.881	5.958	6.118	8.374
Encargos futuros de financiamento	2.638	5.904	2.983	6.630
Valor futuro dos contratos de arrendamento mercantil	6.519	11.862	9.101	15.004
PIS e COFINS embutidos no valor presente dos contratos de arrendamento	231	362	372	662
PIS e COFINS embutidos no valor bruto dos contratos de arrendamento	396	721	553	1.171

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota nº 28. A taxa de juros incremental da Companhia e suas subsidiárias foi 8,89% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (9,41% em 31 de dezembro de 2020).

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 6,98% (5,63% em 31 de dezembro de 2020). O prazo médio dos contratos considerados é de 9,76 anos (14,4 anos em 31 de dezembro de 2020). Para as subsidiárias internacionais a taxa incremental nominal média é de 4,81% com 3,0% de inflação embutida. O prazo médio dos contratos considerados é de 9,2 anos.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 Movimentação obrigações de arrendamento mercantil

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020		
Captação	94	239
Remensuração (*)	(659)	(417)
Provisão de juros	603	739
Amortizações	(1.055)	(1.523)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(998)	(1.022)
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	(210)
Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	(62)	(62)
Em 31 de dezembro de 2021		
	3.881	6.118

Passivo circulante	546	895
Passivo não circulante	3.335	5.223

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2019		
Captação	4.921	8.667
Remensuração	783	2.025
Provisão de juros	824	1.445
Amortizações	544	958
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(923)	(1.680)
Transferência para subsidiária	(185)	(698)
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	(10)	-
Incorporação parcial - Sendas	-	433
Desconsolidação - Sendas	4	-
Em 31 de dezembro de 2020		
	5.958	8.374

Passivo circulante	570	947
Passivo não circulante	5.388	7.427

(*) R\$(1.170) está relacionado a remensuração do passivo de arrendamento das 50 lojas que serão entregues a Sendas em 2022 e o restante está relacionado a correção monetária dos contratos de aluguéis.

22.3 Despesa de arrendamento de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Despesas (receitas) do período:				
Variáveis (0,1% a 4,5% das vendas)	54	38	55	40
Subarrendamentos (*)	(239)	(196)	(241)	(196)

(*) Refere-se, principalmente, a receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Receitas a apropriar

As receitas a apropriar são registradas pela Companhia e suas subsidiárias como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola e painel luminoso (*back lights*) para exposição de produtos dos fornecedores, são reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias para os parceiros comerciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Compromisso de venda futura de imóveis	27	8	30	8
Garantias complementares ou estendidas	11	12	11	12
Contrato de prestação de serviço – <i>Parcerias</i>	11	8	11	8
Receita com operadoras de cartão de crédito e bancos	-	-	106	80
Cartão Presente	56	7	182	131
Outros	4	-	108	77
	109	35	448	316
Circulante	44	16	383	297
Não circulante	65	19	65	19

24. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021, é representado por 269.376 (268.352 em 31 de dezembro de 2020) milhares de ações nominativas sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021 o capital social é de R\$ 5.859 (R\$ 5.434 em 31 de dezembro de 2020). Em decorrência do alinhamento entre o valor da redução de capital social aprovada na AGE e o capital social registrado nas demonstrações financeiras houve a necessidade de reclassificação entre capital social e reservas de capital de R\$216, sem impacto no patrimônio líquido. Em 28 de abril de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social mediante capitalização de R\$ 200 da conta de Reserva para Expansão, sem a emissão de novas ações.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

Em reunião do Conselho de Administração realizadas em 01 de junho de 2021, 28 de julho de 2021, 03 de novembro de 2021 e 09 de dezembro de 2021 foram aprovados os aumentos de capital no montante de R\$9 (R\$9 em 31 de dezembro de 2020) mediante a emissão de 1.024 mil de ações ordinárias (354 mil ações em 31 de dezembro de 2020).

Direito de ações

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social ou as deliberações tomadas pelos acionistas em Assembleia Geral não podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais da Companhia; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar -se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em relação ao direito a dividendos, o Estatuto Social prevê que 25% do lucro líquido anual ajustado deverá estar disponível para distribuição a título de dividendo obrigatório ou pagamento de juros sobre capital próprio, em qualquer exercício social.

b. Reservas de lucros

(i) *Reserva legal:* é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.

(ii) *Reserva para expansão:* constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.

c. Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica “Opções outorgadas” são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10(R1)/ (IFRS 2) – Pagamentos com base em Ações.

Os empregados e administradores da Companhia (incluindo suas subsidiárias) podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais (“operações liquidadas com ações”).

A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou reversões de despesas referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação.

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes em 31 de dezembro de 2021.

Plano de remuneração

O Plano de remuneração é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de remuneração (“Comitê”).

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra “B”, seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série B6 e B7 do Plano de remuneração.

As opções concedidas a um participante substancialmente não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga (“período de carência”), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga (“período de exercício”).

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de remuneração é correspondente a R\$0,01 (“preço de exercício”).

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

O participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de aquisição das ações, direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou, ainda, celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de remuneração.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano de opção

O Plano de opção será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa da Companhia as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de opção (“Comitê”).

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra “C”, seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C6 e C7 do Plano de opção.

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série (“preço de exercício”).

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga (“período de carência”), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga (“período de exercício”), ressalvadas as exceções previstas no Plano da remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

As informações relativas ao Plano de opção e Plano de remuneração estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na data da outorga	31.12.2021				
				Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Expiradas	Vigentes
Série B5	31/05/2018	31/05/2021	0,01	594	(528)	(49)	(17)	-
Série C5	31/05/2018	31/05/2021	15,42	594	(482)	(60)	(52)	-
Série B6	31/05/2019	31/05/2022	0,01	462	(129)	(33)	-	300
Série C6	31/05/2019	31/05/2022	17,39	359	(122)	(42)	-	195
Série B7	31/01/2021	31/05/2023	0,01	673	(103)	(23)	-	547
Série C7	31/01/2021	31/05/2023	12,60	497	(104)	(23)	-	370
				3.179	(1.468)	(230)	(69)	1.412

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações – GPA

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 0,7% do total das ações de emissão da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, havia 160 mil ações em tesouraria, que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano, e o valor da ação da Companhia na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão era de R\$21,73 para cada ação.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 2021 de todas as opções outorgadas:

	31.12.2021	31.12.2020
Quantidade de ações total	269.376	268.352
Saldo das séries outorgadas em vigor	1.412	1.468
Percentual máximo de diluição	0,52%	0,55%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B5 e C5: (a) expectativa de dividendos de 0,41%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 36,52% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 9,29%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B6 e C6: (a) expectativa de dividendos de 0,67%, (b) expectativa de volatilidade de 32,74% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 7,32%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B7 e C7: (a) expectativa de dividendos de 1,61%, (b) expectativa de volatilidade de 37,09% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 5,47%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de 1,06 (0,88 anos em 31 de dezembro de 2020). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$16,02 (R\$58,78 em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação das ações acima se refere as ações da Companhia. Após a separação da Sendas Distribuidora, e durante o período de transição, certos executivos da Companhia tem remuneração em ações de Sendas Distribuidora, contabilizados como despesa. A movimentação da quantidade de opções outorgadas, a média ponderada do preço de exercício e a média ponderada do prazo remanescente são apresentadas no quadro abaixo:

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ações Em milhares	Média ponderada do preço de exercício R\$	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em 31 de dezembro de 2020			
Outorgadas durante o exercício	-		
Canceladas durante o exercício	(69)	42,59	
Exercidas durante o exercício	(489)	23,93	
Espiradas durante o exercício	(127)	42,44	
Em aberto no fim do exercício	1.468	30,71	0,88
Total a exercer em 31 de dezembro de 2020	1.468	30,71	0,88
Em 31 de dezembro de 2021			
Outorgadas durante o exercício	1.225	22,37	
Canceladas durante o exercício	(55)	10,50	
Exercidas durante o exercício	(1.157)	7,65	
Espiradas durante o exercício	(69)	11,57	
Em aberto no fim do exercício	1.412	5,71	1,06
Total a exercer em 31 de dezembro de 2021	1.412	5,71	1,06

Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$36 (R\$23 em 31 de dezembro de 2020).

24.1 Outros resultados abrangentes

Variação cambial de investimento no exterior

Efeito cumulativo dos ganhos e perdas de variações cambiais na conversão dos ativos, passivos e resultados de (i) euros para Reais, correspondendo ao investimento da CBD na subsidiária Cnova N.V gerando um ganho de R\$6 e de (ii) pesos colombianos para Reais, correspondendo ao investimento na subsidiária Éxito gerando uma perda de R\$1.122. O efeito na controladora foi de R\$1.116 (R\$1.570 em 31 de dezembro de 2020).

24.2 Reserva de subvenção (incentivos fiscais)

Conforme mencionado na nota nº 20.1, muitos dos incentivos fiscais concedidos pelos Estados passaram a ser caracterizados como subvenções para investimentos, não alcançados pela tributação do imposto de renda e da contribuição social.

Os respectivos montantes desses incentivos deverão ser alocados, no patrimônio líquido, em conta de reserva de incentivos fiscais. Conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 12.973/14, a referida reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou para aumento de capital.

Esse mesmo dispositivo legal prevê que os valores computados na reserva de incentivos fiscais não deverão compor a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devendo a Companhia submeter valores que venham a ser destinados aos sócios ou acionistas à tributação pelo IRPJ e CSLL.

Em 29 de junho de 2018 a administração deliberou a destinação de R\$48 para a reserva de incentivos fiscais inicialmente destinados a reserva de expansão decorrente de incentivos fiscais tratados como subvenções para investimentos outorgados a Companhia nos anos de 2013 a 2017.

Em dezembro de 2018 a Companhia destinou mais R\$10 para reserva de incentivos fiscais, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária em 25 de abril de 2019.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em dezembro de 2020 a Companhia destinou mais R\$9 para reserva de incentivos fiscais, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária em 28 de abril de 2021.

Em dezembro de 2021 a Companhia destinou mais R\$2.282 para reserva de incentivos fiscais, a serem aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, base acumulada do valor de crédito lançado no imposto de renda do exercício, sendo passível de redução da base de dividendos do ano a parcela relacionada ao exercício de 2021.

24.3 Dividendos e Juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, podendo ser superior conforme deliberação do Conselho.

A Companhia poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observadas as taxas e os limites definidos em lei.

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos no montante de R\$81 (R\$0,3013 - trinta centavos por ação), conforme demonstrado abaixo, considerando que não houve antecipações de juros sobre capital próprio no exercício de 2021.

	Dividendos propostos	
	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido do exercício	802	2.179
Reserva legal	(40)	(109)
Reserva de incentivos fiscais (vide nota nº 24.2)	(438)	(9)
Base de cálculo dos dividendos	324	2.061
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	81	515
Dividendos adicionais	-	-
Juros sobre capital próprio intermediários pagos	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	81	515

24.4 Dividendos distribuídos aos não controladores.

A Companhia através da sua subsidiária Éxito, possui investimentos com participação de não controladores em alguns empreendimentos imobiliários e no Grupo Disco del Uruguay S.A., conforme detalhado na nota 12. Em 31 de dezembro de 2021 foi declarado dividendos no valor de R\$207 aos não controladores (R\$143 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receita de venda de bens e/ou serviços

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis, o que ocorre substancialmente na entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de performance da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

Receita de prestação de serviços

Pela atuação da Companhia e suas subsidiárias nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular nas suas lojas, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e suas subsidiárias e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receita bruta de vendas:				
Mercadorias	27.590	29.534	54.862	54.466
Prestação de serviços e outros	435	445	1.907	1.608
Devolução e cancelamento de vendas	(252)	(214)	(395)	(342)
	27.773	29.765	56.374	55.732
Impostos sobre vendas	(2.093)	(1.769)	(5.083)	(4.479)
Receita líquida	25.680	27.996	51.291	51.253

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Despesas por natureza

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e das Acordos Comerciais recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística.

A Acordo Comercial recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas subsidiárias, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas com vendas

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, etc.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias para cada segmento em que o Grupo atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Grupo são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de Acordo Comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Custo com estoques	(18.097)	(18.716)	(36.180)	(35.357)
Despesas com pessoal	(3.006)	(3.243)	(5.472)	(5.500)
Serviços de terceiros	(435)	(443)	(895)	(838)
Despesas funcionais	(1.147)	(1.180)	(2.368)	(2.214)
Despesas comerciais	(862)	(958)	(1.570)	(1.690)
Outras despesas	(508)	(611)	(1.209)	(1.248)
	(24.055)	(25.151)	(47.694)	(46.847)
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(19.311)	(19.978)	(38.341)	(37.504)
Despesas com vendas	(4.123)	(4.495)	(7.645)	(7.755)
Despesas gerais e administrativas	(621)	(678)	(1.708)	(1.588)
	(24.055)	(25.151)	(47.694)	(46.847)

Notas Explicativas



Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Outras despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Parcelamento de impostos e contingências tributárias	(88)	(322)	(139)	(374)
Gastos com integração e reestruturação (i)	(264)	(362)	(290)	(454)
Resultado com ativo imobilizado (ii)	52	427	(17)	378
Transação lojas Extra Hiper (iii)	426	-	426	-
Reorganização societária (iv)	-	513	-	513
Gastos com prevenção – Covid-19 (v)	-	(82)	-	(134)
Outros	11	-	13	-
Total	137	174	(7)	(71)

(i) Valores relacionados a gastos de reestruturação das atividades operacionais e em 2020 custos de separação de Sendas Distribuidora e valores relacionados a gastos de reestruturação das atividades, ou do portfólio de lojas e Centros de Distribuição, nas operações brasileiras e gastos no processo de aquisição do Grupo Éxito.

(ii) O resultado de imobilizado foi impactado principalmente em 2020 pelas operações de Sale and Leaseback no montante de R\$187 (vide nota nº1.4), alienação de 3 lojas na cidade de Curitiba no montante de R\$68 e a alienação de 2 imóveis non core na cidade de São Paulo no montante de R\$190.

(iii) Pela alienação dos 20 pontos comerciais e dos 6 imóveis próprios, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou a receita no valor de R\$1,2 bilhão, além das baixas de ativos correspondentes ao montante de R\$481, efeito positivo pela remensuração do IFRS 16 de R\$522 e despesas de R\$816 (sendo R\$147 relacionadas à demissão de colaboradores, R\$283 cancelamento de contratos, R\$279 demarcação de estoques e R\$107 outras despesas relacionadas a transação), vide nota nº 1.1.

(iv) Impactos relacionados ao projeto da cisão de Sendas em 2020 totalizaram uma receita de R\$513 composta pela (a) reavaliação da participação remanescente da FIC pelo IFRS10 (50% pela participação detida pelo GPA foi transferida para Sendas a preço justo) no valor de R\$573 (vide nota nº1.2) e (b) custos relacionados a cisão (despesas de R\$60).

(v) As despesas incorridas como consequência da pandemia referem-se a compra de itens de proteção individual e de adequação das lojas, despesas com hora extra, gastos com comunicação interna e externa, gastos incrementais com transporte e com serviço de limpeza e higienização.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro, líquido

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento, bem como ajustes referentes a descontos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Despesas financeiras:				
Custo da dívida	(434)	(317)	(516)	(387)
Custo com antecipação de recebíveis	(115)	(57)	(117)	(58)
Atualizações monetárias passivas	(130)	(112)	(351)	(265)
Juros sobre passivo de arrendamento	(583)	(543)	(719)	(729)
Outras despesas financeiras	(84)	(87)	(106)	(198)
Total de despesas financeiras	(1.346)	(1.116)	(1.809)	(1.637)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	74	59	115	152
Atualizações monetárias ativas (*)	236	672	364	749
Outras receitas financeiras	5	4	9	8
Total de receitas financeiras	315	735	488	909
Total	(1.031)	(381)	(1.321)	(728)

(*) Em 29 de outubro de 2020, a Companhia teve o processo transitado em julgado a favor da Companhia, concedendo crédito tributário no montante de R\$1.609, líquido das provisões para parcelas consideradas não realizáveis sendo R\$613 no resultado financeiro. Em 2021 a Companhia registrou um crédito de R\$ 109, referente a atualização monetária do crédito tributário.

Os efeitos do *hedge* são contabilizados na rubrica “Custo da dívida” e estão divulgados na nota nº18.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:

- Numerador: lucro do exercício ajustado pelos efeitos dilutivos de opções concedidas por subsidiárias.
- Denominador: número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia e de suas subsidiárias somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31.12.2021	31.12.2020
Numerador básico		
Lucro básico alocado e não distribuído op. Continuadas	805	1.092
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído op. descontinuadas	(3)	1.087
Lucro líquido alocado disponível para acionistas	<u>802</u>	<u>2.179</u>
Denominador básico (milhões de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	<u>269</u>	<u>268</u>
Lucro básico por ação (R\$) - operações continuadas	2,99595	4,07575
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$) - operações descontinuadas	(0,01117)	4,05709
Lucro básico por ações (R\$) - total	<u>2,98478</u>	<u>8,13283</u>
Numerador diluído		
Lucro diluído alocado e não distribuído op. continuadas	805	1.092
Lucro (prejuízo) diluído alocado e não distribuído op. descontinuadas	(3)	1.087
Lucro líquido alocado disponível para acionistas	<u>802</u>	<u>2.179</u>
Denominador diluído		
Média ponderada da quantidade de ações (milhões)	269	268
Opções de compra de ações	-	1
Média ponderada diluída das ações (milhões)	<u>269</u>	<u>269</u>
Lucro diluído por ações (R\$) - operações continuadas	2,99153	4,06984
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$) - operações descontinuadas	(0,01117)	4,05120
Lucro diluído por ação (R\$) – total	<u>2,98036</u>	<u>8,12104</u>

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



30. Informações sobre os segmentos

A Administração considera os seguintes segmentos:

- Varejo - inclui as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Supermercado”/ “Mercado Extra”, “Minimercado Extra”, “Minuto Pão de Açúcar”, “Comprebem”, “Posto Extra”, “Drogaria Extra” e “GPA Malls”.
- Grupo Éxito – inclui a companhia Éxito (Colômbia) e suas controladas Libertad (Argentina) e Disco (Uruguai). O Éxito também opera as marcas Surtimax, Super Inter, e Carulla.

O segmento de atacado de autoserviços, Assai, foi cedido aos acionistas da Companhia e é apresentado como operação descontinuada em 31 de dezembro de 2020. Os outros negócios são compostos pelo resultado de James, Cheftime, Stix e Cnova N.V.. Esses segmentos são mantidos nesta nota explicativa para fins de reconciliação com as demonstrações financeiras consolidadas.

As eliminações do resultado e do balanço são apresentadas dentro do próprio segmento.

As despesas relacionadas a aquisição do Éxito e o imposto sobre lucro auferido no exterior pago no Brasil são considerados no Grupo Éxito.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 16 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes dos segmentos. Dessa maneira, consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos, utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, e o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais.

As informações dos segmentos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas no quadro a seguir:

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Descrição	Varejo		Grupo Éxito		Outros negócios		Operações descontinuadas		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receita líquida de vendas	26.864	29.170	24.357	22.034	70	49	-	-	51.291	51.253
Lucro bruto	6.600	8.219	6.291	5.508	59	22	-	-	12.950	13.749
Depreciação e amortização	(1.069)	(1.069)	(771)	(729)	(13)	(6)	-	-	(1.853)	(1.804)
Equivalência patrimonial	47	118	11	27	(105)	(47)	-	-	(47)	98
Lucro operacional	759	2.134	1.132	679	(201)	(184)	-	-	1.690	2.629
Resultado financeiro líquido	(1.039)	(386)	(279)	(340)	(3)	(2)	-	-	(1.321)	(728)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	(280)	1.748	853	339	(204)	(186)	-	-	369	1.901
IR e CSLL	908	(559)	(321)	(110)	7	7	-	-	594	(662)
Lucro (prejuízo) de op. continuadas	628	1.189	532	229	(197)	(179)	-	-	963	1.239
Lucro (prejuízo) de op. descontinuadas	(3)	85	-	(1)	-	-	-	1.003	(3)	1.087
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	625	1.274	532	228	(197)	(179)	-	1.003	960	2.326
Ativo circulante	9.898	9.531	7.871	8.015	103	95	-	-	17.872	17.641
Ativo não circulante	13.796	16.672	17.694	18.930	81	52	-	-	31.571	35.654
Passivo circulante	7.528	8.573	8.853	9.729	169	181	-	-	16.550	18.483
Passivo não circulante	12.470	14.390	4.040	3.620	3	(5)	-	-	16.513	18.005
Patrimônio líquido	3.696	3.240	12.672	13.596	12	(29)	-	-	16.380	16.807

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita líquida total por região geográfica é apresentada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Brasil		
Varejo	26.864	29.170
Outros	70	49
	26.934	29.219
Grupo Éxito		
Colômbia	18.752	17.062
Uruguai	3.853	3.746
Argentina	1.752	1.226
	24.357	22.034
Total de vendas líquidas	51.291	51.253

31. Transações não caixa

Durante 2021 e 2020 a Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Compras de imobilizado que ainda não foram pagos: na nota nº14.3;
- Compras de ativo intangível que ainda não foram pagos: na nota nº15.3;
- Aumento de capital com imobilizado: nota 12.2;

32. Ativos não circulantes mantidos à venda.

Ativos não-circulantes e grupos de ativos são classificados como mantido para venda se o valor contábil será recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas de tais ativos e sua venda é altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda, o prazo estimado para que a venda seja completada deve estar dentro de um ano.

Quando a Companhia está comprometida para um plano de venda envolvendo a perda de controle de uma subsidiária, todos os ativos e passivos desta subsidiária são classificados como mantidos para venda quando o critério acima é atingido, independente se a Companhia reterá participação como não-controladora em sua antiga subsidiária após a venda. Adicionalmente, o resultado líquido da entidade avaliada como mantida para venda são reclassificados como operação descontinuada em uma única linha do resultado.

Ativos não-circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado menos custo de venda.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Imóveis/terrenos - controladora

	Controladora	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021

Imóveis/terrenos - controladora	36	78	36
---------------------------------	----	----	----

Lojas Extra Hiper (nota nº 1.1) (*)

Lojas Extra Hiper (nota nº 1.1) (*)	1.117	-	1.117
-------------------------------------	-------	---	-------

Empreendimentos imobiliários - Éxito

Empreendimentos imobiliários - Éxito	-	-	34
--------------------------------------	---	---	----

Ativos mantidos à venda

Ativos mantidos à venda	1.153	78	1.187
			109

Lojas Extra Hiper / Passivo de arrendamento (nota nº 1.1)

Lojas Extra Hiper / Passivo de arrendamento (nota nº 1.1)	62	-	62
---	----	---	----

Passivos mantidos à venda

Passivos mantidos à venda	62	-	62
			-

(*) R\$967 refere-se a Imobilizado e R\$150 Direito de Uso - Paes Mendonça

33. Operações descontinuadas

a) Sendas

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia perdeu o controle da subsidiária Sendas, em decorrência da cisão, o resultado líquido da Sendas está apresentado como operação descontinuada. Segue abaixo a demonstração de fluxo de caixa resumido e a demonstração de resultado:

Fluxos de Caixa:

31.12.2020

Caixa aplicado nas atividades operacionais	4.191
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(695)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.827)
Variação de caixa no período	1.669

31.12.2020

Receita Operacional Líquida	35.950
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.315
Imposto de renda e contribuição social	(312)
Lucro do período	1.003

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b) Composição das operações descontinuadas

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro Líquido - Sendas	-	1.003
Outros resultados das operações descontinuadas	<u>(3)</u>	84
Lucro das operações descontinuadas apresentado nas demonstrações consolidadas do resultado da Companhia	<u>(3)</u>	1.087
 Atribuível:		
Acionistas controladores da Companhia	<u>(3)</u>	1.087
Participação dos acionistas não controladores	-	-

Em 2020, o montante de R\$84 está incluindo no valor de R\$231 correspondente ao direito do GPA de receber da Via Varejo o reembolso do benefício da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS de sua antiga subsidiária Globex, após o processo transitado em julgado, referente ao período de 2007 e 2010 (vide nota nº21.11).

34. Cobertura de seguro

A cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2021, pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da Cobertura	
		Controladora	Consolidado
Imobilizado e estoques	Riscos operacionais	15.341	16.013
Lucro	Lucros cessantes	7.625	7.625
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	329	334

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil geral no valor de R\$ 100, responsabilidade civil administradores no valor de R\$ 134, coberturas de risco de proteção e fraudes (Crime) no valor de R\$ 17 e risco de proteção de danos e responsabilidade Cibernética (Cyber) no valor de R\$ 13. Totalizando o valor de cobertura R\$ 264.

(*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Posição Acionária - 31/12/2021 [Retificado em 23.02.2022]

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Acionista	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (Companhia de capital aberto)				Posição em 31/12/2021 (Em unidades)	
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Wilkes Participações S/A	94.019.178	34,90%	0	0,00%	94.019.178	34,90%
Jean-Charles Naouri*	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Géant International BV*	9.423.742	3,50%	0	0,00%	9.423.742	3,50%
Segisor*	5.600.050	2,08%	0	0,00%	5.600.050	2,08%
Casino Guichard Perrachon*	2	0,00%	0	0,00%	2	0,00%
King LLC*	852.000	0,32%	0	0,00%	852.000	0,32%
Helicco Participações Ltda.	581.600	0,22%	0	0,00%	581.600	0,22%
BTG Pactual	18.442.898	6,85%	0	0,00%	18.442.898	6,85%
Conselho de Administração	855.286	0,32%	0	0,00%	855.286	0,32%
Diretoria	160.883	0,06%	0	0,00%	160.883	0,06%
Conselho Fiscal	36.578	0,01%	0	0,00%	36.578	0,01%
Em Tesouraria	160.342	0,06%	0	0,00%	160.342	0,06%
Outros	139.243.300	51,69%	0	0,00%	139.243.300	51,69%
Total**	269.375.860	100,00%	0	0,00%	269.375.860	100,00%

(*) Sociedade não residente

(**) A presente tabela já considera em seu "Total" de ações o ato de rerratificação aprovado pelo Conselho de Administração da Cia., em 23.02.2022, referente à RCA datada de 09.12.2021.

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Acionista / Cotista	WILKES PARTICIPAÇÕES S.A				Posição em unidades	
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Casino Guichard Perrachon*	2	0,00%	0	0,00%	2	0,00%
Segisor*	223.698.566	100,00%	0	0,00%	223.698.566	100,00%
Tesouraria	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL	223.698.568	100,00%	0	0,00%	223.698.568	100,00%

(*) Sociedade não residente

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

QUOTISTAS	SEGISOR				Posição em unidades	
	QTD QUOTAS	%	AÇÕES PN	%	Quantidade	%
					Quantidade	%
Casino Guichard Perrachon*	1.774.479.286	100,00%	0	0,00%	1.774.479.286	100,00%
TOTAL	1.774.479.286	100,00%	0	0%	1.774.479.286	100,00%

(*) Sociedade não residente

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

ACIONISTAS	ONPER INVESTIMENTOS 2015 S.L.				Posição em unidades	
	AÇÕES ON	%	AÇÕES PN	%	Quantidade	%
					Quantidade	%
ALMANACENES ÉXITO S.A.*	3.000	100,00%	0	0,00%	3.000	100,00%
TOTAL	3.000	100,00%	0	0,00%	3.000	100,00%

(*) Sociedade não residente

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

ACIONISTAS*	ALMANACENES ÉXITO S.A.				Posição em (em unidades)	
	AÇÕES ON	%	AÇÕES PN	%	Quantidade	%
					Quantidade	%
Companhia Brasileira de Distribuição	409.876.436	91,57%	0	0,00%	409.876.436	91,57%
GPA 2 Empreendimentos e Participações LTDA.	22.380.232	5,00%	0	0,00%	22.380.232	5,00%
Minoritários	15.347.648	3,43%	0	0,00%	15.347.648	3,43%
TOTAL	447.604.316	100,00%	0	0,00%	447.604.316	100,00%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Posição Acionária - 31/12/2021 [Retificado em 23.02.2022]

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Acionista	POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				Posição em 31/12/2021 (em unidades)	
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais			
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	110.476.573	41,01%	-	-	110.476.573	41,01%
Administradores			-	-		
Conselho de Administração	855.286	0,32%	-	-	855.286	0,32%
Diretoria	160.883	0,06%	-	-	160.883	0,06%
Conselho Fiscal	36.578	0,01%	-	-	36.578	0,01%
Ações em Tesouraria	160.342	0,06%	-	-	160.342	0,06%
Outros Acionistas	157.686.198	58,54%	-	-	157.686.198	58,54%
Total	269.375.860	100,00%	-	-	269.375.860	100,00%
Ações em Circulação	158.738.945	58,93%	-	-	158.738.945	58,93%

Acionista	POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				Posição em 31/12/2020 (em unidades)	
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais			
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	110.476.573	41,17%	-	-	110.476.573	41,17%
Administradores			-	-		
Conselho de Administração	563.804	0,21%	-	-	563.804	0,21%
Diretoria	106.421	0,04%	-	-	106.421	0,04%
Conselho Fiscal	0	0,00%	-	-	0	0,00%
Ações em Tesouraria	239.060	0,09%	-	-	239.060	0,09%
Outros Acionistas	156.965.709	58,49%	-	-	156.965.709	58,49%
Total	268.351.567	100,00%	-	-	268.351.567	100,00%
Ações em Circulação	157.635.934	58,74%	-	-	157.635.934	58,74%

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Companhia Brasileira de Distribuição

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Transação Extra Hiper

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 14 de outubro de 2021, a Companhia aprovou a descontinuação da operação de 103 lojas com bandeira Extra Hiper, visto que, em 16 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou contrato de cessão dos direitos de exploração de 70 pontos comerciais entre a Companhia e Sendas Distribuidora S.A. (“Assai”). Ainda, a Companhia fará a conversão de outras 29 lojas Extra Hiper para bandeiras Pão de Açúcar e Mercado Extra, bem como encerrará outros 4 pontos comerciais. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia implementou 21% da transação total prevista, com o abandono da operação de 31 pontos comerciais e a entrega de 20 desses pontos comerciais, incluindo imóveis próprios, registrando ganho líquido de R\$426 milhões decorrente da contraprestação recebida desses 20 pontos comerciais excluindo os custos de baixa de imobilizado e descontinuação da operação Extra Hiper, e remanescente um saldo de R\$1.117 milhões de ativos mantidos para venda e R\$62 milhões de passivos sobre os ativos mantidos para venda, representado pelos 50 pontos comerciais a serem descontinuados e entregues em 2022.

Em função das características dessa transação, que envolve a descontinuidade das operações do Extra Hiper, a venda dos pontos comerciais ao Assai e a conversão de lojas em outras bandeiras, a Administração da Companhia aplicou julgamento significativo na determinação se essas operações poderiam ser classificadas como operações descontinuadas nos termos da IFRS 5 / CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e em qual momento essas operações foram efetivamente abandonadas como um todo, e, portanto, descontinuadas, considerando a, se os correspondentes ativos poderiam ser classificados como mantidos para venda e quais custos seriam incorridos para implementar a transação.

Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; (ii) dos julgamentos aplicados na determinação de operação descontinuada e do momento em que os ativos deixaram de ser utilizados e, portanto, considerado uma operação descontinuada; e (iii) e da determinação dos custos envolvidos na descontinuação das operações do Extra Hiper.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação do desenho das atividades de controles internos relacionados a identificação e tratamento para transações não usuais significativas; (ii) o entendimento da natureza da transação e análise dos contratos estabelecidos entre as partes; (iii) revisão e discussão de memorando técnico contábil preparado pela Administração da Companhia; (iv) a avaliação dos julgamentos adotados pela Administração na aplicação de normas contábeis e os critérios adotados pela Administração para determinação dos custos envolvidos na transação; e (v) a análise e avaliação das

divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que o tratamento contábil adotado na transação acima descrita e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Créditos tributários

Por que é um PAA

A Companhia registra créditos tributários, especialmente relacionadas a ICMS, PIS e COFINS, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, além da avaliação sobre tratamentos fiscais incertos na tributação de IRPJ e CSLL sobre os lucros. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 10.2 e nº 20.1, em 2021, a Companhia registrou créditos tributários de R\$1.075 milhões relacionados à PIS, COFINS e IRPJ.

Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; (ii) dos julgamentos aplicados pela Administração na avaliação da jurisprudência envolvida em cada um dos assuntos, suportados por assessores jurídicos externos; e (iii) da obtenção de base de dados e cálculos efetuados para mensuração e registro desses créditos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento da natureza de créditos tributários registrados ao longo do exercício; (ii) avaliação do julgamento aplicado pela Administração na determinação dos fatos e eventos que levaram ao registro dos créditos, incluindo a leitura de pareceres preparados por assessores jurídicos externos; (iii) envolvimento de nossos especialistas tributários na avaliação sobre a aplicação da legislação tributária; (iv) teste documental nas bases de cálculo dos créditos; e (v) revisão das respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que o registro dos créditos tributários e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 23 de fevereiro de 2021 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Eduardo Franco Tenório
Contador
CRC nº 1 SP 216175/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo com os deveres estatutários e legais, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e emitiu parecer favorável à sua aprovação pelo Conselho De Administração da Companhia.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

Libano Barroso – Presidente

Éric Martins – Conselheiro

Doris Wilhelm – Conselheira

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – EXERCÍCIO 2021

Informações iniciais

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia”) é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração.

As responsabilidades e atribuições dos diversos órgãos de governança que interagem com o Comitê de Auditoria estão identificadas no portal de Relações com Investidores da Companhia, acessível pelo seguinte endereço eletrônico: <http://www.gpari.com.br/>

Atividades do Comitê em 2021

REUNIÕES

O Comitê reuniu-se, no ano de 2021, em 14 sessões, sendo 6 delas ordinárias agendadas conforme calendário anual oficial, e as restantes extraordinárias. As reuniões contaram com a presença de membros da Diretoria, auditora interna e outros gestores da Companhia e, em partes delas, os auditores independentes estiveram presentes.

O Comitê, ou por meio de seus membros, individualmente e/ou em conjunto, realizou também sessões com o Presidente da Companhia, seu Diretor Financeiro e o Co-Vice Presidente do Conselho de Administração, bem como com os Diretores responsáveis pela Contabilidade, Relações com Investidores, Auditoria, Jurídico, Compliance e Recursos Humanos da Companhia.

O Coordenador do Comitê relatou, periodicamente, os principais temas tratados pelo Comitê em todas as reuniões ordinária do Conselho de Administração.

INTERAÇÃO COM AS AUDITORIAS INTERNA E INDEPENDENTE

O Comitê atuou de forma intensiva junto à Diretora de Auditoria Interna da Companhia (acompanhada, quando aplicável, do coordenador da área de riscos), bem como com os representantes do Auditor Independente DTT.

Foi pauta permanente do Comitê nas interações com os Auditores, tanto o time de Auditores Internos quanto os Auditores Independentes:

- conhecimento da composição e do nível de experiência declarado das equipes alocadas;
- programa de treinamento periódico dos auditores internos;
- plano de trabalho semestral e/ou anual, conforme o caso, previsto para o desempenho de suas funções;
- acompanhamento periódico, com indagações pertinentes de causas e medidas corretivas, sobre desvios aos planos de trabalho previamente apresentados;
- conhecimento das conclusões, parciais ou finais, dos trabalhos executados ou em execução pelos auditores interno e independentes no exercício de seus mandatos; convocação do gestor responsável por itens relatados pelos auditores, quando aplicável, para prestar esclarecimentos e detalhamento de eventuais medidas corretivas;

O Comitê fez ainda interações com os membros da Administração do Grupo Almacenes Éxito, com o objetivo de monitorar eventuais impactos na consolidação dos resultados financeiros em GPA.

Além disso, foram temas de acompanhamento periódico pelo Comitê:

- Relatórios da Administração relativos às Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras (incluindo as Notas Explicativas), bem como os releases de resultado correspondente
- Controles Internos, incluindo SOX
- Contingências e Provisões fiscais e não fiscais
- Depósitos e garantias judiciais
- Monetização de Créditos Fiscais
- Auditoria Interna
- Riscos
- Compliance
- Ouvidoria
- Ouvidoria e Canal de Denúncias

Sugestões do Comitê de Auditoria

As sugestões de aperfeiçoamentos em processos e procedimentos internos têm sido apresentadas pelo Comitê e endereçadas pela Companhia tempestivamente.

Conclusão

O Comitê de Auditoria julga que todos os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer e descritos neste Relatório estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração, nas Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais foram devidamente auditadas pelo auditor independente DTT. Por fim, esse Comitê recomenda as nas Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas para deliberação pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2021.

Eleazar de Carvalho Filho, Coordenador do Comitê e Especialista Financeiro

Fernando Dal-Ri Múrcia – Especialista Contábil e de Auditoria

Christophe Hidalgo

Renan Bergmann

Gisélia da Silva

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso V, do § 1º, do artigo 25 da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2021, autorizando a conclusão nesta data.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

Diretoria

Jorge Faiçal
Diretor Presidente

Guillaume Gras
Diretor Vice Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V, do § 1º, do artigo 25 da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2021, emitido nesta data.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

Diretoria

Jorge Faiçal
Diretor Presidente

Guillaume Gras
Diretor Vice Presidente de Finanças e Relações com Investidores